VIVA O 1.º DE MAIO

JORNADA DE UNIDADE E DE LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

Manifesto do Comité Central do PCP à classe operária,
aos trabalhadores, ao povo português

Pág. 3

25 de Abril SEMPRE!

CONCENTRAÇÃO FESTA
PARQUE EDUARDO VII - 13 HORAS
(depois da Parada)

FESTA POPULAR

Uma comissão unitária promoverá no dia 25, segunda-feira, grandes festejos populares comemorativos da data gloriosa do 25 de Abril de 1974.

Os festejos, que se iniciarão às 15 horas, incluindo Canto Livre e outras iniciativas, prolongar-se-ão por várias horas.

Editorial

25 DE ABRIL DE 1974 UMA CONQUISTA QUE É PRECISO DEFENDER

Passa na segunda-feira próxima o terceiro aniversário da Revolução portuguesa. Há três anos uma fortaleza que alguns julgavam inexpugnável ruiu fragorosamente e uma página gloriosa da nossa História nacional foi virada.

Os reaccionários de todos os matizes e de todas as latitudes, de dentro e de fora do País, rugiram de impotência e raiva mas a iniciativa patriótica dos jovens capitães de Abril triunfou e novos horizontes se rasgaram diante do nosso Povo duramente experimentado por quase meio século de fascismo.

O 25 de Abril de 1974 não foi, porém, como outros pretendem, uma falha da História. Foi, sim, uma epopeia amassada em dezenas de anos e sofrimento e miséria e também de luta cheia de tenacidade e sacrifícios, o resultado de um longo processo de emancipação popular no qual a classe operária desempenhou um papel primordial inconfundível.

O derrubamento do fascismo foi possível porque os portugueses das mais diversas tendências e condições sociais diferentes, instruídos, pela odiosa dominação de classe dos grandes financeiros e latifundiários que manejavam o poder a seu talento, souberam destrinçar de uma amálgama de factores contraditórios mas secundários as aspirações comuns fundamentais.

O 25 de Abril envolve, pois, todo um processo formal de arrumação de forças, da sua expressão política.

Não se define a natureza das alianças sociais contra o regime fascista, se explica a fusão da iniciativa militar e da iniciativa popular, numa palavra, a originalidade do processo, a aliança Povo-MFA.

Uma constante resalta desta longa e dura luta. Tem um nome - Unidade.

A unidade não é contida uma figura estática de contornos imutáveis. Muda conforme mudam os objectivos das forças

(Continua na pág. 2)

Págs. 9/10/11

1.º Congresso PASSO DECISIVO NO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO DA UJC E DA UNIDADE DA JUVENTUDE

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

NO PORTO REPETIU-SE O ÊXITO DO ESPECTÁCULO «25 CANÇÕES DE ABRIL»

No passado fim-de-semana foi a vez de o Norte assistir e participar no já célebre espectáculo «25

Canções de Abril». Durante três sessões com o Coliseu superlotado, mais de dez mil pessoas vibraram

intensamente. Entretanto, a Campanha dos 50 Mil Contos continua em bom ritmo, faltando pouco

mais de dez mil contos para a meta inicialmente prevista ser alcançada. Avante na recolha de fundos

para o Partido!

POSIÇÃO EM 15 DE ABRIL - TOTAIS ACUMULADOS

Comissão Coordenadora Central	6.145.063\$30
«Avante!»	1.151.493\$70
OR dos Açores	36.462\$00
OR do Alentejo	1.500.391\$90
OR do Algarve	604.800\$30
OR das Beiras	1.067.598\$00
OR de Lisboa	13.252.234\$60
OR da Madeira	31.988\$50
OR do Norte	3.202.022\$70
OR do Oeste e Ribatejo	2.045.771\$10
OR de Setúbal	5.704.261\$40
EMIGRAÇÃO	1.964.554\$05
UEC	615.319\$60
UJC	435.413\$50
POR CLASSIFICAR (1)	682.367\$10

38.439.741\$75

(1) - Trata-se da soma das quantias entradas na conta n.º D O 13672 do BPSM - Av. da Liberdade, das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à CCC as correspondentes Notas de Entrega

Páginas centrais

Cumprindo as decisões do VIII Congresso do PCP, e dando prova da democracia interna que sempre caracterizou a actividade do nosso Partido, prosseguem em todo o País as assembleias de diversos organismos do Partido. Neste número, noticiamos as seguintes: concelhias de Almada e Ovar, e Covina, Companhia Portuguesa de Pesca, Mundet e Parry & Son.

Pág. 5

NESTE NÚMERO

● A VISITA DA DELEGAÇÃO DO PCP A FRANÇA

Reportagem; texto integral do Comunicado Conjunto PCP-PCF; entrevista de Álvaro Cunhal à Rádio «Europa 1».

● O PCP NO 30.º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO BAAS DO IRAQUE

Entrevista com Blanqui Teixeira, que chefiou a delegação do nosso Partido.

● O CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA UNIFICADO DE BERLIM-OESTE

Pág. 12

Pág. 3

INTENSA ACTIVIDADE PREPARATÓRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Os Comunistas na Assembleia da República

Situação do Governo PS será cada vez mais frágil até se tornar insustentável

O deputado Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, proferiu na passada semana, na Assembleia da República, uma importante declaração política na qual, depois de divulgar as principais conclusões do Plenário do Comité Central do nosso Partido reunido nos passados dias 3 e 4 do corrente, teceu várias considerações acerca da situação económica do País e formulou críticas à actuação do Governo do PS nesse sector específico.

Depois de ter retornado o essencial das críticas que o plenário do CC do PCP formulou à actuação do Governo do PS — nomeadamente as suas constantes cedências à direita, — e de ter anunciado a próxima realização da Conferência Nacional do PCP, tendo como ponto único da ordem de trabalhos "A Situação Económica e Financeira e o Caminho a Seguir Para Sair das Dificuldades Actuais", o deputado Jaime Serra

o CC do PCP considera que a recuperação económica não se pode confundir com a recuperação capitalista. A recuperação capitalista, que é também uma recuperação agrária e imperialista, é a reconquista pelo grande capitalismo, pelos grandes agrários e pelo imperialismo estrangeiro, das fábricas, empresas, terras de latifúndios que foram justamente nacionalizadas, expropriadas, intervencionadas, transformadas em cooperativas, sujeitas ao controlo operário ou ao regime de autogestão, que constituem um amplo sector não capitalista na economia portuguesa.

Prosseguindo a sua intervenção, Jaime Serra acentuou: Uma verdadeira política de recuperação económica tem de basear-se, não na destruição, mas na consolidação e dinamização das transformações democráticas alcançadas nas estruturas económico-sociais, ou seja, nas nacionalizações, na Reforma Agrária, no controlo operário, mantendo também um amplo sector de economia capitalista e outro de pequena produção mercantil.

Uma verdadeira política de recuperação económica tem de basear-se, não na imposição pela força aos trabalhadores de uma mais intensa exploração e um agravamento das condições de vida em benefício dos capitalistas, mas na intervenção voluntária, consciente e responsável dos trabalhadores na solução dos problemas da economia nacional, na definição de uma política económica nacional.

Salientando que só assim é possível sair da crise, evitar o colapso financeiro e económico e caminhar para um desenvolvimento e desafio económico que sirvam os interesses do Povo e do País, garantindo a sobrevivência e a continuação do regime democrático e a independência nacional, o deputado e dirigente do PCP afirmou: Uma verdadeira recuperação económica não se pode alcançar contra os trabalhadores, mas sim com os trabalhadores.

Mais adiante, Jaime Serra acrescentou: Nunca os trabalhadores aceitarão voluntariamente fazer sacrifícios para que aumentem os lucros dos seus exploradores. Nunca aceitarão reduzir os seus gastos essenciais para que os recursos assim conseguidos sirvam para que os capitalistas e agrários possam elevar ainda mais os seus escandalosos consumos.

Esclarecendo o plenário da Assembleia da República acerca da alternativa proposta pelo PCP para se sair da crise, Jaime Serra prosseguiu a sua intervenção afirmando:

Interpretando os sentimentos e a vontade das amplas massas de trabalhadores e tendo em vista criar condições para a definição de uma plataforma acordada através de negociações, o PCP reclama: a) que sejam imediatamente suspensas as restituições

arbitrárias de terras aos agrários, as desanexações e desintegrações de terras das UCPs e Cooperativas e que se cumpra a Lei da Reforma Agrária, sempre em entendimento com os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores; e que sejam revistas as restituições e desanexações arbitrárias levadas a cabo pelo MAP, voltando novamente as terras para as UCPs e Cooperativas sempre que tenham sido legalmente desintegradas;

b) que seja imediatamente suspensa a restituição de empresas intervencionadas aos antigos patrões, que praticaram sabotagem, irregularidades e fraudes e se procurem em cada caso com os trabalhadores, que mantiveram as empresas em laboração, soluções mais conformes com os interesses nacionais: nacionalizações, empresas mistas, cooperativas, manutenção da intervenção;

c) que sejam confirmadas as empresas e sectores nacionalizados e declaradas inconstitucionais quaisquer leis e decretos que de forma directa ou indirecta, estabeleçam esquemas que conduzam a desanexações, ou à liquidação económica de empresas ou sectores nacionalizados em benefício de empresas capitalistas;

d) que seja confirmado o controlo operário, a gestão de empresas pelos trabalhadores, as cooperativas formadas em empresas abandonadas ou falidas;

e) que os trabalhadores sejam sempre ouvidos sobre questões que directa e fundamentalmente lhes respeitem (como determina a Constituição) e as questões sejam resolvidas pelo diálogo, a negociação e o acordo e não por medidas administrativas, compulsivas e repressivas que não só não conduzem à solução dos problemas económicos como fazem perigar a própria democracia;

f) que seja posto fim imediato ao saneamento de democratas e às reintegrações de fascistas.

E a finalizar a declaração política do PCP, o deputado Jaime Serra afirmou:

O CC do PCP considera que o Governo do PS sózinho terá uma situação cada vez mais frágil até se tornar insustentável. Uma alternativa ao Governo actual é uma questão que se coloca ao País.

Os dirigentes do PS têm repetidamente afirmado que não há alternativa democrática para o Governo PS sózinho. O CC do PCP é de opinião contrária e insiste em que na base das instituições, é possível e necessária a constituição de um governo que represente uma alternativa democrática para a actual política de recuperação capitalista que, a prosseguir, afundará o País em crescentes dificuldades.

O CC do PCP salienta que, na situação actual, o governo de uma alternativa democrática deverá ter a participação de todos os que se identificam sem reservas com a Constituição e intervenham na elaboração de uma plataforma na base da qual se possa sair da crise actual.

A participação dos trabalhadores e do grande partido dos trabalhadores — o PCP — é indispensável para a elaboração e aplicação de uma tal plataforma. O apoio do PS e do PCP são também essenciais.

A formação de um tal governo, a sua composição e programa deverão resultar de negociações e acordo entre partidos e de um exame atento de todos os problemas com os outros órgãos de soberania: o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

J. Pimenta, ARB e Marriot: o Governo não quer ouvir os trabalhadores!...

O Governo não quer ouvir os trabalhadores. Não quer ouvi-los porque não se dispõe a adoptar as soluções mais justas. E, no entanto, bem facilmente dialoga com o patronato. Assim se contribui para agudizar conflitos sociais e se lança depois irresponsavelmente as culpas sobre os trabalhadores.

Tais palavras de acusação dirigidas ao Governo do PS foram proferidas anteriormente na Assembleia da República pelo deputado comunista Severiano Falcão, que interveio antes da ordem do dia a fim de analisar a actual situação na J. Pimenta, na Auto-Reconstrutora do Barreiro e na multinacional Marriot.

Começando por se referir à primeira destas empresas, Severiano Falcão disse, depois de ter denunciado os actos de sabotagem praticados pela ex-administração:

Toda a gente sabe que, depois da intervenção do Estado, os trabalhadores apresentaram um projecto de reestruturação da empresa, que mereceu a aprovação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, mas que não foi prontamente posto em execução, como se exigia, antes se mantêm a inércia que conduz ao estrangulamento, de todas as possibilidades de recuperação da firma. Negam-se e dificultam-se créditos que facilmente se dão quando se devolve as empresas aos patrões.

Seguidamente e depois de ter revelado as condições em que se encontram os dois mil e quinhentos trabalhadores do J. Pimenta — sem ainda terem recebido os salários de Março — e a própria situação económica da empresa — que já não dispõe de verba para poder comprar materiais — Severiano Falcão acentuou:

Como é óbvio, a manter-se, esta situação ameaça a sobrevivência da empresa, pondo em risco a carteira de encomendas, pela rescisão dos contratos, angariados tão penosamente pelos trabalhadores.

E prosseguindo, afirmou o deputado comunista: Os trabalhadores de J. Pimenta não aceitam por isso que o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção se fure às suas responsabilidades, permitindo que a situação da empresa se degrade cada vez mais, não aceitam que o Governo fuja às suas responsabilidades não adoptando as medidas que se impõem para a defesa de um patriotismo que tem que ser defendido e que tão necessário é a reconstrução económica do País.

Mais adiante e passando a referir-se à situação na Auto-Reconstrutora do Barreiro, para onde regressou o patrão, Severiano Falcão salientou: O gestor da empresa, enquanto por um lado reconheceu publicamente o empenhamento sério dos trabalhadores, que tudo fizeram para arrancar a empresa às dificuldades criadas pela ruínoza gerência patronal, por outro, viu-se já obrigado a todos os esforços para aplicar o desejo de vingança do patrão que, mal pôs os pés na empresa, não escondeu o seu propósito de proceder a despedimentos.

Depois de ter referido e criticado a atitude não dialogante do Governo, o deputado do PCP prosseguiu: Paradoxalmente, é com algumas forças de segurança, enviadas para reprimir, que os trabalhadores estabelecem diálogo, impedindo-se deste modo confrontos de consequências imprevisíveis. Também isto sucede na Auto-Reconstrutora do Barreiro, entre trabalhadores e as forças policiais, que publicamente reconheceram a serenidade e a elevação do comportamento dos trabalhadores desta empresa.

É verdadeiramente afrontoso — continuou o deputado comunista — que o Governo procure lançar sobre os trabalhadores as forças repressivas, enquanto faz acompanhar o patrão, saboteador de grande aparato policial, para introduzir nas empresas quem antes as havia levado à ruína, e agora, assim protegido, se dispõe a encetar o curso do género de represálias sobre os trabalhadores que as recuperaram.

Prosseguindo e passando ao caso da multinacional «Marriot», Severiano Falcão disse: É verdadeiramente afrontoso o que desde ontem ao fim da tarde se tem estado a passar na multinacional americana Marriot, empresa de abastecimentos de aeronaves, em Secavém.

Cerca das 16 horas uma força de GNR, comandada por um capitão e por um tenente-coronel e composta por 200 praças, 10 camionetas e 3 ambulâncias, cercaram aquela empresa e expulsaram para fora

dos seus portões todos os trabalhadores que faziam parte de uma lista de 46 despedidos, que se encontravam ainda a trabalhar. Ordreiramente, porém, os trabalhadores aceleraram as ordens dadas pelas autoridades, não escondendo porém a sua indignação pelo facto de sabermos que aquelas medidas tinham sido impostas pelo Ministério do Trabalho, em obediência à vontade da administração da empresa.

Entretanto, as forças da GNR haviam dispersado e os trabalhadores, por decisão tomada em plenário, retomaram de novo os seus postos de trabalho. Pelas 22 horas as mesmas forças da GNR apresentaram-se de novo e mais reforçadas com «jeeps», bastões, vias-léas, escudos e coletes à prova de bala, cercando de novo a empresa, impedindo a entrada ou a saída de quem quer que fosse, sem motivo justificado.

Tratava-se pura e simplesmente de deter cerca de 13 trabalhadores, 6 dos quais mulheres casadas e com filhos e que constavam da lista dos 46 despedidos, tendo passado toda a noite nas instalações da empresa para serem presentes hoje no tribunal, a fim de responderem por «desobediência» às ordens do Governo.

Para triste ironia da situação em que vivemos neste País, enquanto o senhor Primeiro-Ministro se encontra agora nos Estados Unidos para receber o prémio que lhe foi atribuído pelo seu proclamado apego à defesa dos direitos humanos, o seu ministro do Trabalho atenta contra os mais elementares direitos humanos, que são o DIREITO AO TRABALHO, e neste caso o direito ao trabalho dos trabalhadores que a multinacional americana Marriot tenta lançar no desemprego.

E a terminar a sua intervenção, Severiano Falcão acentuou: Reclamamos assim que nos casos que referi de J. Pimenta, da Auto-Reconstrutora do Barreiro e também da Marriot, se estabeleça o diálogo necessário com os trabalhadores, se suspendam as medidas que ponham em perigo o emprego, as conquistas da Revolução e, bem pelo contrário, se promovam as medidas de reestruturação e apoio técnico e financeiro reclamados insistentemente pelos trabalhadores.

Ratificadas Convenções da OIT

A Assembleia da República dedicou as suas duas primeiras sessões após o reinício dos trabalhos à discussão e votação da ratificação das Convenções 11.ª e 87.ª da Organização Internacional do Trabalho, respeitantes, respectivamente, ao direito de associação dos trabalhadores agrícolas, e à liberdade sindical e protecção do direito sindical.

Costuma-se dizer que o primeiro milho é dos porcos. No caso da discussão dos diplomas em apreço, as primeiras palavras foram do patronato. E quem os ouviu e não apreciasse diariamente o seu comportamento nas fábricas, nas empresas, em todo o lado, ficava convencido que se estava a ouvir campões dos direitos dos trabalhadores.

Tanto o CDS como o PPD se preocuparam demasiadamente com tal assunto — os direitos dos trabalhadores — que lhes é completamente alheio. Podem dizer e afirmar que são pelas Convenções, mas nas suas convenções diárias não nos convencem...

O PCP interveio no debate através de uma intervenção do deputado Jorge Leite, que após ter referido brevemente a história do movimento sindical — que definiu muito justamente como a história da luta da classe trabalhadora contra a dura exploração e opressão a que a sujeitou o modo de produção capitalista — bem como ao passado presente de luta do PCP pelos direitos fundamentais das classes trabalhadoras, criticou todos aqueles que, utilizando e usurpando a «liberdade sindical» pretendem, ao contrário, introduzir a divisão entre os trabalhadores.

As duas Convenções da OIT sujeitas à votação foram ratificadas, tendo o PCP, naturalmente, votado a favor da ratificação.

Editorial

25 DE ABRIL DE 1974 UMA CONQUISTA QUE É PRECISO DEFENDER

Continuação da pág. 1

que marcham para diante, para a liberdade, para o progresso social. O conteúdo essencial da unidade para derrubar o fascismo, e que o derrubou de facto em Portugal, chegou integro até ao 25 de Abril e perdura para além dele.

Aliados de ocasião, inimigos que se colaram a uma causa que não era a sua, desmascararam-se e uns foram pela borda fora, outros adiarão para melhor altura o ataque frontal à democracia portuguesa.

Spínola, Palma Carlos e outros saltaram do carro da Revolução; Sá Carneiro e o PPD tentaram esvaziar do seu conteúdo progressista e revolucionário a Constituição política; o CDS opôs-se a ela e recusou-a.

Num momento em que as conquistas fundamentais da Revolução estão em perigo e que o fascismo de novo levanta cabeça, num momento em que se multiplicam as provocações contra as forças democráticas e os capitães de Abril, num momento em que uma profunda crise económica sacode o País e agrava as condições de vida do povo trabalhador, a constante unitária que conduziu ao 25 de Abril mantém toda a sua validade e imperiosidade.

Quando o PCP, ante a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS, propõe uma alternativa democrática para sair da crise, apela numa larga plataforma unitária das forças sociais e políticas interessadas na defesa das liberdades e das conquistas fundamentais da Revolução, é ainda a sua vocação aglutinadora das forças democráticas que determina as suas propostas e lhe dá a autoridade necessária para as fazer acreditar no seio do povo.

As comemorações deste terceiro aniversário do Movimento dos Capitães deveriam constituir uma grande jornada democrática de todos os que se mantêm fiéis à constante unitária do nosso processo revolucionário.

O carácter unitário e patriótico do 25 de Abril exclui toda a partidarização das comemorações da vitória do Movimento. É por isso uma vergonhosa manipulação partidária do 25 de Abril o que o PS se propõe levar a cabo na véspera do aniversário da Revolução.

Os propósitos louváveis do Conselho da Revolução de imprimir um cunho genuinamente popular às comemorações de Abril e de banir delas todo o partidarismo, poderão sair frustrados pelas iniciativas partidárias do PS e de grupos da ultra-esquerda lançados numa perspectiva aventureirista altamente perigosa para a Revolução.

A partidarização das comemorações do 25 de Abril abrirá ainda mais o flanco às arremetidas da reacção, animará a contra-revolução fascista, cujas forças conspiram e se organizam na sombra para o assalto ao poder, será um factor de divisão das forças democráticas no momento em que a unidade é mais necessária do que nunca.

A manipulação partidária que o PS se propõe fazer do 25 de Abril e as perigosas iniciativas dos grupos de ultra-esquerda são, por seu lado, susceptíveis de abrir linhas de fractura entre os militares e o povo, e mesmo entre os militares

democratas e patriotas num momento de franca recuperação unitária.

A partidarização do 25 de Abril é um incentivo a projectadas manifestações da direita reaccionária, como as da tourada da CAP em Santarém e outras, donde as maiores provocações contra as forças democráticas são de esperar.

A História falará um dia da responsabilidade daqueles que fizeram da Insensatez, da Irreflexão e da Incoerência uma política.

Por outro lado, o empolamento excepcional da campanha anticomunista por parte dos dirigentes do PS nas vésperas das comemorações do 25 de Abril é significativo e preocupante.

Os acontecimentos em Salvaterra de Magos, comprovadamente exagerados e falseados por dirigentes e pela Imprensa afecta ao PS, inserem-se neste empolamento excepcional do anticomunismo e da campanha contra o PCP. Alvaro Cunhal, da tribuna do II Congresso da UJC, já verberou e reiterou de novo a intransigente reprovação do PCP contra quaisquer violações do direito de reunião partam donde partirem, mesmo que praticados por membros do PCP.

Mas quem foram os verdadeiros causadores dos incidentes? Quem foi a Salvaterra Insultar torpemente os trabalhadores e o PCP? Quem perturbou deliberadamente a serenidade e os ânimos de um grande número de assistentes, alguns mesmo afectos ao PS, senão os próprios organizadores e oradores socialistas?

O que é que determina esse histórico empolamento do anticomunismo por parte dos dirigentes do PS?

Será para justificar uma nova guinada para a direita na sua política de recuperação capitalista?

Ou será para justificar o desencadeamento de novas e maiores violências contra o PCP?

Será para impedir a unidade entre socialistas e comunistas, que ganha cada vez maior força no seio dos trabalhadores e nas mais diversas frentes de luta? Não será com este mesmo objectivo que o PS ameaça expulsar das suas fileiras os militantes socialistas que actuam na CGTP-IN?

Será antes para tentar resolver pela via do anticomunismo as suas dificuldades internas, já impossíveis de ocultar?

Ou será talvez com o objectivo de fornecer ao dr. Mário Soares boas «credenciais» da sua vocação anticomunista para as suas negociações com os Estados Unidos?

As interrogações são lícitas e certamente os factos permitirão aferir da sua justeza.

De qualquer modo, o anticomunismo de dirigentes dos mais destacados do PS aproxima-os perigosamente doutros quadrantes políticos que dele fazem a base ideológica do seu combate à Revolução portuguesa. E ao próprio PS.

Os comunistas manterão toda a sua serenidade ante esta nova irrupção de anticomunismo primário e continuarão a trabalhar activamente para o reforço da unidade e o entendimento entre socialistas e comunistas e todos os democratas sem o que a democracia portuguesa e as conquistas da Revolução correm grave risco.

E é importante lembrá-lo nestes dias que antecederem o terceiro aniversário da Revolução de Abril!

PS lança-se em nova cruzada anticomunista?

Uma nova cruzada anticomunista em que parece estar envolvida a direcção do PS, está na origem de uma declaração política do iminente dirigente do PS e deputado António Reis na sessão da passada sexta-feira da Assembleia da República.

Certos incidentes ainda não completamente esclarecidos registados em Salvaterra de Magos foram o pretexto para a intervenção de António Reis, intervenção que Carlos Brito acusou de se integrar nessa nova cruzada anticomunista, à falta de melhor alimento para mobilizar as suas bases.

Inventando acusações, deturpando factos, Reis recolheu os aplausos das bancadas da direita. Com esta manobra, bem pode dizer-se que, de Magos, Reis recolheu o ouro, o incenso e a mira do CDS e do PPD.

A manobra do PS não ficou sem resposta. Carlos Brito, presidente do

Grupo Parlamentar do PCP, depois de desmentir formalmente muitas das acusações formuladas na catalinária de Reis — nomeadamente a presença em Salvaterra de um membro do Comité Central do nosso Partido — e de ter lamentado os acontecimentos, diria a concluir e desmascarando claramente os propósitos da declaração política de António Reis, depois de ter condenado as ilações que o PS procura tirar dos acontecimentos, em declarações políticas especulativas que só contribuirão para adernar a perturbação pública:

A especulação que o PS está a fazer de um caso isolado, embora grave, faz-nos recuar que a direcção desse partido esteja lançada numa nova cruzada anticomunista para mobilizar as suas bases. De qualquer modo, o PCP não hesitará em tomar todas as medidas que se impuserem dever ser tomadas.

Intervenção na FACAR: resultados positivos!

O deputado do PCP Manuel Franco, intervindo no período de antes da ordem do dia da passada sexta-feira, referiu-se à actual situação da FACAR, nomeadamente à intervenção estatal verificada em Julho de 1975 e aos seus resultados, que classificou de francamente positivos.

Definindo a situação na empresa após a intervenção, Manuel Franco afirmou: As vendas aumentaram. A situação financeira é estável, existindo disponibilidades próprias suficientes para cobrir os encargos correntes com pontualidade. Fizem-se alguns investimentos. Os postos de trabalho aumentaram em cerca de 150, ou seja de 16 por cento. A empresa tem tido resultados anuais positivos. Os salários ultrapassaram os mínimos contratuais, tendo sido fixadas regalias sociais para responder às mais graves dificuldades dos trabalhadores.

Mais adiante e referindo-se ao avolumar de perigos que se adivinham no horizonte, Manuel Franco acentuou: A recuperação capitalista da FACAR não só constitui um grave risco para o desenvolvimento e estabilidade da empresa e para os interesses dos trabalhadores, como

Requerimento ao MAP sobre a Cooperativa «Os Pioneiros»

Os deputados comunistas Lino Lima e Vitor Louro apresentaram na sessão da passada terça-feira um requerimento ao Ministério da Agricultura e Pescas sobre a Cooperativa «Os Pioneiros», de Cortiços.

Tal requerimento, pela sua importância, foi à Assembleia da República. Pela mesma razão o transcrevemos seguidamente. No semanário «Expresso» do passado dia 15 de Abril, sob o título «MAP Dissolve Cooperativa Os Pioneiros em Trás-Os-Montes», é publicada uma notícia sobre uma eventual intervenção administrativa do MAP na Cooperativa «Os Pioneiros», que se traduziria no seguinte conjunto de medidas administrativas:

- a) dissolução da Cooperativa;
- b) nomeação duma comissão de técnicos para «reconverter a situação»;
- c) «devolução de prédios rústicos (...) ao complexo agro-industrial do Cachão»;
- d) afectação das terras «que eram pertença do IFA» a uma cooperativa a constituir segundo estatutos previa e administrativamente determinados pelo MAP.

Não deixa de se estranhar que o «Expresso» possa afirmar ter tido conhecimento dum documento oficial antes da sua publicação; estranha-se ainda que da parte das autoridades não tenha havido qualquer desmentido ou comentário à notícia publicada naquela semanário.

Considerando que a dissolução administrativa duma Cooperativa devidamente legalizada afronta princípios fundamentais da Constituição e viola directamente alguns dos seus preceitos;

Considerando que tal dissolução foi insistentemente exigida pelos grandes senhores da CAP, tendo o seu secretário-geral, Sr. Casqueiro, promovido uma reunião em Macedo de Cavaleiros, inclinando à invasão da Aldeia de Cortiços e da Cooperativa dos Pioneiros;

Considerando que depois a mesma CAP conduziu acções de sabotagem contra a Cooperativa, de que resultaram para esta graves prejuízos;

em si mesma um atentado aos interesses da economia nacional.

E prosseguindo: A actual situação de indefinição contém em si enormes perigos. São conhecidas as manobras, provocações, assaltos e violências que o patronato tem desenvolvido no sentido de criar a instabilidade na empresa, levá-la a graves dificuldades, procurando criar condições para o seu regresso.

Depois de ter exigido medidas firmes contra toda essa actividade, o deputado do PCP concluiu a sua intervenção salientando:

No caso da FACAR, como noutros casos que aqui temos relatado, como em geral para todas as empresas de formação económica não capitalista, nós trabalhadores e comunistas temos defendido e continuaremos a defender uma política de estabilização e desenvolvimento do sector, de respeito pelas conquistas da Revolução de Abril e pelos imperativos da Constituição, uma política que permita e crie as condições finais para a estabilidade, para o desenvolvimento, para a recuperação económica!

Considerando o interesse social e económico da Cooperativa, como exemplo na região de Trás-os-Montes de verdadeiro cooperativismo agrícola de produção, ao contrário do que sucede com falsas cooperativas existentes, como é o caso da Cooperativa Agrícola do Concelho de Macedo de Cavaleiros, dominada por caciques e grandes proprietários e actuando contra os interesses dos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores;

Considerando que os cooperadores dos Pioneiros são trabalhadores, pequenos agricultores e retornados pobres em terras que se encontravam ao abandono;

Considerando que não foi dado o necessário apoio financeiro aos vários prejuízos sofridos por causas naturais, bem como não foi compensada pela azeitona colhida em 1976.

Considerando assim que há vários meses que a Cooperativa não pode pagar salários;

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista constitucionais e regimentais, requerem ao Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pescas, a prestação urgente das seguintes informações:

- a) Cópia do inquérito e relatório feito pelo MAP à situação nos Cortiços;
- b) Abrangeu o inquérito a actividade sabotadora da CAP? Que medidas se propõem aí para punição dos responsáveis?
- c) É verdadeira a notícia do jornal «Expresso»? Em caso afirmativo pede-se cópia do documento ou documentos a que o redactor dessa notícia teve acesso;
- d) Pensa o Governo respeitar o princípio constitucional da independência do movimento cooperativo, ou vai insistir na administrativização da sua actividade, contrariando princípios e preceitos da Constituição?
- e) Vai o Governo apoiar a Cooperativa «Os Pioneiros», como é seu dever, com os créditos e outros auxílios financeiros e técnicos que ele necessita?

SOBRE OS INCIDENTES DE SALVATERRA DE MAGOS

O PCP, como é do conhecimento público, condena firmemente toda a espécie de actos ou atitudes que, de alguma forma, possam servir de pretexto para limitações ao exercício das liberdades democráticas, assinala a SIP do nosso Partido, numa nota de 15 do corrente, manifestando "a maior estranheza pelo facto de a Direcção do PS insistir nesse tipo de pretextos (caso de Salvaterra de Magos) alegando pretensos confrontos com a esquerda para justificar alianças premeditadas com a direita".

passou naquela vila ribatejana, durante um comício do PS, a SIP desmente a presença do camarada Raimundo Cabral, membro do CC do PCP, no referido comício, bem como qualquer deslocação organizada de militantes comunistas de Alpiarça, "não passando igualmente de pura invenção a acusação do uso de facas por parte de militantes do PCP e da existência de confrontos físicos violentos".

Note-se, como lembra, por seu lado, a Comissão Concelhia do PCP de Salvaterra de Magos, que já no caso de Benavila "o PS,

em comunicado divulgado na altura, afirmava que tinha sido gravemente ferido um seu militante, quando na realidade se tratava de um militante do nosso Partido".

Desmentindo as graves acusações ao PCP que, "não obstante o seu carácter unilateral, foram reproduzidas com grande destaque por alguns órgãos de informação", a SIP acrescenta:

A exaltação e indignação manifestadas por parte considerável dos presentes, que não só os comunistas, ficou exclusivamente a dever-

- se aos ataques caluniosos e ofensivos, dirigidos nomeadamente pelo dr. António Barreto contra os trabalhadores rurais, a Reforma Agrária e o PCP.

O militante do PCP, António Abalada, limitou-se a, em determinada altura, abandonar a sala, tendo depois agido com outros militantes comunistas e socialistas no sentido de acalmar os ânimos, o que o dirigente do PS, António Reis, muito bem sabe e poderá, se quiser, confirmar.

A versão extremamente deturpada e sectária dos acontecimentos que o PS dá no seu comunicado e que "a reacção não deixará de utilizar para as suas intrigas anticomunistas e exigências antidemocráticas" é firmemente repudiada pelo PCP, pela sua política de unidade, "que não é uma tática de ocasião, antes corresponde aos profundos sentimentos unitários do nosso povo e às exigências que se colocam para a defesa da democracia portuguesa.

"As manifestações de crescente unidade que os trabalhadores portugueses vêm dando na defesa dos seus interesses e do interesse nacional, contra a recuperação capitalista e o conseqüente agravamento das suas condições de vida, comprovam a justeza da orientação do PCP", que acidentemente empolados não poderão alterar.

Um aspecto da reunião preparatória realizada no Centro Vitória, em Lisboa

PROSSEGUEM ACTIVAMENTE OS TRABALHOS PREPARATÓRIOS DA CONFERÊNCIA ECONÓMICA

Em toda a organização do Partido prossegue activamente o debate sobre «A situação económica e financeira e o caminho para sair das dificuldades actuais», tema que constitui o ponto único da ordem de trabalhos da Conferência Nacional do PCP convocada pelo Comité Central para os próximos dias 7 e 8 de Maio. Na preparação desta Conferência da maior importância no actual contexto político-económico, toda a organização do Partido se encontra empenhada, multiplicando-se as reuniões em que se procura dar respostas concretas aos problemas que se fazem sentir em cada sector de modo a acudir à grave situação económica e financeira do País.

Como exemplo desta actividade, profundamente

intensa em virtude do período escasso que nos separa da realização da Conferência, citamos a realização, anteontem, dia 19, no centro de Trabalho Vitória, de uma reunião dos funcionários políticos e membros das direcções das organizações concelhias e grandes sectores da Organização Regional de Lisboa do PCP, para balanço e medidas do trabalho preparatório da Conferência Nacional.

Dirigiram os trabalhos os camaradas Octávio Pato e Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Georgete Ferreira, do CC e da DORL e Manuel Judas, da DORL.

Representantes de cada Concelhia e Sector deram conta do trabalho já efectuado e dos planos estabelecidos.

Em reuniões e plenários realizados em grandes empresas e alguns sectores, com a participação de milhares de pessoas, verifica-se uma importante e proveitosa participação de trabalhadores e técnicos não pertencentes ao Partido, sem partido e de outros partidos democráticos — todos se debruçando em comum sobre a situação das suas empresas e sectores, na busca de soluções concretas para as dificuldades económicas e financeiras enfrentadas pelos trabalhadores e o Povo português. Foram definidas algumas linhas de orientação para tornar o trabalho preparatório ainda mais amplo e eficiente, com vistas a responder ao objectivo concreto visado pela Conferência Nacional do PCP.

NOVO CENTRO DE TRABALHO NO PORTO

Foi no Porto, mais propriamente na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 80, 1.º, que no domingo passado foi inaugurado o mais recente Centro de Trabalho do PCP. A sua localização relaciona-se com o funcionamento das diversas células da zona ribeirinha da cidade do Porto.

Muitos foram os camaradas e simpatizantes que ali se deslocaram para assistir à inauguração, assinalada com uma sessão de canto livre, um leilão que se destinou à Campanha de Fundos e que rendeu alguns milhares de escudos, uma sessão de cinema e uma intervenção do camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Nas palavras que proferiu, Carlos Costa realçaria a importância da Conferência Nacional do Partido e da realização, em breve, de uma assembleia do organismo das zonas ribeirinhas do PCP, a fim de eleger a respectiva direcção. A terminar, não deixou de frisar a importância da intensificação do trabalho dos comunistas nos bairros das zonas ribeirinhas.

VIVA O 1.º DE MAIO JORNADA DE UNIDADE E DE LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES! à classe operária, aos trabalhadores, ao povo português!

Nas vésperas do 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, o Partido Comunista Português saúda a classe operária e os trabalhadores portugueses, toda a população laboriosa de Portugal que com a sua luta, o seu trabalho e o seu esforço criador tem vindo corajosamente a defender a revolução portuguesa e as grandes conquistas democráticas do nosso povo, que são a base indispensável para uma vida melhor, na paz, na liberdade e no caminho do socialismo.

1.º de Maio: data histórica da resistência ao fascismo e da revolução portuguesa

No quadro de um combate prolongado e persistente, contra a ditadura fascista, feito de sacrifícios sem conta, a classe operária e os trabalhadores portugueses, ergueram corajosamente, em históricas jornadas do 1.º de Maio, a bandeira da luta pela paz, pela liberdade, pelo pão, abrindo caminho para a vitória final sobre o fascismo e o colonialismo.

O 1.º de Maio de 1974, exprimindo o imenso e esmagador apoio popular à acção libertadora dos militares patriotas, testemunhou a impressionante grandeza do levantamento popular convergente com o levantamento militar e marcou decisivamente a força da intervenção autónoma e independente do movimento operário e popular que seria determinante para o sucesso do processo de democratização da vida nacional.

Desde então, o 1.º de Maio tem assumido para os trabalhadores e o povo português o alto significado de marcar o papel da classe operária e das massas populares na luta pela liberdade e na construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo.

O PCP exprime a sua profunda convicção de que o 1.º de Maio deste ano constituirá seguramente uma nova e valiosa demonstração da unidade e determinação combativa dos trabalhadores e das massas populares, em defesa das liberdades e das outras grandes conquistas da revolução portuguesa, em defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

Recuperação económica, sim! Recuperação capitalista, não!

Os trabalhadores portugueses vão celebrar o 1.º de Maio num momento em que as conquistas da revolução estão submetidas a uma grave ofensiva, em que os direitos e liberdades conquistados são objecto de crescentes violações e medidas restritivas, em que o agravamento da situação económica e financeira e as actividades reaccionárias projectam sobre o regime democrático perigos consideráveis.

O aumento vertiginoso do custo de vida; o congelamento virtual da contratação colectiva; a intensificação dos despedimentos e o crescimento do desemprego; a entrega de empresas intervenidas ao patronato que as arruinou; a ofensiva de atropelos, abusos e ilegalidades contra a Reforma Agrária; a humilhante dependência do imperialismo; a numerosa legislação antioperária; a vaga impune de agressões e violências do patronato reaccionário contra trabalhadores em luta; os projectos de indemnizar largamente agrários e monopolistas à custa dos dinheiros públicos; a impunidade de que gozam conspiradores activos e bombistas confessos; as perseguições e afastamentos de trabalhadores progressistas das empresas e aparelho de Estado; o sistemático desprezo pela vontade e opinião de quem trabalha — são, entre muitos, aspectos que definem uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, que é contrária aos interesses e aspirações dos trabalhadores, compromete a resolução efectiva dos graves problemas nacionais e que, a prosseguir, significaria novas, amargas e insustentáveis

dificuldades para o nosso povo e perigos mortais para a democracia portuguesa.

A firme resistência e a sólida unidade que os trabalhadores estão opondo ao agravamento das suas condições de vida, à ofensa dos seus direitos e aspirações, às manobras para abrir caminho à intensificação da exploração pela divisão dos trabalhadores, comprovam, de forma inequívoca, que na situação difícil e complexa que hoje se vive, da acção, da unidade e da luta da classe operária e das massas populares, depende, em parte decisiva, a sobrevivência da democracia portuguesa, a defesa dos interesses nacionais, o desenvolvimento e o progresso do país.

Na situação actual, marcada por uma profunda crise da economia, que tende a agravar-se por força de uma política irresponsável e divorciada da Constituição, novas e acrescidas responsabilidades pesam sobre a iniciativa e o esforço da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Defendendo com firmeza os seus interesses imediatos, os trabalhadores estão afirmando, ao mesmo tempo, por todo o país, o seu desejo de contribuírem de forma responsável e construtiva para encontrar uma solução nacional para os graves problemas do país.

Sair da crise em que a economia nacional está mergulhada, travar a marcha para o colapso através de uma solução democrática capaz de vencer as dificuldades e os perigos actuais, tal é a tarefa nacional mais urgente ao serviço da qual os trabalhadores portugueses desejam colocar a sua experiência, dedicação e imaginação criadora, o seu patriotismo.

1.º de Maio de 1977: por uma grandiosa jornada de unidade e de luta

O PCP apela para a classe operária, para todos os trabalhadores, para todos os democratas, a fim de que as próximas comemorações do 1.º de Maio constituam uma grandiosa jornada unitária que marque a firme determinação popular de defender a democracia portuguesa das ameaças da reacção, de a manter no rumo do socialismo, como consagra a Constituição.

O PCP apela à classe operária, a todos os trabalhadores portugueses para que participando em massa nas comemorações unitárias já convocadas para Lisboa, Porto e outros pontos do país, façam do próximo 1.º de Maio uma vibrante jornada de desmascaramento de novas manobras divisionistas, pelo reforço da sua unidade, pela consolidação das suas estruturas de classe e do seu movimento sindical unitário, que constituem fortes barreiras ao avanço da reacção e sólida garantia da defesa dos interesses populares e nacionais.

O PCP exorta a classe operária, os trabalhadores portugueses a que, por todo o país, por ocasião do 1.º de Maio, realizem uma unidade e combativa jornada de luta em defesa das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, pela recuperação económica contra a recuperação capitalista, pela defesa e aplicação da Constituição, por uma solução democrática e patriótica para os graves problemas nacionais, assente na intervenção determinante dos trabalhadores e das massas populares.

AVANTE PELO 1.º DE MAIO, DIA DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES!

AVANTE PELO 1.º DE MAIO, JORNADA DE UNIDADE E LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES NA CONSTRUÇÃO DE UM PORTUGAL LIVRE, DEMOCRÁTICO E INDEPENDENTE, A CAMINHO DO SOCIALISMO!

20-4-77

O Comité Central do PCP

Concurso de fotografia

«PELA PAZ, O DESANUVIAMENTO E O PROGRESSO SOCIAL»

Conforme o «Avante!» já divulgou, a redacção da revista **Problemas da Paz e do Socialismo** conjuntamente com a Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ) decidiu organizar em 1977 um concurso internacional de fotografia sob a designação «Pela Paz, o desanuviamento e o progresso social».

A Redacção da revista e a OIJ contam com a participação neste concurso de jornalistas fotógrafos progressistas e democráticos de diferentes países do mundo, bem como de amadores cuja obra se inspire nos ideais da luta pela paz, pelo desanuviamento e progresso social. Pensamos que os aspectos mais diversos desta luta — a sua grande envergadura, o seu heroísmo

quotidiano e o seu carácter humanitário — encontrarão o seu reflexo nos trabalhos enviados ao concurso.

Três prémios principais, respectivamente de 6000, 4000 e 2000 coroas checoslovacas foram estabelecidos para recompensar os vencedores do concurso. Estes prémios serão entregues aos vencedores sob a forma de prendas de valor ou, se o desejarem, em dinheiro (coroas checoslovacas). Foram igualmente instituídos diversos prémios de encorajamento, assim como diplomas.

Um júri especial composto de representantes da revista **Problemas da Paz e do Socialismo**, da Organização Internacional dos Jornalistas, bem como de repórteres

fotógrafos conhecidos, foi instituído para seleccionar os vencedores.

Os melhores trabalhos enviados ao concurso serão reproduzidos no corrente ano de 1977 nas revistas **Problemas da Paz e do Socialismo** e **Jornalista Democrático**.

São aceites no concurso fotografias a preto e branco (as provas de controlo 18x24cm) com curtas legendas. O júri pede que se enviem os trabalhos destinados ao concurso do corrente ano de 1977 (o prazo final fixado em 10 de Outubro de 1977) para o seguinte endereço:

Revista **Problemas da Paz e do Socialismo**, Thákurova, 3, Praga 6, Checoslováquia. Pede-se para mencionar no envelope Concurso de Fotografia «Pour la paix, la détente et le progrès social».

OS TRABALHADORES NÃO SE DEIXARÃO ENVOLVER NAS MANOBRAS DIVISIONISTAS

1. A direcção do Partido Socialista acaba de consagrar como orientação oficial daquele partido para o trabalho sindical a divisão dos trabalhadores e a desagregação de um dos mais sólidos baluartes da defesa da democracia portuguesa — o movimento sindical unitário.

De acordo com o conteúdo profundamente divisionista do comunicado recentemente subscrito e divulgado pela direcção do PS, é de prever que se venha a intensificar, com a cobertura do PS, a campanha reaccionária de intrigas, calúnias e manobras contra a unidade dos trabalhadores e o movimento sindical unitário que estes forjaram no diálogo aberto e na luta de massas.

Novas e mais graves ingerências governamentais contra a autonomia, a liberdade e a independência do movimento sindical são igualmente de prever, dados os objectivos da manobra e a sistemática tendência do PS para colocar cargos de Estado, aparelho de Estado e órgãos de informação de Estado ao serviço da sua política partidária e sectária.

2. Torna-se por demais evidente que não é a preocupação de garantir a «democraticidade» dos sindicatos que determina as

posições do PS e que não é o fortalecimento do sindicalismo «democrático» o alvo dos esforços daquele Partido.

Com efeito, toma-se cada vez mais claro aos olhos dos trabalhadores de todas as tendências, que a divisão dos trabalhadores e do movimento sindical português é uma ofensiva complementar da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, uma ofensiva que tem por objectivo principal desarmar os trabalhadores, intensificar a sua exploração, enfraquecendo a sua capacidade de legítima resistência a medidas que ofendem os seus direitos e aspirações e agravam dramaticamente as suas condições de vida.

O anúncio feito pelo PS do seu propósito de criar sindicatos paralelos de trabalhadores rurais no Alentejo comprova claramente esse objectivo, constitui uma clamorosa confissão de ingerência partidária na organização dos trabalhadores, é uma demonstração expressiva do lamentável empenho do PS e do seu Governo em concentrar meios visando a liquidação da Reforma Agrária.

3. Tal orientação não honra um partido democrático, não serve a democracia portuguesa, é antes um inestimável serviço às forças apostadas em

liquidar as conquistas da Revolução e a própria democracia. Com semelhante orientação que se opõe à crescente unidade que se verifica entre os trabalhadores, a direcção do PS dá mais um passo para se afastar dos interesses e das aspirações dos trabalhadores e dá mais um passo para se aproximar dos interesses do grande capital e do imperialismo.

Com semelhante orientação, a direcção do PS não deixará de desiludir, ainda mais profundamente, largos sectores de trabalhadores que se identificaram com o seu Programa. O PS, podendo ser um grande partido democrático essencial à Revolução portuguesa, parece preferir assumir a crescente responsabilidade de empurrar o país e a democracia portuguesa para uma situação cada vez mais difícil.

4. A grave situação económica e financeira do país torna cada vez mais urgente um diálogo sereno e construtivo entre os órgãos de poder e as organizações dos trabalhadores com vista a se encontrar uma solução nacional para os gravíssimos problemas actuais. Mas o PS e o seu Governo insistem em hostilizar os trabalhadores, em caluniar as suas organizações unitárias, em querer desagregar o seu poderoso movimento sindical unitário.

Os perigos que ameaçam a democracia portuguesa exigem, com uma urgência cada vez maior, o exame atento dos problemas nacionais, a aproximação, o entendimento e a busca da cooperação entre as principais forças democráticas. Mas o PS insiste numa política sectária e intolerante, dominada pelo anticomunismo, sempre procurando pretextos de conflito e divisão no campo democrático.

A necessidade de promover a recuperação da economia nacional exige uma pronta e vasta concentração de energias populares, uma larga e criadora intervenção dos trabalhadores, o respeito integral das conquistas da Revolução e o cumprimento da Constituição. Mas o PS, enquanto hostiliza as forças e sectores de esquerda de onde podem vir os contributos essenciais para sair da crise, alia-se ao PPD e ao CDS que, segundo o Programa Eleitoral do PS de Abril de 1976, ainda eram aí considerados como partidos de direita cuja política tem «o objectivo de ver recuperados os privilégios perdidos pelos detentores do poder económico», o que «só seria aplicável num clima de repressão sobre os trabalhadores portugueses, incompatível com a prática da democracia».

Está na ordem do dia o combate corajoso às raízes da crise económica e, ao

mesmo tempo, às manobras e actividades fascistas e terroristas que ameaçam o regime democrático e a sua necessária estabilidade. Mas o PS tem a coragem de apontar aos seus militantes como tarefa prioritária a divisão dos trabalhadores e do seu movimento sindical que não deixaria de representar um enorme contributo para a desestabilização da vida nacional.

5. O PCP confia em que os trabalhadores, nomeadamente os próprios trabalhadores socialistas, conscientes dos seus interesses de classe e da importância da unidade do movimento sindical para a defesa das conquistas da Revolução, não se deixarão envolver na aventura irresponsável e divisionista que lhes é proposta pela direcção do PS.

O PCP confia em que os trabalhadores portugueses, continuando e reforçando a sua unidade, condenarão ao fracasso os projectos de criar em Portugal um movimento sindical fantoche que fosse um instrumento fácil de uma política de recuperação capitalista e de agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Lisboa, 19 de Abril de 1977. A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

O camarada Valeri Ganitchev, membro do Bureau do CC do Komsomol leninista, que chefiou a delegação soviética ao I Congresso da UJC, visitou as instalações do «Avante!» onde foi recebido pelo camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do órgão central do nosso Partido. À esquerda na gravura, o camarada Ganitchev saudou o colectivo do «Avante!» e recebeu provas fraternas de solidariedade internacionalista

Ampla movimentação sindical DEFEIDER A UNIDADE CONTRA A INGERÊNCIA DO PS E DO GOVERNO

“Pela forma com um governo disciplina legislativamente as relações de trabalho pode, na verdade, aferrar-se da opção de classe que, caso a caso, momento a momento, ele faz no exercício da sua competência própria”, assinala o documento sobre legislação do trabalho apresentado, no último sábado, ao Plenário da União dos Sindicatos de Lisboa. Analisando a legislação antiopeária do Governo do PS, promulgada sem respeito pela Lei Fundamental do País, a USL protesta mais uma vez contra essas decretos abusivos que “consagram, na esmagadora maioria dos casos, soluções contrárias aos interesses imediatos e aos direitos, inclusive constitucionais, dos trabalhadores” — posição com que pactuam, aliás, algumas direcções sindicais da “Carta Aberta”, serventúrias do Governo e das quais este se serve por via partidária para tentar iludir a opinião pública, fazendo crer que os trabalhadores foram ouvidos para a elaboração dessas leis.

Integrado numa ampla movimentação sindical que durante o último fim-de-semana decorreu por todo o País, o Plenário da USL aprovou, entre outras medidas, o desencadeamento imediato de acções de esclarecimento a nível de empresa, a cargo dos delegados sindicais e das Comissões de Trabalhadores, de que resulte a aprovação de posições de protesto contra a política de direita seguida pelo Governo, contra o processo de recuperação capitalista, agrária e imperialista em curso.

No Porto, onde foi divulgada a adesão à CGTP-Intersindical Nacional de mais dez Sindicatos, membros do Secretariado da Central Única, depois de lembrarem que quem está de boafé discute dentro do Movimento Sindical, aberto a todos os trabalhadores, independentemente das ideologias ou tendências políticas a que adiram, salientaram: “Na CGTP-IN responderemos com a nossa unidade perante o agravamento do custo de vida, a recuperação capitalista e os despedimentos (...) a nossa resposta é mostrar que os trabalhadores estão dispostos a tomar medidas para resolver a crise”.

Enquanto isso, em Coimbra, 28 direcções sindicais afectas à “Carta Aberta” chegarão à conclusão (tardia e que nada adianta) de que cometeram “um erro crasso” ao “contestar sem a apresentar alternativas”. A verdade é que os cartabertistas não têm nem nunca tiveram outra alternativa que não seja o apoio oficial do PS e do Governo que este partido formou. E essa alternativa já era bem clara no período “contestatário” (leia-se cisionista) das direcções sindicais reformistas que agora pretendem “intervir a nível sindical” e viajar pelo estrangeiro à custa de prováveis decisões do Ministério do Trabalho, pois as direcções “pluralistas” manifestam-se muito esperanças em ir a Genebra, em “paridade” com a CGTP-IN, para participarem na 63.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho. Não há dúvida que é andar depressa, já que a “Carta” arremessa esta “decisão” em Coimbra dois dias depois de a direcção do PS lhe prestar apoio oficial e público. Os da “Carta” não

CAMARADAS FALECIDOS

Faleceu o camarada António Conceição Pereira. Operário soldador, militante comunista há longos anos, muito estimado em Alcântara, onde era conhecido, foi a enterrar, tendo a acompanhá-lo muitos amigos e militantes do PCP, que cobriram o caixão com a bandeira do Partido.

Também o camarada Joaquim Gonçalves Figueiredo, operário ferroviário reformado, faleceu, no passado dia 14. Militante dedicado ao Partido, com prestígio na freguesia, foi sepultado em Alhos Vedros.

perdem tempo na sua afirmação como “Movimento”... em Genebra.

A DIRECÇÃO DO PS É DA LINHA GONELHISTA

A política sindical do PS e do Governo passa agora pela linha gonelhista aprovada há dias pela direcção daquele partido, segundo um comunicado subscrito pelo secretário-geral do PS e chefe do Governo, como é de todos sabido.

“A defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores que a CGTP-Intersindical Nacional considera sua tarefa central — afirmava, entretanto a Conferência — passa também pela tomada de posição sobre decisões tomadas fora do Movimento Sindical e contra a vontade democrática dos trabalhadores. Tal vontade expressa-se democraticamente a todos os níveis da sua organização sindical”, lembrava ainda a CGTP-IN acrescentando: “Tendo os partidos políticos a possibilidade de se pronunciar sobre o Movimento Sindical tal não pode confundir-se com o direito de se ingerir, directa e inequívocamente na organização sindical, cuja orientação só aos trabalhadores compete determinar. As decisões tomadas em recente reunião de dirigentes do PS constituem a concretização formal das intenções que sempre os nortearam de dividir o Movimento Sindical. Aos trabalhadores será agora muito mais fácil compreender a justeza das afirmações da Central Sindical quando, a propósito dos falsos dilemas levantados pelos dirigentes do PS, com o apoio de toda a direita (como, por exemplo, unidade-unicidade, Inter-Carta Aberta), dizia que o que estava por detrás dessas manobras era o objectivo de dividir os trabalhadores e as suas organizações de classe, utilizando palavras que lhes são caras, como democracia, independência, liberdade e unidade.

“Ao contestar a democracia e a representatividade da CGTP-IN — prossegue o comunicado — a direcção do PS sabe que está a tentar esconder a realidade da vida sindical, que é conhecida de todos os trabalhadores. Os trabalhadores sabem que os dirigentes dos seus Sindicatos são eleitos por voto secreto e directo, em eleições livres, às quais podem concorrer todas as listas, defendendo os mais variados programas. Em cerca de meio milhão de eleições que se realizaram após o 25 de Abril na vida sindical, contam-se pelos dedos de uma só mão as vezes em que os resultados eleitorais mereceram contestação e não há nenhum caso em que essas excepções não tivessem sido resolvidas democraticamente pelos próprios trabalhadores.

“Os trabalhadores sabem que a CGTP-IN é um órgão de união e coordenação da luta dos Sindicatos portugueses e que o seu Secretariado é constituído por trabalhadores eleitos pelos dirigentes sindicais em Congresso aberto à participação de todos os Sindicatos, em pé de igualdade de direitos e deveres,

independentemente das linhas político-sindicais que cada Sindicato perfiz.

“Os trabalhadores sabem que os Estatutos da sua Confederação permitem a participação nos seus órgãos deliberativos de todos os Sindicatos independentemente de estarem ou não nela filiados.

“Os trabalhadores sabem que em toda a estrutura do Movimento Sindical pode participar qualquer trabalhador, independentemente da sua ideologia. Esta é uma realidade confirmada pela própria direcção do PS quando afirma reprovador a participação de socialistas, nomeadamente dos que se reclamam da filiação no PS, no Movimento Sindical da Inter-CGTP.”

CONFUNDIR A OPINIÃO PÚBLICA

Depois de lembrar que “as decisões da direcção do PS desmentem as suas afirmações de não ingerência no Movimento Sindical”, o comunicado da CGTP-IN recorda que “não podem os trabalhadores abstrair-se de que o PS é o partido do Governo”, confirmando-se, por outro lado, que esse mesmo Governo “utiliza as palavras diálogo e concertação como mero expediente tático para confundir a opinião pública, porquanto a sua estratégia de desenvolvimento económico está assente em princípios de subordinação aos interesses do grande capital e do imperialismo, a cuja concretização

URAP EM SETÚBAL COMEMORA O 25 DE ABRIL

O Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal acolheu numeroso público, no último sábado, por ocasião da sessão solene ali realizada por iniciativa da URAP — União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

Pelas 21 horas, o salão e um corredor adjacente estavam repletos de público que ali affluí para ouvir os intervenientes, entre os quais Lopes Cardoso, Fernando Piteira Santos e José Maria do Rosário.

Integrada nas comemorações do 3.º aniversário do 25 de Abril, esta sessão contou, ainda com a presença de uma antifascista de Setúbal — Laurinda Ferreira — que foi a primeira a tomar a palavra invocando todos aqueles naturais do concelho, resistentes antifascistas, vítimas das torturas

se tem oposto a unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical”.

Chamando a atenção para este significado político muito concreto da investida oficial do PS contra a unidade e a independência dos Sindicatos, a CGTP-IN foca uma realidade reconhecida no comunicado da direcção do PS — a de não haver condições para criar uma verdadeira (leia-se outra) central sindical e acrescenta:

“A divisão dos trabalhadores é para o Governo condição essencial para poder entregar as empresas intervencionadas ao patronato sabotador, para fazer aprovar uma lei contra a Reforma Agrária, para defender os interesses das multinacionais (...) para manter o congelamento de salários e o aumento do custo de vida, para aumentar os despedimentos e para intensificar a exploração”.

Mas a consciência de classe dos trabalhadores e os seus sentimentos unitários obstarão mais uma vez à ofensiva divisionista, frisa ainda a CGTP-IN, cujo Secretariado “continuará invariavelmente no seu caminho de diálogo e unidade entre todos os trabalhadores portugueses, incluindo com aqueles que tenham críticas e reservas a seu respeito, na certeza de que esse caminho é o único que interessa à defesa da democracia no nosso País, à recuperação económica que o nosso Povo deseja e à manutenção da possibilidade de realizar o projecto socialista que a Constituição consagra”.

AS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO

A Comissão Organizadora das Comemorações do 1.º de Maio de 1977 dos distritos de Lisboa e Setúbal apela, num comunicado, “a todos os trabalhadores e ao povo em geral para que, desde já, se organizem nos Sindicatos, nas empresas, nas zonas de habitação, contribuindo activamente para um 1.º de Maio em unidade, construído em volta dos interesses e justas aspirações das classes trabalhadoras do nosso país”.

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL), também num comunicado, aponta os objectivos das comemorações, com relevo para a defesa das conquistas do 25 de Abril, a consolidação da democracia, o cumprimento da Constituição, a recuperação da economia, ao serviço dos trabalhadores e da independência nacional, e a unidade entre todos os trabalhadores.

O programa das comemora-

ções incluirá, de manhã, provas desportivas e, à tarde, um desfile entre a Alameda D. Afonso Henriques e o Estádio 1.º de Maio. Nele participarão os trabalhadores e as suas organizações unitárias, incluindo carros alegóricos alusivos às conquistas da revolução.

O período de 26 de Abril a 1 de Maio será ocupado com o esclarecimento das massas trabalhadoras nas empresas, em plenários, a par de actividades desportivas e culturais.

Segundo a Comissão Organizadora, o 1.º de Maio de 1977 será uma manifestação de “confiança nas nossas próprias forças e de capacidade de resistência às forças reacçãoárias”. Será um preito de “homenagem e respeito por todos os trabalhadores que tombaram e pelos que lutam ainda pela sua emancipação como classe”.

Álvaro Cunhal

A QUESTÃO DO ESTADO QUESTÃO CENTRAL DE CADA REVOLUÇÃO

A agudização da luta de classes levanta a equipa governante, com medo da revolução, a reforçar o aparelho repressivo. E, se em qualquer momento esta equipa não se mostrar à altura da sua tarefa como defensora dos grupos monopolistas, dos latifundiários, dos colonialistas, do imperialismo estrangeiro, todos estes utilizarão a máquina do Estado, que lhes fora «conquistada» mas nunca verdadeiramente arrebatada, para formar um governo mais fiel aos seus interesses e mais «competente» na sua defesa. A reacção, portanto, é a revolução, mesmo o fascismo, passariam de novo a ofensiva.

As forças democráticas portuguesas devem

trabalhar para que tais situações se não venham a verificar. Devem ter perfeitamente clara a ideia de que, depois de derrubado o fascismo, nenhuma política democrática poderá ser levada a cabo em Portugal, nenhuma reforma social profunda poderá ser realizada, o poder dos monopolistas e latifundiários não poderá ser liquidado, nenhuma garantia poderá haver contra nova ofensiva vitonosa da reacção e do fascismo, se o aparelho do Estado for apenas conquistado, remodelado e liberalizado. É um absurdo pensar que uma revolução pode realizar-se apoiada no aparelho do Estado das classes contra as quais essa mesma revolução é dirigida.

A ofensiva contra a Reforma Agrária PERGUNTAS AO POVO TRABALHADOR E AOS MILITARES PATRIOTAS

O Conselho de Ministros começou já a discutir o que pomposamente foi chamado “proposta de lei que estabelece as bases gerais da Reforma Agrária”. Vinda de onde vem, ou seja da actual equipa do MAP, esta proposta não é mais do que a tentativa de destruição da autêntica Reforma Agrária que os trabalhadores agrícolas realizaram e vêm defendendo das investidas do senhor ministro Barreto, do secretário da Estruturação Agrária, senhor Portas e de outros que igualmente lêem pela cartilha da recuperação latifundista.

Como aliás expõe o pouco claro comunicado que dá notícia do início da discussão em Conselho de Ministros, são “expressamente revogados, sem prejuízo do disposto nas normas transitórias constantes da proposta, os Decretos-leis n.ºs 547/74, de 22 de Outubro, 201/75, de 15 de Abril, 406-A/75 e 406-B/75, de 29 de Julho, 407-A/75 de 27 de Setembro, 236-A/76 de 5 de Abril, 248/76 de 7 de Abril, 492/76 e 493/76 de 23 de Julho”. Ou seja, sem que o povo trabalhador se tenha chamado a pronunciar-se sobre o assunto, obrigatoriedade estabelecida no artigo 104.º da Constituição, o Governo revoga, de uma só penada, toda a legislação relativa à Reforma Agrária (lei do arrendamento rural, lei da expropriação dos 50 000 pontos ou 70 hectares, das normas para reconhecimento das UCP, do regime jurídico das terras arrendadas incultas ou em mato, do direito de reserva para os 50 000 ou 30 hectares).

Interpretando as interrogações das massas trabalhadoras do campo e dos trabalhadores da cidade conscientes da importância fundamental da Reforma Agrária na construção de uma sociedade democrática e na conquista da independência nacional, os Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, dirigiram recentemente, em Conferência de Imprensa, algumas

perguntas ao povo trabalhador e aos militares patriotas. Perguntas essas que não podem ficar sem resposta.

Perguntamos ao povo trabalhador, aos militares patriotas: — Depois da destruição da Reforma Agrária o que é que fica? Destruidas as Unidades Colectivas e as Cooperativas Agrícolas o que restaria?

Nós, trabalhadores rurais, não sentimos a necessidade da posse individual da terra. Compreendemos, respeitamos e defendemos o sentir dos pequenos agricultores pelas suas parcelas de terreno. A terra dos pequenos agricultores é sagrada. Defendemos que o Estado deve apoiar técnica e financeiramente aqueles que trabalham a terra directamente. Defendemos a Lei do Arrendamento Rural.

Mas, por outro lado, é uma violência sobre o nosso modo de sentir e de pensar, criado e cimentado durante anos e anos na experiência das grandes lutas contra os latifundiários e a exploração, querer quebrar os laços de unidade entre os rurais e a capacidade e desejo de produzir colectivamente.

É um atentado contra a economia e a independência nacional querer destruir as unidades colectivas de produção e as cooperativas agrícolas. Não queremos coruleas, nem as condições das

terras e do clima, economicamente, o permitem. Queremos, isso, sim, aproveitar ao máximo as terras e os meios de produção e contribuir para “obem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e opressão do homem pelo homem” (Art.º 9.º) As UCPs e Cooperativas já provaram na prática serem a forma mais correcta e capaz de melhorar

REUNIDOS EM COIMBRA RENDEIROS EXIGEM CUMPRIMENTO DA LEI

Comemorando o segundo aniversário da Lei do Arrendamento Rural, a Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor, com o apoio do MARN e da Cooperativa da Figueira da Foz, convocou uma concentração em Coimbra, em frente ao IRA, no passado fim-de-semana.

Os rendeiros presentes entregaram um texto ao IRA, cujos pontos centrais são a defesa e manutenção da Lei do Arrendamento Rural

a produção de cereais e gados. É preciso ser claro: — A falsa 2.ª Reforma Agrária aprovada pelos srs. Mário Soares, Barreto e Portas é um plano imposto pela reacção interna, pelo imperialismo para destruir as Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas e entregar as terras e dinheiros aos grandes agrários sabotadores.

E se o Governo destrói a Reforma Agrária o que pode oferecer em troca? O que poderá dar aos rurais, aos pequenos e médios agricultores e ao povo trabalhador? O regresso dos agrários? A diminuição da produção? O agravar das dificuldades económicas? O aumento ainda maior do custo da vida e da inflação? A total dependência económica e política do imperialismo?

e a reivindicação das organizações de camponeses serem ouvidas na elaboração das leis que lhes dizem respeito e em todas as questões relacionadas com a lavoura.

Seguiu-se uma conferência de Imprensa no INATEL, na qual as organizações camponesas presentes salientaram a importância da defesa da Lei do Arrendamento Rural e reafirmaram as posições já assumidas no documento entregue ao IRA.

— SUÉCIA: APOIO E SOLIDARIEDADE —

O Comité de Apoio à Revolução Portuguesa de Lund, Suécia, aprovou no passado dia 2 de Março uma moção na qual reafirma o seu constante apoio à Reforma Agrária. Na mesma reunião foi decidido enviar 50 000\$00 como apoio solidário à UCP “Os Pioneiros”.

“É o seguinte o texto da moção do Comité de Apoio à Revolução Portuguesa de Lund, exemplo de encorajadora solidariedade internacional que une na mesma corrente de luta os trabalhadores de todo o Mundo:

“O Povo português fez um grande avanço depois do 25 de Abril de 1974. Entre as conquistas mais importantes conta-se a Reforma Agrária, acabando assim com séculos de opressão e exploração contra os trabalhadores agrícolas.

“As forças reacçãoárias em Portugal tentam destruir as justas conquistas dos trabalhadores agrícolas portugueses. Essas forças estão dentro de vários partidos e grupos; como também na chamada organização de agricultores como a «CAP», que em lugar de combater pelo interesse dos agricultores, trabalha para a reacção.

“Uma das muitas cooperativas de produção criadas através da Reforma Agrária é a UCP “Os Pioneiros” (em Cortiços, Macedo de Cavaleiros). Esta cooperativa foi várias vezes atacada por forças da

reacção que sabotaram as instalações da cooperativa, impediram por todos os meios a esta cooperativa os apoios económicos que são justos, tentaram criar a desunião entre os seus trabalhadores e outros agricultores da zona.

“Os Pioneiros” no seu corajoso combate contra os inimigos dos trabalhadores, são um exemplo para os rendeiros e outros pequenos

agricultores, os quais têm o mesmo interesse dos trabalhadores agrícolas na queda do poder dos grandes agricultores e grandes proprietários de terrenos.

“Nós afirmamos por isso a nossa solidariedade para com os trabalhadores agrícolas da cooperativa de produção “Os Pioneiros”, e asseguramo-lhe o nosso apoio.

«Pedimos também às

autoridades políticas responsáveis para não sabotarem, mas sim apoiarem a cooperativa “Os Pioneiros” na sua justa luta por melhores condições de vida.

«Na sua luta, os trabalhadores agrícolas de “Os Pioneiros” não estão sós — a sua luta é uma parte da de toda a classe trabalhadora portuguesa e internacional.

« PIONEIROS DOS CORTIÇOS »: CEDÊNCIAS DO MAP À CAP

Al pretender liquidar a Cooperativa “Os Pioneiros dos Cortiços” com as recentes decisões de devolução de terras da cooperativa ao Cachão, de arrendamento de outras e de constituição de uma nova cooperativa, mais uma vez o MAP demonstra até que ponto a organização fascista de agrários exploradores, CAP, tem audição na política do senhor Barreto. Todos estão ainda recordados dos ataques da CAP e dos seus aderentes locais, caciques da zona, à Cooperativa “Os Pioneiros dos Cortiços”. Essa batalha da reacção, perdida em virtude da combatividade dos trabalhadores da cooperativa e da solidariedade que os rodeou, volta a verificar-se desta vez tendo como guarda avançada o próprio MAP.

O povo da aldeia, que tomou a decisão de serem trabalhadas as terras que se encontravam a mato há anos que se perdem na memória, este povo do Nordeste Transmontano que vê na cooperativa uma solução prática de melhoria, já comprovada, da sua vida, os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores e os retomados que, apoiados pela solidariedade de muitos trabalhadores de diversas empresas e sectores (ferroviários, trabalhadores da indústria de Lisboa e muitos outros), deram o seu esforço na constituição e desenvolvimento da cooperativa, não podem aceitar a cedência do senhor Barreto à CAP e aos caciques

locais. O MAP, que fecha os olhos ao facto de os caciques locais terem tomado de assalto o ex-Grémio da Lavoura de Macedo de Cavaleiros, realizando eleições fanteches, e aí governam uma “cooperativa” que nada tem a ver com o cooperativismo, tenta destruir uma fonte de trabalho para a população, tenta aniquilar uma acção de exploração mais intensiva das terras que os agrários deixavam ao abandono, tenta vibrar um golpe que reconduza à miséria o povo dos Cortiços. Por isso, este resiste às medidas injustas que têm por fim satisfazer as pretensões reacçãoárias e está certo de que nessa resistência conta com a solidariedade dos trabalhadores da cidade e do campo.

Encontro de rendeiros em Braga

Cerca de mil rendeiros reuniram-se em Braga, no domingo passado, durante o Encontro promovido pelo MARN comemorativo do segundo aniversário do Decreto-Lei 201/75. «Que nos oçam e que defendam os nossos interesses» foi o tema que dominou quase todas as intervenções que se debruçaram sobre os problemas dos rendeiros.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel. 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Évora, 6 — Coimbra, Tel. 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: Capital — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e impresso na Heisk Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Março — 82 980

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO EM TODO O PAÍS

Um aspecto da Assembleia Concelhia de Almada

No concelho de Almada

QUATROCENTOS DELEGADOS DEBATERAM A ORGANIZAÇÃO E ELEGERAM A DIRECÇÃO

Com a presença do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC, e de outros camaradas do CC e da DORS, realizou-se nos dias 16 e 17 nas instalações da SFUAP a II Assembleia da Organização Concelhia de Almada do nosso Partido, que foi sediada pelas organizações locais da LCI e do MDP/CDE, que, na "unidade militante, farão todos os esforços para derrotar os ataques da reacção e do patronato e defender de forma firme todas as conquistas, reivindicando e lutando pela classe operária e de todos os trabalhadores".

Cerca de 400 delegados elegeram os seus organismos de direcção. Durante os dois dias em que decorreram os trabalhos, foram debatidas as actividades das diversas células e a linha política do Partido. As intervenções salientaram a necessidade de reforço da organização e mostraram a vontade firme da defesa das conquistas da Revolução e de apoio à Reforma Agrária e à Constituição e de repúdio pela política divisionista e desestabilizadora do governo minoritário PS. Nas diversas moções aprovadas, por unanimidade, salienta-se a crítica à política direita do governo, de apoio aos latifundiários e sabotadores da economia nacional, de recuperação capitalista, política que põe em perigo a independência nacional.

Uma moção sobre o controlo operário mereceu da assistência uma especial ovação; aprovada por aclamação, propõe:

Manifestar aos órgãos de soberania deste país a mais veemente repulsa pela política de cedência, por parte do Governo minoritário PS, às forças do capital nacional e internacional, aos exploradores e inimigos dos trabalhadores e do nosso país, às forças inimigas da paz e progresso social.

Denunciar, que os ataques do Governo ao controlo operário mais não constituem que parte do pagamento da dívida política contraída ao Imperialismo Internacional.

Afirmar que a classe operária, como vanguarda revolucionária e sob a direcção do seu partido, jamais abdicará de uma conquista fundamental, defendendo-a em quaisquer circunstâncias, de quantos, vendendo a Pátria e a palavra Socialismo pretendem agora dividir para melhor explorarem a classe operária e os trabalhadores portugueses.

AS INTERVENÇÕES

Acerca do trabalho nas diferentes células do concelho, aqui deixamos pequenos extractos de algumas das intervenções proferidas, que nos dão uma ideia da actividade e do pensamento dos comunistas de Almada.

"Saímos da Assembleia de Célula, como sairemos daqui desta II Assembleia Concelhia, de certeza, mais mobilizados, ardendo no desejo de prosseguir no combate pela causa da classe operária e dos trabalhadores, sem tréguas, até à vitória final."

"Só com um movimento sindical forte, unido e organizado se poderá responder com eficácia à ofensiva do capital e da reacção, se poderá defender os interesses dos trabalhadores."

"Os trabalhadores comunistas do Arsenal do Alfeite reafirmam nesta Assembleia o seu firme propósito de contribuírem de uma forma organizada e consequente para a defesa e avanço da Revolução portuguesa. Agora e sempre."

"O fortalecimento da democracia, das conquistas dos trabalhadores e do socialismo, passa histórica e inexoravelmente pelo reforço do nosso Partido, o Partido Comunista Português."

"O nosso Partido, como vanguarda da classe operária cuja missão histórica é derrubar

o sistema capitalista e construir a sociedade socialista, tem que combater firmemente as ideias contrárias aos interesses das classes trabalhadoras e que queiram travar tal objectivo."

"O esforço empreendido pelo nosso Partido no trabalho de consolidação da organização a nível do nosso concelho, que agora culmina com a realização desta 2.ª Assembleia corresponde à evolução da nossa organização que se traduzirá, estamos certos, no reforço e melhoramento do trabalho do Partido, no crescente aumento de militância de todos os camaradas, de forma a levar à prática as tarefas aprovadas no VIII Congresso do Partido Comunista Português. Foi através do nosso trabalho em estreita colaboração com pessoas e outras forças de expressão democrática, que se desenvolveu um bom trabalho de massas a nível de freguesias."

"Foi graças a esse trabalho que muitas das populações viram satisfeitas algumas das suas maiores necessidades."

"Sendo o nosso Partido o Partido da vanguarda da Classe Operária, cumpre-lhe em primeiro lugar o papel de organizar com vista à formação da sociedade socialista, onde não existe a exploração do homem pelo homem."

Na Covina

AUMENTO PROGRESSIVO DA IMPLANTAÇÃO DO PARTIDO

A 1.ª Assembleia da Célula do PCP da Covina, realizada no último fim de semana, constituiu um balanço da acção desenvolvida e um apontar de linhas de orientação para a actividade futura.

Em discussão, através da análise do Relatório de Actividades da Célula e de intervenções verificadas na Assembleia, esteve a organização do Partido antes do 25 de Abril na Covina; os três anos de actividade legal; a questão dos fundos; O «Avante» e o «Militante»; Informação e Propaganda; Trabalho Sindical; Comissões de Trabalhadores; Nacionalização; Visitas de delegações estrangeiras e partidos irmãos; Segurança. Foi ainda eleito o 1.º Secretariado da Célula da Covina.

Através do Relatório de Actividades salienta-se que a organização do Partido não deixou de fazer-se sentir mesmo nos duros anos de repressão fascista: entre os comunistas que já então militavam, estão ainda vivos trabalhadores que participaram na greve de 1944 e em virtude dessa luta passaram pelo Campo Pequeno, que apoiaram a candidatura do general Humberto Delgado em 1957, que jamais deixaram de cumprir as orientações do Partido. E apesar dos reveses sofridos e das prisões, a célula da Covina nunca teve menos de 9 a 12 comunistas que divulgavam o «Avante», o «Militante» e outro material de agitação na empresa, que recolhiam fundos para as famílias de presos e para o Partido e que eram os primeiros na luta contra a exploração no interior da empresa.

Desta tradição de luta, nasceu a célula formada após o 25 de Abril com um secretariado provisório que, apesar de algumas deficiências (muitas provocadas pela distância entre os trabalhadores da Covina que exercem a sua actividade em Lisboa, o que cria dificuldades de contacto), não tem deixado de se fortalecer. Assim, o número de militantes tem evoluído satisfatoriamente, passando de 99 militantes em 1974, para 150 em Agosto de 1975, 162 em Dezembro

"O movimento popular é, pois, na situação actual mais do que nunca determinante para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para a consolidação da Democracia a caminho do Socialismo. O movimento popular é, pois, mais do que nunca, determinante para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para a consolidação da Democracia."

"Tal como o partido de Lênine, também o nosso Partido, como Partido Marxista-Leninista, aplica os mesmos princípios e fortalece os seus vínculos com a classe operária e com as amplas camadas da população do concelho, desenvolvendo um trabalho quotidiano em todas as organizações de massas: comissões sindicais, comissões de trabalhadores, juvenis, associações, colectividades, organizações populares."

"Por isso, porque somos os mais conscientes, e portanto os mais influentes ao fazermos parte dessas organizações de massas, temos obrigação de aumentar a influência do nosso Partido no concelho, de reforçar os nossos laços com aqueles trabalhadores que ainda se deixam levar pela propaganda burguesa e esquerdista."

Foi lida uma saudação a "todos os povos que nos diferentes países lutam por um mundo liberto de guerras, de

No concelho de Ovar

ANALISAR E PLANIFICAR O TRABALHO

A análise do trabalho desenvolvido pela Comissão Concelhia Provisória da Organização do PCP em Ovar, e a eleição de uma nova comissão Concelhia e a planificação do trabalho partidário a desenvolver, constituíram os temas centrais da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Ovar realizada no passado dia 16.

Cerca de cem delegados, eleitos nos organismos do concelho no decorrer de um intenso trabalho de preparação da Assembleia, foram o símbolo do enraizamento do PCP nas classes trabalhadoras da zona, nomeadamente nas empresas industriais,

enraizamento que constitui já um resultado das preocupações e da direcção do trabalho da Comissão Concelhia cessante que será aprofundado pela nova comissão eleita. Sintoma desta realidade é o facto de apesar de todas as deficiências de trabalho, a percentagem de operários inscritos no PCP a nível do concelho atingir 71%, sendo a dos empregados de 19%, a dos camponeses de 0,8% e a dos intelectuais 0,5%. Nestes dois últimos casos, a 2.ª Assembleia Concelhia de Ovar traçou directrizes no sentido de incentivar a participação do camponês e dos intelectuais na actividade partidária.

Entre os delegados encontravam-se representantes das células das principais empresas do concelho: Rabor, Toyota, F. Ramada, Socolil e de diversas freguesias.

Participaram também Dias Lourenço da Comissão Política do Comité Central do PCP, José Bernardino e Carlos Figueira do CC e da DOR, representantes das organizações concelhias do Partido de Aveiro, S. João da Madeira, Vila de Feira e Espinho e da UEC e da UJC. Como convidados, encontravam-se presentes representantes do MDP, da FSP e da FEPU. Entre as saudações destacam-se as de diversas organizações do organismo de Reformados de Aveiro.

Num ambiente de vivo debate, índice do profundo clima de democracia interna no seio do PCP, como via a salientar na sua intervenção Dias Lourenço, a 2.ª Assembleia Concelhia de Ovar analisou, fundamentalmente, as seguintes questões:

Enquadramento social, económico e político de Ovar: composição social e económica, no qual se caracterizaram as camadas trabalhadoras do concelho nos sectores da agricultura, da indústria e do comércio e ao nível de estudantes;

A evolução política no concelho de Ovar desde o 25 de Abril;

Lutas de Massas nos últimos anos de vigência do regime fascista e após o 25 de Abril, exemplificando-se com as lutas conduzidas pelos trabalhadores da Rabor, Socolil, F. Ramada, Smol;

Sobre a organização e sua composição social: em que se insistiu na necessidade de intensificar o trabalho entre o camponês e os intelectuais e melhorar a participação das mulheres que constituem 23% dos efectivos do partido;

Sobre a organização Concelhia: frisando-se a urgência de estruturar todas as comissões de freguesia e de "situados numa zona de relativo desenvolvimento industrial e tendo no concelho empresas industriais de importância como a F. Ramada, Toyota, Philips, Rabor, Sicol, Lusotul, Soma e Socolil, voltar as atenções para desenvolver, estruturar e, em alguns casos, constituir células de empresa" e de nas pequenas empresas industriais aglutinar os trabalhadores e sectores profissionais (construção civil, têxteis, empregados, etc.);

Na Mundet

O TRABALHO COLECTIVO A TODOS OS NÍVEIS

Com uma extensa Ordem de Trabalhos, reuniu-se a Assembleia da Célula da Mundet, no Seixal.

No ponto introdutório, refere o Relatório apresentado pelo Secretariado da Célula a importância da empresa, que ocupou durante largos anos mais de 4 mil operários nas fábricas de Seixal, Amora, Montijo, Mora e Ponte de Sôr. Presentemente apenas estão em laboração duas delas, Seixal e Montijo, com 743 e 217 trabalhadores respectivamente. Referindo o trabalho duro e os salários de fome durante muitos dos longos anos negros do fascismo, salienta o relatório que foi natural a necessidade da classe se organizar, tendo sido constituída uma das mais numerosas células do PCP, que tem hoje uma longa tradição de luta.

Continuando a historiar a luta dos trabalhadores, traça o papel destes depois do 25 de Abril, sacudindo os exploradores e tomando nas mãos o próprio destino, melhorando as condições de trabalho, procurando novos mercados, esperando este ano não ter de debater-se a empresa com problemas graves.

Passando a analisar o trabalho de direcção, o relatório refere a insuficiência de quadros e as consequências deficiências no trabalho partidário, a urgência que há em ultrapassar este estado de coisas. Por outro lado, a estruturação, o trabalho unitário e ainda outros aspectos são salientados como dados positivos na actividade desenvolvida.

No que toca à Organização, local o documento o aumento do número de militantes, embora este seja hoje cerca de 10 por cento em relação ao total de trabalhadores.

— Sobre as células de empresa em que se abordaram questões da sua estruturação e actividade;

— Sobre o Trabalho de Agitação, Informação e Propaganda no qual se apontaram duas direcções fundamentais "por um lado, dirigir-se às mais largas massas populares para as arrancar de esquerda"; por outro, dirigir-se aos nossos camaradas para os armar política e ideologicamente";

— Sobre o Trabalho Sindical, no sentido de desenvolver e reforçar o movimento sindical unitário;

— Sobre a questão de fundos, salientando-se que a militância se reflecte "também no suporte económico e financeiro à actividade revolucionária do PCP";

O seu carácter revolucionário e a sua ligação às massas também se mede pela capacidade que tem de se bastar a si próprio e que "o sucesso da campanha dos 50 mil contos significa o espírito de

militância e de sacrifício dos membros do Partido e a confiança e determinação dos comunistas na defesa das conquistas e revolucionárias e na construção da sociedade de novo tipo";

— Sobre o Centro de Trabalho cuja importância "resulta não só de ser o local de trabalho do Partido mas também da importância de ser uma porta aberta à população de Ovar e daí a necessidade de prestigiar o Centro de Trabalho pela criação de um bom ambiente, relações disciplinadas e fraternal camaradagem";

— Sobre a Batalha Ideológica a travar, intensificando o esclarecimento, desarmando os preconceitos anticomunistas alimentados pela reacção, e ligando a necessidade de luta na frente ideológica com a questão da estruturação do Partido. "É particularmente na frente ideológica que se toma premente a unidade da célula cu "do organismo";

— Sobre a importância da organização e da militância,

insistindo-se na coesão e disciplina orgânicas como elementos indispensáveis, na intensificação do recrutamento e na organização como a força decisiva da classe operária: "Sem organização de massas o proletariado não é nada. Organizado é tudo";

— A situação política actual e as tarefas do momento presente, nas quais o fundamental é defender as liberdades e as conquistas da Revolução e prosseguir a Democracia na construção do Socialismo;

— Eleições para as autarquias: vitória da democracia e do progresso social em que se analisou os resultados eleitorais como uma pesada derrota para a reacção e as tarefas essenciais que cabem aos órgãos de poder local e encaçados por democratas;

— O agravamento da situação social, provocada pela política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo PS e a defesa das conquistas da Revolução em que se analisam as principais linhas de ofensiva da política governamental e as frentes de luta que são amplas e variadas;

— O governo PS e a alternativa democrática para a actual situação, em que se recorda a alternativa democrática ao actual governo, proposta no VIII Congresso do PCP.

Sobre estes temas, objecto de profunda análise publicada anteriormente e discutidos ao nível de toda a organização, debruçaram-se diversos militantes do Partido que estiveram na Assembleia.

Na sessão pública que se seguiu, encerrando os trabalhos, Dias Lourenço salientou a importância do acto e abordou a situação política actual e as tarefas do Partido.

Problemas de organização foram debatidos pelos comunistas de Ovar

Companhia Portuguesa de Pesca

OS TRABALHADORES TÊM SOLUÇÕES PARA A CRISE NO SECTOR

Levando à prática as teses do 8.º Congresso do nosso Partido, decorreu recentemente a Assembleia de Célula da Companhia Portuguesa de Pesca (CPP), onde participaram, além de elevado número de militantes comunistas, muitos outros trabalhadores, amigos e simpatizantes do Partido.

Presentes na mesa que orientou a sessão, os camaradas José Alves Mateus, Armando Matos Barros, Daniel Macebo Pires e Fernando Araújo Chaves, todos do Secretariado da Célula. Em representação da Concelhia de Almada, participou também na Assembleia a camarada Ana Páscoa.

O relatório do Secretariado, que foi lido por Alves Mateus, salienta a luta travada antes e depois do 25 de Abril pelos comunistas. "A partir de 1974" — diz o Relatório — "a Célula foi crescendo, tendo presente mais de 20 por cento dos trabalhadores da empresa. Apesar disso, a organização não é perfeita, pois não temos quadros devidamente formados tanto política como ideologicamente".

E mais adiante, sublinha: "Não

podemos dizer que temos tido má direcção; mas os elementos do Secretariado deviam frequentar cursos de Marxismo-Leninismo para, assim, levarem a cabo as tarefas da organização. Por isso, achou-se bem a formação de um Secretariado alargado, que passara a denominar-se Comissão de empresa. De entre os camaradas que formarem a Comissão, será eleito um novo Secretariado".

Ainda segundo o Relatório, "outras medidas que urge tomar no sentido de ampliarmos a nossa Célula são: multiplicarmos o número de militantes, melhorar o seu nível ideológico, aumentar a venda do "Avante" e de "O Militante", incrementar a venda de emblemas, livros e autocollantes através de bancas na empresa, dinamizar a actividade cultural através de iniciativas como a projecção de filmes, sessões de teatro, Canto Livre e leituras colectivas e orientadas".

Referindo-se às dificuldades da empresa, o camarada Alves Mateus afirmou: "os organizados podemos impedir que a nossa empresa volte para os monopólios, só organizados podemos defender a nacionalização, só organizados podemos estudar

e apontar soluções para a crise que a Companhia Portuguesa de Pesca atravessa, assim como todo o sector das pescas. Já que o actual Governo não está interessado, temos que ser nós, a apontar soluções e a denunciar as situações escandalosas que estamos vivendo. Os trabalhadores têm soluções para a crise, que recuperarão o sector das pescas e, conseqüentemente, a economia nacional — há que negociar o acordo das pescas de Cabo Branco, proceder ao saneamento financeiro da empresa, garantir o preço à produção, criar uma empresa pública de comercialização de pescado, apetrechar e renovar a frota, reorganizar os apoios de terra, nomeadamente o alargamento do calçacostável entre a nossa empresa e a Sociedade de Reparações de Navios.

Para a reestruturação da nossa empresa e do sector onde trabalhamos, a Célula terá que dedicar cada vez mais atenção e todo o seu esforço".

No final, foi eleito por unanimidade a aclamação a nova Comissão de Empresa da qual sairá — como já referimos — o novo Secretariado.

Na Parry & Son

ANALISADAS AS TAREFAS DO FUTURO

Realizou-se no passado dia 16, no Centro de Trabalho da Freguesia de Almada, a 1.ª Assembleia da Célula da Parry & Son.

Depois de uma breve intervenção do camarada José Manuel Maia, foi lido o primeiro documento, o relatório do Secretariado da Célula, onde era focada a actividade desta e apontadas algumas limitações que não têm permitido um trabalho mais produtivo. Numa perspectiva de futuro, o relatório abordou ainda os aspectos do trabalho que terá de enfrentar o próximo organismo dirigente da célula, no que diz respeito à preparação ideológica dos seus membros, à informação e propaganda a aos fundos.

Seguidamente, o núcleo de informação e propaganda apresentou um documento onde se viu a necessidade de um trabalho profundo nesse sector, de modo a travar a desinformação que a reacção vem lançando.

Antes de se passar à discussão destes dois relatórios, foi ainda lido um outro, do núcleo de camaradas que integram a Comissão de Trabalhadores e no qual são abordados alguns pontos de grande actualidade, como sejam o controlo operário e a política antioperária do actual governo.

Nas discussões intervieram vários camaradas que, com as suas palavras, enriqueceram as conclusões que os documentos propunham.

No início da Assembleia foi anunciado que estava quase a ser atingida a meta que os comunistas da Parry & Son se propuseram na Campanha Nacional de Fundos, faltando apenas três mil escudos para os oitenta contos. No final da Assembleia, a meta era atingida. Trata-se da primeira célula de empresa do concelho de Almada a atingir assim a quantia que se propusera.

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS
CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

Tomar nota na agenda

Integrada na Campanha, realiza o Comité Local de **Camaxide**, uma festa no próximo dia 24. Com alvorada de foguetes e um convívio começam as festividades logo pela manhã. Da parte da tarde mais foguetes e inicia-se a venda, pelas 15 horas, de vários produtos. Depois haverá Canto Livre, uma intervenção política, a actuação da banda, cantos alentejanos. À noite projecta-se um filme. À 24 horas comemora-se a chegada do dia 25 de Abril.

Por seu lado o Centro de Trabalho de **Benfica** comemora também a passagem do dia 24 para 25. Integrada na Campanha, a festa contará com o entusiasmo de todos. Vai haver canto livre, petiscos, surpresas, leitões e, sobretudo, muita alegria. Os camaradas pedem que se levem objectos, bolos, vinhos, refrigerantes, petiscos e tudo o que possa alegrar aquela iniciativa.

No dia 7 do próximo mês de Maio prevê-se a realização de mais um «Piquenique coberto», no **Pavilhão da Romeira**, organizado pela célula da Parry. Esta festa-convívio, para a qual é preciso levar o lanche, contará com uma *matinée* dançante animada com o conjunto «Os Vermelhos».

O organismo da Função Pública promove no dia 23, pelas 21 horas, uma jornada de cultura. Será no **São Luís**, com o Coro da Academia de Amadores de Música, dirigido por Fernando Lopes Graça.

No dia 29 de Abril, a organização da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa promove no Centro Social de **Aicântara** um leilão cuja receita reverterá para a Campanha.

Ainda em 23, próximo sábado, os militantes da freguesia da **Amadora** reúnem-se num jantar convívio, no restaurante Gil, em Colares.

No distrito de Setúbal também continuam as iniciativas. Assim no dia 23, em **Rio de Molhos**, Alcácer, pelas 15 horas, haverá um espectáculo com artistas locais.

No mesmo dia, em **São Bartolomeu da Serra**, Santiago do Cacém, projecta-se um filme.

Ainda no dia 23, no Centro de Trabalho do **Montijo**, exhibe-se o filme «Lénine em Outubro».

No dia 24 em **Albergaria**, Alcácer do Sal, baile, pelas 21 horas.

Também em 24, no **Torrão**, um porta-a-porta vai percorrer a vila e recolher fundos para o Partido e ainda haverá espectáculo com artistas locais e um baile.

No mesmo dia, no **Pinhal Novo** um almoço de confraternização.

No dia 28, no **Monte de Caparica** há um comício seguido de canto livre.

Em **Tortozendo**, no dia 23, vai haver futebol. Duas equipas disputam o primeiro jogo para a Taça Bento Gonçalves. Este jogo decorrerá entre equipas de Tortozendo e da Covilhã.

Em Faro

GRANDE FESTA DE ABRIL

Vai realizar-se em Faro, no São Luís Parque, uma Grande Festa de Abril. Organizada pela Comissão Distrital de Fundos, a Festa vai ocupar dois dias, 23 e 24 de Abril, um fim-de-semana em vésperas da comemoração do aniversário da Revolução. Integradas na Campanha Nacional de Fundos, estas festividades vão contar com um rico programa que hoje vos anunciamos.

Assim, no próximo sábado, a abertura será pelas 18 horas, com a actuação do Grupo de Teatro Amador da Mexilhoeira Grande. Actuará um coro alentejano. Depois será Noite de Fado, com Maria Amélia Proença. E, até de madrugada, baile com o conjunto «Sangria».

No domingo a abertura será ao meio-dia, com jogos infantis, a actuação dos «Pioneiros de Vila Real» e surpresas. Pelas 15 horas será projectado um filme sobre o já célebre espectáculo «25 Canções de Abril». Às 20.30 slides do 25 de Abril e 1.º de Maio de 1974. E, pelas 21 horas, um colóquio com Vítor Neto.

Finalmente, às 22 horas haverá Canto Livre com o Conjunto «Praxis», Joaquim Rogério, Olegário Barão, Ana Maria, Mário José, Coro e Rancho da Juventude de Faro e... surpresas.

Durante os dias da festa funcionarão barracas com venda de diversos artigos regionais.

Os bilhetes estão à venda nos Centros de Trabalho do Algarve e no São Luís Parque, a partir do dia 21 à noite. Entrada Permanente a 70 escudos, entrada simples a 40 e bolsa até aos 12 anos!

TODAS AS METAS ESTÃO AO NOSSO ALCANCE

Atingimos 80 por cento do mínimo proposto, mas é preciso avançar para as metas próprias, fixadas por cada organização

A Campanha dos 50 Mil Contos aproxima-se do fim. A confirmação do seu êxito mede-se perfeitamente pela movimentação que gerou, pelo volume das rubricas, pela elevada consciência política de que a classe operária e os outros trabalhadores deram provas neste campo de apoio militante ao seu Partido.

Com mais de 38 mil contos obtidos pelo esforço abnegado e constante de todas as organizações do PCP, atingimos já mais de 80 por cento do total que nos propusemos de início. Mas, ainda assim, não vamos permitir que esmoreça o ritmo alcançado. Não vamos permitir, porque a meta se aproxima, que qualquer foco de desmobilização se instale, seja a nível pessoal, seja ao nível da mais pequena organização.

Temos que avançar, camaradas. O nosso Partido é feito de progresso constante.

Os 38 mil contos já alcançados, como se pode verificar pelos totais que publicamos na primeira página deste número, revelam alguma desigualdade nas **metas próprias fixadas** por cada organização. Como os camaradas sabem, essas metas devem ser alcançadas e, se possível, ultrapassadas, em todo o lado.

A emulação é um mérito entre comunistas. Sempre que ela se exerce ganha o seu Partido, ganham os trabalhadores.

Os 50 mil contos constituem a meta mínima. A máxima está no esforço sempre vivo dos comunistas, na sua capacidade de caminhar à frente, de ir sempre mais além.

Por isso, não paramos. Os 38 mil contos já alcançados são um forte estímulo para prosseguir e para que todas as organizações tenham por alvo ultrapassar as metas que a si próprias se impuseram.

Temos a certeza de que o esforço foi bem repartido.

O possível foi feito em todo o lado. Mas é preciso prolongá-lo. Mais uns passos e não ficará para trás nenhuma possibilidade. Teremos mobilizado tudo e todos os objectivos da Campanha formarão um bloco sem falhas.

Sabemos que os 50 mil contos constituem apenas um dos objectivos da Campanha. Os outros continuam a contar. O alargamento do nosso Partido e o reforço da sua organização têm sido preocupações sempre presentes. Também nesses aspectos é preciso caminhar em frente, ultrapassando sempre a meta mais próxima.

As dificuldades são o alimento da nossa luta diária. Vencê-las é fonte de alegria, força da nossa unidade.

Teremos, por outro lado, de começar a pensar no **encerramento da Campanha**. As contas não poderão atrasar-se. Toda a documentação tem de ser recolhida com eficácia e em tempo oportuno. Não podemos deixar nada ao acaso. Temos que cumprir à risca as melhores soluções, as soluções mais práticas e correctas.

Há muito que fazer no âmbito do encerramento. As camaradas encontrarão as formas mais eficazes de fechar a chave de ouro a Campanha dos 50 Mil Contos. É nosso hábito sempre melhorado, acabar bem o que começamos. Nenhum documento ficará por recolher, nenhuma conta por fechar.

Vamos fazer de modo que todos fiquemos com um recordação perene desta grandiosa iniciativa do nosso Partido. Vamos continuar a agir de maneira que essa recordação não limite à originalidade de um acontecimento sem paralelo no nosso País. Temos que recordar a Campanha com a limpidez de um projecto plenamente realizado, como obra de comunistas e como obra de trabalhadores.

METAS ULTRAPASSADAS METAS RENOVADAS

Não é a primeira vez que aqui anunciamos as metas que se ultrapassam ou atingem, os organismos que decidem levar por diante o seu esforço, e que constituem o melhor exemplo para todos os comunistas. Metas que se ultrapassam são cabos que se dobram, rumo aos 50 mil contos que, como podemos verificar, já não estão longe.

Fruto das contribuições dos comunistas e dos antifascistas, democratas organizados ou não partidariamente, a Campanha regista cada vez mais o entusiasmo com que foi acolhida dentro e fora do PCP. Os trabalhadores estão mobilizados. Os democratas estão mobilizados e compreenderam que reforçar o PCP é contribuir para defender a democracia. Reforçá-lo financeiramente com o produto do trabalho, contribuições modestas ou de certo vulto, mas sempre com o espírito de alegre sacrifício.

Hoje, antes de darmos conta das metas que se atingiram, vamos contar o que sucedeu no Centro de Trabalho da Amadora: **Uma senhora apareceu no Centro**

e entregou ao Partido a quantia de 200 escudos. E disse aos camaradas, simplesmente: «É da minha pensão. É para o Partido». Com estes gestos anónimos também avança a Campanha!

Em Almada, no decorrer da II Assembleia que ali se realizou, uma intervenção sobre a Campanha, refere a dado passo:

Importa aqui assinalar alguns casos de células que já ultrapassaram as suas metas, como a da Charneca da Caparica, que ultrapassou, no primeiro mês da Campanha, a meta de 25 contos que lhe tinha sido proposta, passou resolutamente para uma de 50 mil escudos e hoje está prestes a alcançar a 3.ª e última meta que aponta para 75 contos! O Feijó, com uma meta de 15 contos já obteve quase 22 mil escudos; o Monte da Caparica ultrapassou os 40 contos. Por último, a pequena célula dos CTT que, com uma meta de 10 contos já os ultrapassou.

E ainda:

Soubemos já no decorrer da Assembleia que a célula da Parry ultrapassou a sua meta, o que é de saudar pois é a primeira da Indústria Nacional a consegui-lo.

Também recebemos a notícia de que a célula da **Equimetal**, cuja meta era de 20 contos, vai agora em mais de oitenta escudos! E nova meta será fixada, já em iniciativas em marcha e outras em estudo.

De Beja chega-nos a novidade de 2 concelhos — **Odemira e Vidigueira** — cumpriram já o que se propuseram e continuam a Campanha! De Ajuste soubemos que os Mineiros aderiram à Campanha do dia de salário e já os trabalhadores o entregaram!

Estímulo para aqueles que quase atingiram as suas metas, estímulo para os organismos onde ainda se verificam atrasos, estes exemplos que publicamos dão alento para a arrancada necessária. Avante! Vamos atingir e ultrapassar a meta dos 50 mil contos.

MEDALHA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DO Avante!

Para a campanha dos 50 mil contos

Tiragem limitada

Faça a sua reserva já, nas Populares Livrarias CDL ou na CDL - Departamento de Venda directa.

PARA ENVIAR AOS AMIGOS

TOMAR PARTIDO

Tomar partido é tomar a via do campo avançado da luta social pois a razão dos pobres não se dá mas conquista-se a posse do mundo.

Contaremos a força dum país que pode ser a Parry de amanhã e a palavra mais alta que se dá e a linha palavra liberdade.

Tomar partido é sempre como sempre é tirarmos de tudo quanto temos um exemplo um passo uma luta.

Tomar partido é ter integridade e sabemos que a luta é constante que o Partido que temos e melhor.

Um poema de Ary dos Santos feito para o aniversário do Partido e ilustrado pelo Pintor Rogério Ribeiro

À venda nos Centros de Trabalho. Pedidos à CDL — Departamento de Venda directa — R. Pedro Nunes 9-A Lisboa-1

AS INICIATIVAS DA CAMPANHA

Mais de 150 pessoas participaram num convívio que a célula da EPAL realizou, no passado dia 16. Houve matança de porco e, à volta dos petiscos, o calor característico das iniciativas da campanha dos 50 mil.

A Comissão de Mulheres Marinenses do PCP levou a efeito, no passado dia 2, uma realização integrada na Campanha: Nada mais nada menos que um desafio de futebol entre Casadas e Solteiras. Mas não dizem os camaradas quem acabou por ganhar...

Na Chamusca uma sessão de cinema: no Montepio foi passado o filme «O Regresso de Maximo», no dia 13.

Na Arrentela, «Um Programa Para Todos», conforme os camaradas anunciavam. Com efeito, no dia 9 houve Canto Livre e Duetos Cómicos na Sociedade Filarmónica União Arrentelense.

O último fim-de-semana, em Setúbal comemorou a Primavera, numa Festa organizada para a Campanha de Fundos. Sábado e Domingo realizou-se, com efeito, a Festa da Primavera, naquela cidade e, embora o tempo não tenha estado favorável, mais de um milhão de pessoas esteve em permanência no Parque das Escolas onde uma pequena feira acolhia os visitantes. Produtos da Reforma Agrária, petiscos, objectos de arte realizados pelos camaradas, estiveram assim expostos e foram vendidos, revertendo o produto para a Campanha.

Artistas populares, conjuntos, grupos de pioneiros, ranchos folclóricos, animaram os presentes com as suas canções e músicas, num palco improvisado e decorado para o efeito. Também aí se desenrolaram leilões.

Foi com uma receita de trinta contos que terminou a tarde desportiva que o núcleo dos têxteis da Cuf organizou no Barreiro. A jornada de Futebol feminino, que se desenrolou no Estádio Alfredo da Silva, no passado domingo, trouxe ao convívio alguns milhares de espectadores que tiveram assim oportunidade de ver em acção as duas equipas — uma de operárias e de

domésticas e outra de estudantes, militantes ou simples amigas do Partido.

As desportistas demonstraram as suas qualidades na defesa e no ataque. E outro aspecto importante da jornada foi a alegre participação dos que não sendo militantes comunistas, apoiaram e deram o seu contributo ao Partido que sabem defender os interesses dos trabalhadores.

A Grande Festa Popular na Damaia, por seu lado, desenrolou-se naquela localidade, nos dias 16 e 17 do corrente. Promovida pelo Comité Local da Damaia, com a colaboração da UEC e da UJC, esta festa trouxe consigo numerosa afluência de camaradas e amigos que contribuíram para o seu êxito. Nela participaram artistas de Canto Livre, Ilusionismo, declamadores e corais infantis. Relembrando as velhas tradições culturais do nosso povo, actuaram ranchos folclóricos infantis e muitos fadistas que preencheram uma Noite de Fado. Os jogos, as bancas e os petiscos funcionaram ininterruptamente.

Também houve afluência e animação na festa dos Pioneiros, que decorreu no Jardim da Amadora. Cerca de 600 pessoas, na sua maioria crianças, tiveram ocasião de confraternizar e divertir-se assistindo à actuação do grupo coral infantil do MDM da Brandoa, de um grupo de cantores, do ilusionismo, do grupo de Palhaços da Cel-Cat. Nos intervalos as crianças tiveram oportunidade de fazer pinturas e participar noutras distrações.

Em Ermidas-Sado, houve porta-a-porta, no dia 9 a iniciativa começou pelas 10 horas da manhã e contou com a presença da camarada Sofia Ferreira, do Comité Central. Participaram cerca de 20 camaradas, alguns velhos militantes prestigiados na terra. A iniciativa foi acompanhada de um grupo sonoro móvel, numa viatura engalanada com a bandeira do Partido e cartazes alusivos à Campanha, tendo tido um bom acolhimento da parte da população.

A tarde, a camarada Sofia Ferreira proferiu uma

As canções têm estado presentes em toda a Campanha. Os jovens artistas dão um contributo precioso para a animação das festas populares. Sempre muito aplaudidos cantam a Revolução e as suas conquistas.

alocução, na Casa do Povo, esclarecendo os objectivos da Campanha e referindo-se aos aspectos da situação política actual

Em Cascais A CAMPANHA FOI À PESCA

Conforme noticiámos, foi realizado o Concurso de Pesca Desportiva em Cascais.

No Domingo, dia 17, antes das 8 da manhã, cerca de 200 pessoas — fora os mirones — davam uma animação especial à entrada do Centro de Trabalho do Partido, em Cascais: la começar o concurso, promovido por pescadores comunistas daquela localidade, integrado na Campanha Nacional dos 50 mil contos.

Foi um êxito, diria um concorrente que não era do Partido. E estes eram a maioria das 181 canas que lançaram o isco naquele dia. Homens, mulheres e pioneiros deram o máximo, das 9 às 16.30 para conseguirem classificar-se o melhor possível e ganharem um da dúzia e meia de troféus em disputa — e prémios oferecidos pelos militantes e simpatizantes ao Partido.

O regulamento do concurso foi cumprido — os fiscais não detectaram nenhuma irregularidade. Só uma parte da organização teve que se lhe dissesse — um percalço — pois o transporte prometido falhou para quem não tivesse carro. Mas até este contratempo serviu para demonstrar o ambiente de fraternidade que caracterizou todo o concurso. Carros arranjados no momento, pela organização e pelos próprios concorrentes levaram toda a gente para onde era preciso.

Depois da pesagem e da classificação, os prémios foram distribuídos na sala dos columbófilos. Um camarada da DORL destacou o carácter aberto e fraternal do concurso e, em nome dos organizadores, prometeu nova pescaria na zona de Lisboa.

Com palmas e boa disposição terminou esta iniciativa que contribuiu com 11 mil escudos para a Campanha e deu a muitas pessoas uma imagem real dos comunistas e do seu Partido.

As «25 Canções de Abril» no Porto: repete-se o êxito

A REVOLUÇÃO NO PALCO DO COLISEU

Durante dois dias e em três espectáculos, os momentos mais importantes da luta contra o fascismo, o seu derrube no 25 de Abril e os avanços e contradições do processo revolucionário português estiveram no palco do «Coliseu» do Porto. Ali estavam os artistas, os jornalistas, os homens da rádio que criaram as canções em cima dos acontecimentos, que os viveram e os relataram.

Mais de três mil pessoas leva a sala do Coliseu. Esteve sempre superlotada. Não só de comunistas. Democratas, homens de esquerda, com ou sem partido, estiveram também, por muitas centenas nas «25 Canções de Abril». Para ali encontrarem, neste espectáculo de comunistas, o constante apelo, a chamada de sempre do nosso Partido à unidade, na certeza de que só com ela se conseguirá derrotar as forças da reacção e consolidar a democracia rumo ao socialismo, que a Constituição aponta.

Momento de expectativa seguiu-se ao anúncio feito por Fernando Tordo de que iriam apresentar uma nova canção, estreada ali, e dedicada ao povo do Norte. Intitulada «Em Frente Norte», com música de Fernando Tordo e inspirada em ritmos populares nortenhos e com palavras de Ary dos Santos, a canção foi primeiro seguida em silêncio mas logo as pessoas aprenderam o refrão, a música já no ouvido. Foi então o entusiasmo com a sala inteira a cantar.

Na sessão de domingo à noite o entusiasmo redobrou quando entraram na sala do Coliseu, já passava da meia-noite, muitas dezenas de jovens comunistas que se tinham deslocado a Lisboa para participarem como delegados ou convidados no I Congresso da UJC. Então, mais umas dezenas de bandeiras vermelhas se juntaram aos muitos estandartes do nosso Partido que se encontravam na sala, enquanto os milhares de camaradas presentes saudavam os jovens comunistas e a sua organização de vanguarda.

Mas o espectáculo não foi só dentro do Coliseu. Os bilhetes tinham preço único e não havia lugares marcados, o que poderia ter levado a aglomerações e a alguns conflitos... se não se tratasse de comunistas. O que efectivamente aconteceu foi mais uma demonstração de disciplina e civismo dada pelos comunistas. Horas antes do começo do espectáculo, já as pessoas se aglomeravam nos passeios, prolongando-se as bichas por centenas de metros. Calmamente, cantando canções revolucionárias, agitando bandeiras do seu Partido, discutindo a situação política, fazendo previsões acerca do espectáculo, os milhares de camaradas e amigos foram avançando para dentro da sala do Coliseu. E, à hora do começo, lá estava a sala repleta, sem que o entusiasmo tivesse esmorecido devido à longa espera.

RUI LIMA JORGE — Locutor da RDP

É um espectáculo completo, pelo que revive dos momentos vitais da resistência e da revolução, pela correcção da análise, pela qualidade jornalística, literária, musical e cénica, pelo entusiasmo com que se fez e com que é partilhado.

Espectáculo de que são protagonistas os resistentes, os libertadores e todos aqueles que tomam e levam nas mãos a bandeira do futuro, as «25 canções de Abril» ficarão como uma das mais belas homenagens ao 25 de Abril e ao povo que dele fez uma revolução.

Acrescente-se que só o PCP podia fazer este espectáculo: juntar num mesmo trabalho as pessoas de maior valor nas suas tarefas, em muitos casos independentemente da sua filiação partidária, e tirar daí um resultado entusiástico e entusiasmante, feito de dedicação, humildade e grandeza autenticamente revolucionária.

EDGAR MACIEL CORREIA — Membro suplente do Comité Central e da DORN

As «25 Canções de Abril» constituem um espectáculo que nos causou, como a muitas outras pessoas, uma profunda impressão.

As canções, os poemas, e os próprios textos, são um testemunho inesquecível da luta dos comunistas, da classe operária, dos trabalhadores, de todo o povo português. O ardente espírito revolucionário, a fraternidade dos grandes horizontes, o empenhamento profundo, a determinação e a esperança do nosso povo na sua luta por um futuro melhor.

Os artistas e restantes trabalhadores que puseram de pé este espectáculo, têm razões mais do que

suficientes para considerarem cumprida a sua tarefa. Agora, e sempre, como a todo o Partido, há que pedir ainda mais.

ARMANDO CASTRO — Economista

Julgo que o que me impressionou mais foi a expressão viva, ilustrada pela arte, da história da Revolução de Abril, desde alguns dos aspectos mais sombrios dos tempos da ditadura fascista, até

à esperança inquebrantável dos dias de hoje no caminhar para as metas programaticamente enunciadas na Constituição. Tudo isto sobre um pano de fundo de que nós, artistas e público, sentíamos o coração e o pensamento actuarem em conjunto.

Este último aspecto é tanto mais impressionante quanto é certo que se grande parte da assistência seria comunista, com certeza estavam presentes muitos outros que o não eram.

DALILA ROCHA — Artista de teatro

É um espectáculo sobre todos os aspectos perfeito. Muito interveniente, não se desvia nem faz concessões, apresentando-se claramente como um espectáculo político.

Foi uma das poucas vezes, depois do 25 de Abril que a arte serviu sem rebuços, plenamente e com muita força, uma ideologia. Com tal simplicidade e tal clareza que leva a uma adesão e participação plena do público. Nós, os que estávamos na plateia, entrávamos também já no espectáculo. De resto, um espectáculo só o é realmente quando tal acontece.

A força da canção foi novamente visível. Está demonstrado que ela, como o teatro, é uma arma muito importante. E exactamente porque o é e porque tem tanta força é que voltamos novamente a ver os dentes arreganhados a tudo o que é canção, a tudo o que é espectáculo. Como exemplo, basta apenas citar a política seguida pelo SEC quanto aos grupos de teatro, procurando através da concessão de subsídios, condicionar a sua actividade.

VIRGÍNIA MOURA

Foi um espectáculo que emocionou toda a cidade, a que ninguém pode ficar indiferente e que foi uma mensagem de alegria, de paz e felicidade, que os nossos companheiros nos trouxeram. É um espectáculo que nos dá a medida do futuro por que lutamos, a sociedade socialista, uma sociedade onde não haverá espectáculos para privilegiados, mas espectáculos para todos os que trabalham, sem quaisquer discriminações.

HORÁCIO GUIMARÃES — SIP da DORN

Parece-me importante realçar o grande impacto que o espectáculo teve na população do Porto e do Norte em geral, tendo a ele assistido mais de dez mil pessoas e sendo muito grande o número daqueles que não conseguiram bilhetes.

Por outro lado, a realização deste espectáculo, nas vésperas das comemorações do 3.º aniversário do 25 de Abril, revestiu-se de um significado muito particular atendendo a que a retrospectiva política que o próprio espectáculo é ajuda a compreender melhor a hora presente.

Penso que é de salientar ainda o outro «espectáculo» que foi a maneira como se processou a entrada para o Coliseu com a formação de longas bichas onde as pessoas aguardavam, em alegre convívio, a chegada da sua vez para entrar na sala. Para isso e para a montagem e apoio ao espectáculo contribuiu de forma poderosa a colaboração de muitas dezenas de militantes da Organização do Norte do Partido.

Penso que seria importante que as «25 Canções de Abril» fossem a outros pontos do país e que, para tal, se vencessem todas as dificuldades de ordem técnica que certamente existem. Atendendo a que este espectáculo é um incentivo para todos os que lutaram e lutam por um Portugal democrático a caminho do socialismo e ajuda a ganhar novos companheiros para a luta.

UM POSTAL PARA A CAMPANHA

À Venda nos Centros de Trabalho Pêdidos à CDLU — Departamento de Venda Directa — R. Pedro Nunes 9-A Lisboa 1

ano 45 série IV Nº 22 Abril/77 Preço 5\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

UM DEVER DE CADA MEMBRO DO PARTIDO: PAGAR A SUA QUOTA

ALGUMAS TENDÊNCIAS ERRADAS NO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

NESTE NÚMERO

Abril: dois aniversários • Completamos rapidamente a vitoriosa campanha dos 50 mil contos • Algumas tendências erradas no trabalho de organização • Um dever de cada membro do Partido: pagar a sua quota • Assembleias das Organizações • «O Militante» no Mercado Popular do Livro e do Disco • Documentos: Resolução Política do Comité Central do PCP

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Preço de assinatura, por 12 números:

Via Normal (superfície)	
Continente e ilhas	70\$00
Outros destinos	90\$00
Via Aérea	
Ilhas adjacentes	85\$00
Europa	120\$00
Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé, Timor	150\$00
Estrangeiro (extra-europeu)	175\$00
Assinatura de Apoio	70\$00

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

Table listing members of the Central Coordinating Commission, including names and addresses.

OR DO ALENTEJO

Table listing members of the Alentejo branch of the campaign.

OR DO OESTE E RIBATEJO

Table listing members of the West and Ribatejo branch of the campaign.

OR DE LISBOA

Table listing members of the Lisbon branch of the campaign.

OR DE SETÚBAL

Table listing members of the Setúbal branch of the campaign.

OR DO NORTE

Table listing members of the North branch of the campaign.

OR DO ALGARVE

Table listing members of the Algarve branch of the campaign.

OR DO ALentejo

Table listing members of the Alentejo branch of the campaign.

OR DO OESTE E RIBATEJO

Table listing members of the West and Ribatejo branch of the campaign.

OR DE LISBOA

Table listing members of the Lisbon branch of the campaign.

OR DE SETÚBAL

Table listing members of the Setúbal branch of the campaign.

OR DO NORTE

Table listing members of the North branch of the campaign.

OR DO ALGARVE

Table listing members of the Algarve branch of the campaign.

OR DO ALentejo

Table listing members of the Alentejo branch of the campaign.

OR DO OESTE E RIBATEJO

Table listing members of the West and Ribatejo branch of the campaign.

OR DE LISBOA

Table listing members of the Lisbon branch of the campaign.

OR DE SETÚBAL

Table listing members of the Setúbal branch of the campaign.

OR DO NORTE

Table listing members of the North branch of the campaign.

OR DO ALGARVE

Table listing members of the Algarve branch of the campaign.

OR DO ALentejo

Table listing members of the Alentejo branch of the campaign.

OR DO OESTE E RIBATEJO

Table listing members of the West and Ribatejo branch of the campaign.

OR DE LISBOA

Table listing members of the Lisbon branch of the campaign.

OR DE SETÚBAL

Table listing members of the Setúbal branch of the campaign.

OR DO NORTE

Table listing members of the North branch of the campaign.

OR DO ALGARVE

Table listing members of the Algarve branch of the campaign.

OR DO ALentejo

Table listing members of the Alentejo branch of the campaign.

OR DO OESTE E RIBATEJO

Table listing members of the West and Ribatejo branch of the campaign.

OR DE LISBOA

Table listing members of the Lisbon branch of the campaign.

OR DE SETÚBAL

Table listing members of the Setúbal branch of the campaign.

OR DO NORTE

Table listing members of the North branch of the campaign.

1.º Congresso da UJC

UMA JORNADA APONTADA AO FUTURO

Foi num ambiente de vibrante entusiasmo, de alegria, de confiança no futuro e na Revolução, de combatividade e unidade, de amizade e solidariedade internacionalista que decorreu no passado fim-de-semana (sábado e domingo), no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, o 1.º Congresso da União da Juventude Comunista, em cujos trabalhos participaram 750 delegados, 4500 convidados nacionais, uma representação da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) — a mais democrática e representativa organização da juventude progressista de todo o Mundo —, delegações de organizações irmãs de 19 países e nacionais e diversas personalidades ligadas aos meios políticos, culturais, desportivos e recreativos.

Culminando dois anos de intensa actividade e luta em defesa dos interesses e direitos da juventude, da liberdade e das outras conquistas revolucionárias, pela consolidação da democracia a caminho do socialismo, o 1.º Congresso da UJC foi, sem dúvida, o maior e mais relevante acontecimento político do movimento da juventude trabalhadora. O intenso trabalho preparatório, a ampla e activa participação na discussão dos documentos, a alegria e o interesse manifestado por milhares de jovens em todo o país pela realização do Congresso, a orientação, as tarefas e as perspectivas que ele apontou, o seu espírito internacionalista e a sua importância como factor de dinamização e organização das lutas dos jovens, nomeadamente

Congresso da UJC foi o Congresso da Juventude Trabalhadora.

ENTUSIASMO, ALEGRIA!

Muito antes do início do Congresso, já tinham chegado ao Pavilhão dos Desportos muitas centenas de jovens. Uns vinham a pé, aos grupos. Transportavam, com orgulho e alegria, as bandeiras vermelhas da UJC. Outros chegavam de camioneta, oriundos da Margem Sul, das Beiras, do Alentejo, do Algarve, do Ribatejo, de todos os pontos do país. Entretanto, chegava a S. Apolónia um comboio especial... Tinha partido do Porto e trazia centenas de jovens comunistas e simpatizantes da UJC de todos os distritos do Norte. Da estação até ao Pavilhão dos Desportos, formou-se um grande cortejo. O Congresso também era festa, também era alegria e convívio!

E chegaram as 10 horas. Numerosas bandeiras coloridas, hasteadas junto do Pavilhão, recebiam os delegados e os convidados, que iam afluindo... Todos os caminhos iam dar ao Pavilhão dos Desportos! E eis que chegavam mais jovens. E o entusiasmo crescia! A juventude comunista estava confiante. Viviam-se momentos de vibração e calor. Momentos de confiança e de entusiasmo que ficarão guardados para sempre na memória de milhares de jovens, que se preparavam para participar no 1.º Congresso da sua União.

Pouco depois das 10 horas, o camarada Carlos Moura, do Executivo da CC da UJC, abriu o Congresso, momento que seria

aprovaram por unanimidade e aclamação as propostas de Regulamento; da Mesa da

UMA PRESEÇA SALIENTE

Fruto do trabalho entusiástico, da determinação e do esforço do seu colectivo e de muitos outros jovens colaboradores, o jornal «Juventude» — órgão central da UJC — esteve também presente no Congresso através de uma edição especial que saiu no domingo.

Salientando que o 1.º Congresso da União da Juventude Comunista estava a decorrer num vibrante ambiente de unidade e de combatividade, mantendo bem vivo o ideal da liberdade, este número especial do «Juventude», que seria acolhido com grande alegria, publicou várias fotografias do Congresso e extractos de intervenções registadas no sábado, nomeadamente dos camaradas Álvaro Cunhal, Horácio Rufino (Relatório Central), José Pedro Soares (Organização), Domingos Oliveira (Norte), Augusto Carreto (Alentejo) e Bernardina Sebastião (Raparigas).

Presidência, do Secretariado e da Comissão de Redacção. Na Mesa da Presidência já se

Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé, Brasil, Chile, RFA, Grécia, França, Itália, Espanha e Congo Brazzaville. Também presente o secretário da FMJD, Kosta Juanov.

A saudação de abertura, seria feita pelo camarada César Roussado, que afirmaria:

Permitam-me que, em nome da Comissão Central da União da Juventude Comunista, transmita a todos as nossas calorosas e fraternais saudações de combate, certos e confiantes que os interesses e anseios da juventude trabalhadora serão concretizados, confiantes que os perigos que espreitam a jovem democracia portuguesa serão afastados, confiantes que defenderemos as conquistas da Revolução e que avançaremos inevitavelmente a caminho da sociedade sem classes, a sociedade socialista.

Depois de saudar, em particular, todas as delegações e personalidades nacionais convidadas, César Roussado apresentou ao Congresso os representantes das organizações irmãs estrangeiras. A terminar, sublinhou:

Da tribuna do nosso Congresso, queremos afirmar com confiança e determinação que empenharemos todos os nossos esforços e energias na defesa das conquistas da Revolução, na luta contra os perigos da reacção e do fascismo, na luta pela defesa intransigente e dos interesses, direitos e aspirações da juventude trabalhadora, contra a política antipopular e antijovem do Governo PS, pela consolidação do regime democrático consagrado na Constituição na perspectiva do socialismo, pela construção em Portugal de uma sociedade que acabe para sempre com a exploração do homem pelo homem, que corresponda às profundas aspirações da juventude e do povo português.

Seguidamente, usou da palavra o camarada Horácio Rufino, que leu o Relatório Central. Frequentemente interrompido pelos vibrantes aplausos dos congressistas, aquele dirigente da UJC e do nosso Partido, traçou o balanço da actividade desenvolvida pela UJC durante os

deve ser prioritariamente desenvolvido nas UCPs e Cooperativas Agrícolas. Organizar e unir os jovens rurais na luta pela defesa da Reforma Agrária é tarefa essencial da Juventude Comunista. Sempre os jovens rurais estiverem nas primeiras filas de combate, na vigilância às herdades, nas manifestações e concentrações. Nas UCPs a organização da UJC tem procurado ganhar os trabalhadores rurais para a necessidade de os jovens estarem representados nas Comissões Directivas das UCPs e Comissões de Trabalhadores das herdades, aliás, alguns camaradas foram eleitos em plenários fruto do nosso trabalho. Desta forma, os problemas específicos dos jovens trabalhadores serão discutidos e compreendidos por todos os trabalhadores.

No decorrer da segunda sessão, falaram ainda os camaradas Aníbal Passarinho, membro da Comissão de Trabalhadores da «Salvador Pomar»; Maria Amélia, da célula da UJC da empresa Coelima (Guimarães); e José Simões Amaro, membro do Secretariado Unitário das Associações Juvenis de Braga. Em representação da OR de Lisboa, usou da palavra o camarada João Pedro, que salientou:

A actividade local nas células da UJC necessita de um novo impulso, dando vida própria às organizações através da planificação e realização do seu próprio trabalho.

Camaradas, no nosso trabalho de direcção, muito há a melhorar mas contamos já com um conjunto de quadros firmes, capazes, decididos e dedicados estando muitos deles ligados directamente a estruturas unitárias da juventude em empresas, sindicatos e colectividades, escolas, etc., o que consideramos um grande passo para a construção de uma cada vez mais forte União da Juventude Comunista.

A intervenção sobre o trabalho unitário nas empresas e nos sindicatos coube ao camarada José Mendes, membro do Secretariado da Direcção Distrital de Lisboa. Antes do intervalo, falou ainda Orlando Sousa Gomes, da Comissão de Juventude da empresa metalúrgica Auto-Reconstrutora do Barreiro.

“ALARGAMOS A NOSSA INFLUÊNCIA NO NORTE”

“Em frente, em frente, o Norte está presente” — foi ao som desta palavra de ordem, que subiu à tribuna do Congresso o camarada Domingos Oliveira, que falou sobre a organização da UJC no Norte. A dada altura da sua intervenção, declarou:

A realização do nosso Congresso marca uma etapa no desenvolvimento da organização da juventude trabalhadora portuguesa, em que os tempos próximos julgarão melhor a sua situação histórica, a sua importância e o seu papel decisivo para o futuro do Movimento Juvenil no nosso País.

Os jovens trabalhadores do

Norte deram uma grande contribuição à preparação do nosso I Congresso. Desenvolvemos um amplo trabalho de mobilização e discussão que culminou com a vinda ao nosso Congresso de uma delegação de jovens trabalhadores dos quais 120 como delegados e 280 como convidados, que, de todos os distritos do Norte, desde Bragança a Vila Real, passando por Braga, Viana do Castelo e Porto, vieram reafirmar a vontade que nos anima em lutarmos por um futuro melhor, de paz, de progresso e de bem-estar social, certos de que venceremos.

Mercê do trabalho preparatório que realizámos, chegámos ao Congresso com a nossa influência alargada às regiões mais distantes do Norte, nomeadamente ao distrito de Bragança. Hoje, a nossa organização cobre todos os distritos do Norte, onde a juventude se encontra decidida a romper as correntes do caciquismo reaccionário e do obscurantismo.

Durante a segunda sessão do Congresso, foram ainda ouvidas as intervenções das camaradas Adelinho B. Estrela (trabalhador-estudante), Maria de Jesus (operária agrícola) e Bernardina Sebastião, que sublinhou a necessidade de intensificar o recrutamento de raparigas para a UJC; António Luís, da OR das Beiras; Vítor Otão, da OR de Setúbal; João Almeida, que falou em nome dos trabalhadores-estudantes de Coimbra; e Pina Moura, da UEC.

“TRABALHAR PARA A UNIDADE DA JUVENTUDE TRABALHADORA”

O Congresso reformou os seus trabalhos no domingo, tendo a terceira sessão sido presidida pelo camarada César Roussado, que deu a palavra a Licínio Gil, da Comissão Distrital de Faro. Falou em seguida o camarada Vítor Matos, membro da C.T. da empresa Joaquim Francisco dos Santos.

No trabalho unitário é com entusiasmo que por todas as vilas e aldeias vamos a juventude a participar em grupos de teatro, secções culturais, grupos desportivos e colectividades juvenis, a formar outras estruturas unitárias onde ainda não existem. No plano orgânico deste trabalho, os nossos camaradas participam em 35 estruturas, falando ainda muito para o total existente, mas devemos primeiro fazer um melhor acompanhamento e dar uma melhor ajuda neste sector aos camaradas que neles participam — afirmou o camarada Carlos Moura, da Direcção Regional do Oeste e Ribatejo, que terminou sublinhando:

Desta tribuna queremos reafirmar a certeza de que iremos levar a toda a juventude trabalhadora as conclusões do Congresso, continuando a trabalhar para a Unidade da Juventude Trabalhadora, continuando a ser dignos da confiança que o Partido em nós

deposítou. Vivemos hoje uma situação difícil mas a palavra de ordem aprovada para o nosso I Congresso traduz uma realidade histórica:

PARA O FUTURO CERTOS DE VENCER!

ORGANIZAÇÃO E FUNDOS

Sobre Organização e Fundos, usou da palavra o camarada José Pedro Soares. “Actualmente, segundo o último balanço de organização efectuado a 10 de Abril” — sublinhou — “existem cerca de 18 mil camaradas a reunir regularmente e cerca de 1200 organismos a funcionar”.

E mais adiante, salienta: “Todos os camaradas, todas as organizações têm de ter presente que sem melhorar as nossas receitas, com dificuldades poderemos cumprir muitas das nossas

tarefas, que sem compreensão clara desta situação, a UJC poderá ficar impedida de reforçar a sua organização e avançar em grandes iniciativas que atralem e mobilizem muitos milhares e milhares de jovens, de ganhar mais e mais jovens para a luta pelo seu interesses e aspirações, pela defesa das conquistas alcançadas, pelo prosseguimento do processo democrático a caminho do socialismo.

Antes da sessão de Canto Livre, o camarada José Pedro Soares, ao encerrar o Congresso, frisou ainda, num entusiástico improviso, que “nós, os jovens trabalhadores comunistas estamos felizes. Partimos daqui com a determinação de alargar a UJC, unir toda a juventude trabalhadora, para uma sociedade mais justa, defendendo o que já alcançámos”.

“E a concluir afirmou:

“Partimos para o futuro, certos de vencer!”

SAUDAÇÃO AOS MILITARES DE ABRIL

No domingo, os delegados ao Congresso aprovaram por unanimidade e aclamação uma moção, onde se salienta a firme determinação dos jovens trabalhadores em participar nas comemorações de 25 de Abril, terceiro aniversário da Revolução Portuguesa, e no 1.º de Maio, Dia dos Trabalhadores, “datas de grande significado para o povo e a juventude”.

O mesmo documento, cuja aprovação seria sublinhada pelos aplausos vibrantes dos delegados e convidados, refere ainda que “o 1.º Congresso da UJC saúda os militares patriotas, todos os democratas que se proporcionalmente o 25 de Abril”.

dos jovens trabalhadores, — transformaram, na verdade, o 1.º Congresso da UJC no Congresso da Juventude Trabalhadora Portuguesa. Porque os problemas e todos os temas de debate que foram abordados no Congresso interessam a toda a juventude. Os problemas relacionados com os trabalhadores-estudantes, com os jovens trabalhadores das empresas e dos campos, por exemplo, são comuns. Por isso, os seus objectivos são iguais. As conclusões saídas do 1.º Congresso da UJC não interessam apenas aos jovens comunistas.

Esta grandiosa jornada apontou o caminho para um futuro melhor. E o futuro pertence à juventude, a toda a juventude trabalhadora, a toda a juventude interessada na consolidação da democracia e das liberdades, a toda a juventude que quer a felicidade, a paz e o progresso. É neste sentido, que podemos afirmar que o 1.º

sublinhou por longos aplausos dos presentes. Antes da primeira intervenção, os delegados

encontravam os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC, Jorge Araújo, do Secretariado do CC e Jaime Félix, também do CC; e ainda Augusto Carreto, Bernardina Sebastião, Carlos Moura, César Roussado, Domingos Oliveira, Fernando Rodrigues, Horácio Rufino, Joaquim Pereira, José Pedro Soares, João Pedro e Virgílio Azevedo, todos da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC. Seguidamente, tomariam o seu lugar na mesa os camaradas António Luís, Fernanda Passos, José Moreno e Rosalina Pica, todos da CC da UJC; e ainda Alcindo Ferreira, Alfredo Poesiras, Artur Gomes, Domingos Castro, Evaristo Fonseca, Francisco Lopes, Fortunata da Silva, Francisco Coelho, João Rito, Jorge Ramos, Jacinta Fonseca, Jorge Batista, José Oliveira, José Nunes Mendes, José Manuel Fernandes, Luís Piçarra, Maria Silva Pelico, Rita Garcia, Rui Ferreira e Vítor Rodrigues Fernandes; também presentes na mesa os camaradas João Leal e Pina Moura, ambos da Comissão Executiva da CC da UEC.

elementos passa a 53. O novo elenco da CC, cuja média de idades é de vinte anos, é constituído por jovens comunistas das regiões Norte, Beiras, Oeste e Ribatejo, Lisboa, Setúbal e Alentejo. A maioria dos camaradas eleitos para a Comissão Central são operários (metalúrgicos, têxteis, fabris, agrícolas) e empregados (do comércio e de escritório). Os mais novos, dois, têm 16 anos e os mais velhos, também dois, têm 26.

Da tribuna do nosso Congresso saúdo o valente e heróico proletariado agrícola, que luta pela defesa da Reforma Agrária, todos os jovens rurais que, apesar de não receberem salário há alguns meses, estão presentes no nosso Congresso com o seu entusiasmo, determinação e a confiança de que as injustiças serão reparadas, de que a terra será definitivamente para quem a trabalha.

E mais adiante: Camaradas, a Organização do Alentejo da UJC, tem sempre presente que o seu trabalho

seus dois anos de vida, e a que fazemos referência noutra local. Após um breve intervalo, o Congresso retomou os trabalhos, com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, que foi entusiasticamente saúdo pelos jovens comunistas. Também noutra local publicamos o seu discurso na integra.

A segunda sessão do Congresso começaria após o intervalo para o almoço. Falando em nome da Organização Regional do Alentejo, o camarada Augusto Carreto, operário agrícola e membro do Executivo da CC da UJC, afirmou a dada altura:

Além da Rádio-TV da RDA, da RTP e da RDP, estiveram no Congresso representantes das seguintes agências noticiosas: Gramma Press, ADN, TASS, MIT e B.T.A. Presentes também jornalistas de «diário», «jornal de Notícias», «Primeiro de Janeiro», «Diário de Notícias», «Isvestia», «Pyresa», «Vilagaz dasas», «Pravda» e «Neues Deutschland».

seus dois anos de vida, e a que fazemos referência noutra local. Após um breve intervalo, o Congresso retomou os trabalhos, com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, que foi entusiasticamente saúdo pelos jovens comunistas. Também noutra local publicamos o seu discurso na integra.

A segunda sessão do Congresso começaria após o intervalo para o almoço. Falando em nome da Organização Regional do Alentejo, o camarada Augusto Carreto, operário agrícola e membro do Executivo da CC da UJC, afirmou a dada altura:

Além da Rádio-TV da RDA, da RTP e da RDP, estiveram no Congresso representantes das seguintes agências noticiosas: Gramma Press, ADN, TASS, MIT e B.T.A. Presentes também jornalistas de «diário», «jornal de Notícias», «Primeiro de Janeiro», «Diário de Notícias», «Isvestia», «Pyresa», «Vilagaz dasas», «Pravda» e «Neues Deutschland».

A delegação angolana presente no Congresso, que foi entusiasticamente saúda, ofereceu à UJC as bandeiras da RPA e do MPLA

SAUDAÇÃO DOS PIONEIROS

No decorrer da última sessão dos trabalhos, subiu à tribuna do I Congresso da UJC uma delegação dos Pioneiros da Organização Regional de Lisboa do Partido. Calorosamente aplaudidos, os Pioneiros dirigiram, na altura, a seguinte saudação ao Congresso:

Os Pioneiros da Organização Regional de Lisboa saúdam calorosa e fraternalmente o I Congresso da União da Juventude Comunista, as delegações convidadas, os camaradas e amigos aqui presentes, e desejamo-vos grandes sucessos nos vossos trabalhos.

Nós ainda somos pequenos para pertencer à União da Juventude Comunista, mas vamos crescer, vamos lutar e vocês dentro de uns poucos anos têm que contar connosco nas vossas fileiras. Saudamos os Pioneiros e os jovens de todo o mundo, que lutam convosco para uma infância feliz, de paz e alegria.

Caminheiros para o futuro, certos de vencer.

VIVA OS PIONEIROS DE TODO O MUNDO!
VIVA OS JOVENS DE TODO O MUNDO!
VIVA O PRIMEIRO CONGRESSO DA UJC!
VIVA A UJC!

DELEGAÇÕES E PERSONALIDADES CONVIDADAS

Da bancada reservada às organizações nacionais convidadas, assistiram ao Congresso, além de representantes da Juventude Socialista e da juventude do MDP, FSP e LCI, uma delegação da UEC, constituída pelos camaradas Eugénia Varela Gomes, Leontina Pereira, Joaquim Oliveira, João Pinto Angelo e João Semedo.

Também presentes camaradas da direcção do Partido, da DORL, da Secção Internacional e do Comité Local.

Foram igualmente convidados representantes do Governo Militar de Lisboa, da CGTP-IN, do Secretariado das CT das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal e do MDM.

Entre outras figuras conhecidas, estiveram na bancada o camarada Silva Graça, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa (eleito pela FEPU); Jesualdo Ferreira; e os cantores Carlos Paulo, Roberto e Massingue; Hemán Martins e Rui Martins; os jornalistas desportivos Carlos Pinhão e Galvão Correia e o jogador internacional de hóquei em patins, António Ramalheira.

Além de representantes das Associações de Trabalhadores-Estudantes da Escola Comercial Ferreira Borges, da Escola Industrial e Comercial de Faro, do Liceu Polivalente da Moita, foram também convidados para assistir ao Congresso membros das Comissões de Juventude dos Sindicatos Metalúrgicos, da Panificação, dos Ferrovias de Lisboa, da delegação de Sacavém do Sindicato dos Metalúrgicos, dos Gráficos do Porto, dos Sindicatos Trabalhadores Agrícolas de Beja do Departamento de Juventude da União dos Sindicatos do Porto (Intersindical), do Grupo Desportivo e Cultural de Ponte (Río Tinto), da Comissão Dinamizadora

SAUDAÇÕES ENVIADAS AO CONGRESSO

No decorrer dos trabalhos, chegaram à tribuna do Congresso dezenas de saudações e de moções de apoio, enviadas por várias organizações políticas, populares e outras associações e personalidades ligadas aos meios políticos, culturais, desportivos e recreativos.

Sublinhadas pelos aplausos vibrantes dos delegados e convidados, foram referidas entre outras mensagens as dos jogadores de futebol Toni e Diamantino de Miranda; do professor de Educação Física, Carlos Abreu; do jogador de hóquei em patins, Ramalheira; das direcções da FSP e MDP; da Juventude Universitária Católica; do cantor e jornalista José Jorge Letria; da Comissão Revolucionária de Moradores da freguesia do Sagrado Coração de Jesus; das células da UEC de diversas escolas secundárias e superiores; dos Pioneiros de Lisboa; de jovens democratas de Farnalhão e Vila Xá; de um grupo de trabalhadores ferroviários reunidos em almoço de confraternização (integrado na Campanha Nacional dos 50 mil contos) e de jovens comunistas da Companhia Portuguesa de Pescas.

Foi também enviada ao Congresso uma saudação dos artistas progressistas que durante o passado fim-de-semana actuaram no espectáculo «25 Canções de Abril», realizado no Porto.

A NOVA COMISSÃO CENTRAL DA UJC

No final do Congresso, seria eleita a nova Comissão Central da UJC — terceiro e último ponto da ordem de trabalhos —, no decorrer de uma sessão destinada exclusivamente aos delegados.

Após o debate e votação da proposta apresentada, que seria aprovada por maioria, com seis abstenções, os convidados voltaram aos seus lugares, tendo sido apresentados, num ambiente de entusiasmo, os membros da nova Comissão Central, que de 30

MAIS DE 125 MIL FOLHAS IMPRESSAS!

Dezenas e dezenas de camaradas, de jovens comunistas, asseguraram o bom funcionamento dos múltiplos serviços de apoio ao Congresso. O êxito desta histórica jornada deve-se em grande parte ao trabalho desenvolvido, dia e noite, pelas equipas de apoio técnico, divididas pelas Comissões de Segurança, Duplicação, Internacional, Tradução, Revisão, Armazém, Dictiografia, etc.

De salientar que no decorrer dos trabalhos do Congresso, foram impressas mais de 125 mil folhas, distribuídas aos delegados, aos convidados estrangeiros e aos jornalistas.

Junto à porta principal do Pavilhão, um grupo de militantes da UJC assegurou durante os trabalhos do Congresso os serviços de recepção aos delegados e convidados, de informações e de apoio à Imprensa.

EXPOSIÇÃO

Numa das instalações de acesso à sala, esteve patente uma exposição fotográfica subordinada ao tema «2 Anos de Actividade da UJC». Os trabalhos expostos referiam-se ao Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT), ao 1.º Encontro da UJC, ao Trabalho Voluntário desenvolvido por jovens das cidades nas UCPs e cooperativas da Reforma Agrária, às iniciativas culturais e de convívio pela organização (nomeadamente as sessões de Canto Livre), ao 2.º Encontro da UJC, às Relações Internacionais, à participação da UJC no VIII Congresso do Partido e ao «Juventude».

Perto da exposição, estava instalada uma banca de venda com materiais alusivos ao Congresso.

«O Partido conta com a juventude comunista e a juventude comunista pode em tudo contar com o Partido»

Discursando na sessão inaugural do 1.º Congresso da UJC, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, referiu-se à situação política actual e apontou as grandes tarefas da juventude, salientando em particular o papel da União da Juventude Comunista.

Queridos camaradas:

Ao primeiro congresso da UJC, e por intermédio do Congresso a todos os membros da heróica organização dos jovens trabalhadores comunistas, transmito as mais calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português. Vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora, a UJC é a força organizadora e dinamizadora das lutas dos jovens trabalhadores pelos seus interesses vitais pelos grandes objectivos do nosso povo, pela criação de laços de fraternidade, cooperação e acção comum das mais amplas massas juvenis.

Permiti por isso que, através do vosso Congresso, saúde, não apenas os militantes da UJC mas todos os jovens trabalhadores que, não sendo comunistas lutam lado a lado com os comunistas, que saúde toda a juventude trabalhadora portuguesa, cujos interesses, aspirações e objectivos se inserem nos interesses, aspirações e objectivos da classe operária e das massas trabalhadoras, se inserem na luta em que está empenhado o Povo português para prosseguir o processo democrático rumo ao Socialismo.

Permiti, ainda, camaradas, que saúde também a presença nesta congresso de uma outra organização revolucionária e de vanguarda da juventude portuguesa, organização irmã da vossa, fazendo parte do mesmo grande força organizada dos jovens comunistas, autónoma como a vossa e como a vossa indelutavelmente ligada ao Partido, a UEC, a União dos Estudantes Comunistas. Estamos certos de que a estreita cooperação continuará a reforçar-se entre a UJC e a UEC que constituem no conjunto a decidida e heróica frente organizada dos jovens comunistas de Portugal, vanguarda de toda a juventude.

A situação política

Este Congresso tem lugar num momento grave da democracia portuguesa. Já há tempo dissemos termos entrado numa nova e apertada curva do processo revolucionário. Ainda não saímos dela. Por um lado, recrudescem as conspirações e as actividades fascistas, tendo abertamente como objectivo a destruição da democracia portuguesa e instauração de uma nova ditadura.

Por outro lado, a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo, em aliança com o PPD e o CDS, agrava brutalmente a exploração e as condições de vida dos trabalhadores, procura liquidar as grandes conquistas democráticas da revolução: a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário e tudo quanto de progressista, no domínio da política social da educação se realizou desde o 25 de Abril. O actual Governo é o pior governo desde o 25 de Abril.

Esta política tende à restauração do poder económico e político do grande capital associado ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários. É o caminho, não de construção da democracia, mas do regresso ao passado.

A situação financeira e económica é sem dúvida muito grave. Mas restituir ilegítimamente terras aos agrários e empresas aos capitalistas, desencadear toda uma ofensiva contra os trabalhadores das cidades e dos campos, pretender liquidar as reformas progressistas que, além de serem importantes passos para a recuperação económica, o progresso social e independência do País, são essenciais para a própria defesa e sobrevivência da democracia portuguesa, não é uma política de recuperação económica como afirma o Governo, mas apenas uma política de recuperação capitalista.

O Senhor Primeiro-Ministro querendo-se talvez iludir a si próprio, fala muito em «galvanizar» de entusiasmo o País com a sua política mas, verdade, verdade, galvanizou é certo o Casqueiro, galvanizou o José Almeida, da Guérin, o Queirós Pereira, o Ritz, a D. Fernanda, do Pão de Açúcar, o Abreu, da Auto-Reconstrutora, e talvez esteja a caminho de galvanizar o Pimenta, o Bulhosa, o Quina, o Melo e o Champallimaud.

Mas, na medida em que galvaniza o capital isola-se do povo. Não pode ao mesmo tempo entusiasmar os grandes agrários, os grandes capitalistas e entusiasmar os trabalhadores. Precisamente porque a política de recuperação capitalista vai contra os interesses vitais do povo trabalhador e encontra a sua resistência, ela é acompanhada de limitações ilegítimas das liberdades democráticas e pelo recurso crescente a medidas de carácter administrativo e de carácter repressivo.

O PCP reafirma a necessidade vital de que sejam respeitadas as liberdades e os direitos dos cidadãos. Impõe-se que seja assegurada a liberdade de imprensa ameaçada pela monopolização política dos meios de comunicação social.

Impõe-se que seja assegurada a liberdade de associação, manifestação e reunião, e aqui quero reafirmar, em nome do nosso Partido, que reprovamos quaisquer comportamentos que ponham em causa estas liberdades.

Reprovamos quaisquer acções de boicote ao direito de reunião, mesmo que venham de membros do nosso Partido, e mesmo que apareçam como a manifestação espontânea de indignação ante as provocações seja de quem for, de oradores desconhecidos ou de ministros. O direito de reunião e de manifestação deve ser respeitado por todos, e nós comunistas devemos ser os primeiros a dar o exemplo.

Impõe-se o respeito pela liberdade e a independência dos sindicatos, e o abandono, por parte do Governo e do PS, das ofensivas contra o movimento sindical, de novos projectos de cisão da interferência e intervenção, administrativas e antidemocráticas, na vida sindical, pretendendo ainda impor a estafada «Carta Aberta» ou uma legislação sindical regulamentada através da qual, a pretexto da defesa da democraticidade dos sindicatos põe em causa a própria liberdade e independência dos sindicatos.

Todos sabemos: a «Carta Aberta» é uma carta jogada e perdida. Os trabalhadores defenderam até hoje, com sucesso, a unidade do movimento sindical, e continuarão a defendê-la reforçando dia a dia a unidade da classe operária e dos trabalhadores a unidade da CGTP/IN. Muito embora sejam de prever novos esforços, anunciados recentemente pela própria direcção do PS, para dividir a unidade dos trabalhadores e dos sindicatos.

Causa profunda indignação ver arrancar pela força das armas as melhores terras às Unidades Colectivas de Produção e às Cooperativas, para de novo as entregar a grandes senhores que nunca fizeram nada na vida a não ser explorar quem trabalha, ou a oportunistas e afilhados que nunca também ali trabalharam. E ver à ordem do Governo roubar aos trabalhadores gados e searas, fruto de trabalhos e sacrifícios. E ver entregar a parasitas, as empresas que eles defraudaram e arruinaram e que os trabalhadores mantiveram em laboração, pagando em muitos casos dívidas, diminuindo défices, aumentando a produção. Esta é uma política ao serviço dos capitalistas e agrários contra os trabalhadores.

Nada tem a ver com socialismo nem com democracia. O Governo fala em recuperação económica. A recuperação capitalista contraria a recuperação económica, e a recuperação económica, para ser alcançada, exclui a recuperação capitalista. Além disso, a política de recuperação capitalista é na sua essência, nos seus métodos, nos seus meios, nas suas consequências, uma política antidemocrática.

A política de recuperação capitalista não é o caminho da recuperação económica, nem da estabilidade democrática, mas do agravamento da situação económica, social e política e da desestabilização, só à reacção pode aproveitar.

Tal política não é o caminho da consolidação da democracia mas de novos avanços da reacção que se prepara para o assalto ao Poder.

Por isso, o Partido a combate e, no quadro do regime e das instituições, trabalha para que se torne possível uma alternativa democrática.

Estamos absolutamente certos de que, tal como sempre, tal como no passado fascista, tal como nas batalhas travadas desde o 25 de Abril, o Partido pode contar inteiramente com os jovens trabalhadores comunistas, com a UJC, para as lutas que temos pela frente.

Os problemas da juventude

Camaradas: os jovens comunistas têm de manter, como objectivo constante da sua actividade, a defesa dos interesses imediatos da juventude e o melhoramento das suas condições de vida material e cultural.

Cuímos há pouco o camarada Horácio Rufino, como membro da direcção da UJC, traçar as grandes linhas de orientação da UJC. Mas permitam-me, também, dizer algumas palavras a este respeito.

Depois da libertação da ditadura fascista, as condições de vida e de trabalho da juventude, melhoraram. A fixação do salário mínimo nacional, embora não abrangendo os jovens de menos de 20 anos, o congelamento de preços e rendas de casa, a redução de horas de trabalho, a proibição de despedimentos sem justa causa, os subsídios de desemprego, o direito de férias, representaram para os jovens trabalhadores sensíveis melhorias.

No domínio da instrução e da cultura, além do aumento da frequência das escolas e dos passos andados na sua gestão democrática foram criados numerosos organismos juvenis culturais, casas de cultura, bibliotecas.

No domínio desportivo, foi realizada uma obra notável com a democratização da organização do desporto, os subsídios a colectividades, autarquias, associações e federações desportivas, a construção de instalações, a realização de competições, torneios, encontros e convívios.

No domínio político, além do fim da guerra criminosa que custou milhares de vidas e provocou o verdadeiro exército de jovens deficientes das Forças Armadas, os jovens alcançaram o direito de se expressarem, organizarem, reunirem e manifestarem. Alcançaram o voto aos 18 anos, porque se vinham batendo no tempo do fascismo, e a inscrição na Constituição (como princípios do novo regime democrático), do princípio «a trabalho igual, salário igual», e muitos outros que consagram direitos fundamentais dos trabalhadores e que excluem discriminações por motivo de idade ou de sexo.

Este caminho progressista para uma vida melhor da juventude trabalhadora foi, porém, interrompido.

Tudo quanto de positivo foi alcançado pela juventude trabalhadora está hoje ameaçado pelo perigo fascista, por um lado, e pela política antioperária e antipopular do Governo PS, por outro.

Para defesa dos interesses vitais da juventude, há que combater o perigo fascista, o terrorismo, a conspiração, a propaganda e as organizações fascistas, as ofensivas da reacção. Esse é o perigo principal.

Para defesa dos interesses da juventude, das liberdades e da democracia, há que combater também nas fábricas, nas empresas, nos campos, nos portos, nas escolas, a política de recuperação capitalista, a política antioperária e antipopular do Governo PS, que atinge profundamente os interesses e direitos da juventude e tenderá a agravar cada vez mais a sua situação.

Podemos estar absolutamente certos de que, se prosseguir tal política se acentuarão as discriminações salariais e profissionais para com os jovens trabalhadores e, particularmente, as raparigas, aumentará o desemprego que já atinge talvez mais de 200 mil jovens, a maior parte dos quais em busca do primeiro emprego; serão dificultadas as promoções e o aperfeiçoamento profissional; piorará o ensino técnico, diminuirão certos benefícios no que respeita às condições de estudo, alimentação e transportes para os trabalhadores-estudantes; serão anulados os progressos alcançados no ensino, na cultura e nos desportos; serão cada vez mais frequentes as medidas de repressão contra os direitos e as liberdades da juventude. E, naturalmente, nós dizemos serão se, e este se é se prosseguir esta política antipopular e antioperária contra a qual nós lutamos.

A delinquência juvenil, a prostituição, a pornografia, a droga são frutos podres da sociedade capitalista. Tendeirão a agravar-se com o aumento do desemprego e das dificuldades económicas, com a política de recuperação do desemprego e das dificuldades económicas, com a política de recuperação capitalista, com a acção ideológica que procura tornar novamente dominantes os velhos valores imorais e amorais da reacção e da decadência capitalista.

Uma política antioperária e antipopular, uma política de recuperação capitalista é necessariamente uma política antijuvenil.

O ideal da liberdade e da democracia

Os jovens comunistas têm de manter bem vivo na sua actividade o ideal da liberdade e da democracia.

Ao longo da história da luta da juventude comunista portuguesa, que se desenvolveu quase meio século nas condições de repressão fascista, a conquista das liberdades democráticas foi sempre um objectivo primeiro e fundamental.

A liberdade foi alcançada, mas não está segura. Depois do 25 de Abril, a reacção nunca se deu por vencida. Sucessivas vezes tentou desferir golpes de força e grandes operações políticas e político-militares para liquidar a nossa jovem democracia.

Foi derrotada nuns casos, contida noutros. Mas insiste no mesmo propósito.

Ao lado do Partido, com o Partido, defender as liberdades democráticas, defender o regime democrático consagrado na Constituição, é uma das tarefas centrais da Juventude Comunista.

Hoje, toda a reacção, incluindo os fascistas, falam em nome da democracia.

Mas, em nome da democracia, se defende o fascismo e fascistas e se condenam os democratas. Em nome da democracia se exige, por um lado, a impunidade para todas as violências e arbitrariedades, e, por outro lado, a limitação das liberdades para os trabalhadores, para os seus sindicatos e o seu Partido.

Em nome da democracia há já quem ponha em causa o 25 de Abril libertador e os seus heróicos capitães, para os quais o nosso povo será eternamente grato, e o movimento popular, força determinante na liquidação do fascismo e na conquista e instauração das liberdades.

O PCP tem mantido, sem qualquer vacilação, a defesa de um regime político caracterizado simultaneamente pelas mais amplas liberdades e direitos (de imprensa, de associação, de formação de partidos, de reunião, de manifestação, de greve), e por transformações sociais profundas, liquidando definitivamente o poder dos monopólios e abrindo caminho para o socialismo.

O regime democrático português, consagrado na Constituição, corresponde a estas características fundamentais. Quem põe em causa as liberdades e a democracia são precisamente aqueles que procuram destruir as conquistas alcançadas desde o 25 de Abril na democratização económica e social do País.

A ofensiva contra as conquistas da Revolução, consagrada na Constituição, e a tentativa da sua liquidação marcha a par e passo de ofensivas contra as liberdades e direitos políticos dos cidadãos, contra os interesses e direitos da juventude.

Quem ameaça as liberdades e a democracia não são aqueles que defendem os interesses dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, mas aqueles que os combatem.

A democracia não pode ser entendida como a liberdade para os exploradores de explorarem e oprimirem os explorados e de impedirem ou reprimirem directamente com a força do aparelho de Estado os protestos e reclamações populares.

O Primeiro-Ministro disse há tempos que o PC «Tem de se habituar a viver numa democracia política» («O Dia», de 16-3-1977).

Mas parece que quem tem necessidade de criar tal hábito é o próprio Governo.

Tem de habituar-se a considerar que os direitos e liberdades dos cidadãos não são para uso exclusivo do partido do Governo, dos seus aliados, protegidos e protectores, mas para todos os

portugueses, quaisquer que sejam as suas opiniões, com excepção dos fascistas.

Tem de habituar-se a considerar que a democracia não é para uso exclusivo dos capitalistas e agrários contra os trabalhadores, mas que aos trabalhadores, mais que a ninguém, devem ser reconhecidos e assegurados, na prática, as liberdades e direitos.

Tem de habituar-se a que haja uma oposição à sua política e que essa oposição lhe possa fazer frente com os meios constitucionais e legais que o regime democrático reconhece.

Tem de habituar-se a cumprir a Constituição e as leis e não a fabricar leis que alterem a Constituição ou limitem as liberdades e direitos, quando vê que as regras democráticas estabelecidas lhe não bastam para impor ao Povo português a sua política de recuperação capitalista.

Na propaganda hipócrita que empesta a vida política nacional, todas as forças reaccionárias se conjugam para dar combate aos comunistas, acusados de não respeitarem a democracia.

Mas o Povo português cada vez se deixa menos enganar com tal propaganda e vê cada vez mais claramente que, se em Portugal existe uma força política decidida a lutar em defesa das liberdades e da democracia, essa força é constituída pelos comunistas, pelo Partido, contando com os aguerridos destacamentos juvenis da UJC e da UEC.

O ideal do socialismo

Os jovens comunistas têm de manter bem vivo na sua actividade o ideal do socialismo.

A revolução portuguesa teve um processo original, no que respeita às forças componentes, ao papel relativo das massas e do Poder ao sistema de alianças sociais e políticas, ao papel das Forças Armadas e à sua aliança com o Povo.

Mas uma das suas principais características, marca profundamente a sua experiência, é a identificação que se verificou entre a democratização da vida política e a democratização da vida económica e social.

A conquista, instauração e defesa efectiva das liberdades e direitos políticos tornaram indispensável a liquidação do poder político e económico dos grupos monopolistas e dos latifundiários, que constituíam a fundamental base financeira, económica, social e política do fascismo e do colonialismo.

A instauração das liberdades e dos direitos políticos parece, no processo revolucionário português, inseparável da defesa dos direitos dos trabalhadores, das nacionalizações da banca, e dos sectores básicos da economia, da reforma agrária, do estabelecimento do controlo operário em numerosas empresas, de criação dum vasto sector não capitalista da economia portuguesa.

A democracia portuguesa apontou o rumo ao socialismo e nós, consideramos que esse é o único rumo verdadeiramente democrático, o único que pode assegurar a sobrevivência do regime que resultou da revolução antifascista.

A defesa das liberdades e direitos políticos, a defesa da democracia política, tornou-se inseparável da defesa das outras conquistas da revolução na perspectiva do socialismo.

Ao lado do Partido, com o Partido, defender as conquistas da revolução e a perspectiva socialista da democracia portuguesa consagrada na Constituição, é uma das tarefas centrais dos jovens comunistas.

A luta pelo socialismo não é nas condições portuguesas apenas a luta por uma aspiração distante. A luta pelo socialismo é a própria luta em defesa da liberdade e da democracia.

O PCP sempre defendeu não existirem receitas nem clichés para o processo revolucionário.

Sempre defendeu que as revoluções a par de características gerais, apresentam numerosas particularidades e originalidades, resultantes das condições concretas em que têm lugar tendo em conta toda a riqueza da experiência revolucionária mundial.

Sempre definiu a sua orientação na base da análise da realidade nacional.

No seu trabalho ideológico e na sua actividade prática, antes e depois do 25 de Abril, o PCP mostrou a capacidade de examinar os novos fenómenos, de descobrir as características específicas da realidade nacional e do processo da revolução portuguesa.

Uma sociedade socialista em Portugal terá, sem dúvida, a marca própria que lhe imprimirão as exigências da situação portuguesa e da revolução portuguesa.

Mas o socialismo, para assim se poder chamar, tem um significado fundamental e inalterável: é a liquidação da exploração e da opressão capitalista, é a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Uma tal sociedade só podem construí-la os próprios trabalhadores.

Isso, camaradas, dizemos aqui, dizemos no nosso país, dizemos no estrangeiro, dizemos aonde quer que chegue a voz do Partido, seja através da imprensa, de documentos, ou da presença de camaradas nossos.

Sabem os camaradas que uma delegação do nosso Comité Central esteve em França nos últimos dias. Regressou, concretamente, esta noite um pouco antes de começar este Congresso.

Consideramos que esta visita foi positiva, reforçaram-se os laços de cooperação fraternal entre o PCP e o PCF.

Tivemos um encontro com milhares de emigrantes, e um grupo de jovens emigrantes pediu-nos que saudássemos o Congresso da UJC. Naturalmente que estas palmas são para os emigrantes. São bem merecidas para os nossos camaradas que estão na emigração. Porque é pena que os camaradas que aqui estão não pudessem ver como os jovens emigrantes demonstravam os seus sentimentos. As palmas que eles deram foram bastante mais do que estas que agora lhes damos.

Contactámos também com as direcções das organizações sindicais francesas, designadamente CGT, CFDT, FEN. Encontrámos-nos com dirigentes do PSF e do Movimento dos Radicais de Esquerda, com os quais tivemos uma larga troca de impressões, muito útil e num ambiente de respeito mútuo e de esforço de compreensão e de cordialidade.

Têm dito alguns que a dificuldade do diálogo entre socialistas e comunistas portugueses resulta do facto de os comunistas portugueses serem diferentes dos comunistas de outros países. Mas estes nossos contactos com socialistas e democratas de outros países parecem mostrar que, afinal, se em Portugal há dificuldades para um diálogo entre socialistas e comunistas não será por culpa dos comunistas. Nós reconhecemos, naturalmente, que os partidos irmãos têm todo o direito de procurar, na base das condições existentes nos seus países, encontrar o caminho para o socialismo. Mas o nosso Partido também o tem. Seria actualmente absurdo definirmos a nossa orientação política como se tivéssemos um sistema económico-social semelhante a aquele que existe nos países capitalistas da Europa. Nesses países existem hoje ainda o capitalismo monopolista de Estado, o domínio de grandes grupos monopolistas. E a revolução portuguesa liquidou o capitalismo monopolista de Estado, liquidou os principais grupos monopolistas. Hoje, a grande batalha não é para a liquidação dos grupos monopolistas. A nossa grande batalha é para impedir a recuperação capitalista, para impedir que esses grupos monopolistas voltem a ter a economia nacional nas suas mãos.

De acordo com as condições nacionais e as características específicas do processo revolucionário em cada país, um regime socialista (assim como um regime capitalista) admite numerosas soluções para o problema da estrutura dos órgãos do poder e para o âmbito da liberdade política.

Mas o capitalismo é sempre capitalismo, seja no Ocidente ou

no Oriente, e o socialismo é sempre socialismo, seja na Europa, na Ásia, na África ou na América Latina.

O PCP é contra o capitalismo e pelo socialismo seja qual for a parte do globo onde se encontre.

Presentemente desenvolve-se toda uma grande campanha de propaganda reaccionária contra a URSS e outros países socialistas. Procuram com essa campanha denegrir as realizações dos países socialistas, afastar os trabalhadores e as massas da perspectiva socialista, enfraquecer o movimento operário nos países capitalistas, dividir as forças revolucionárias mundiais para assim poderem travar a marcha libertadora da liberdade.

Os jovens comunistas devem dar firme combate a esta campanha.

Pode haver, e haverá certamente, muitas novidades e surpresas no processo revolucionário.

As forças revolucionárias em cada país têm de traçar o seu próprio caminho.

Mas não se devem contrapor às experiências históricas do socialismo, ao socialismo tal como existe, ao socialismo real, miragens e idealizações que se não baseiem na experiência.

Atacar os países socialistas, acompanhando a campanha de todas as forças reaccionárias é atacar a causa do socialismo no próprio país.

Opor um projecto de socialismo, não ao capitalismo do próprio país mas ao socialismo dos países socialistas, é afastar-se da luta pelo socialismo.

O Partido confia inteiramente em que a UJC nunca cedera à pressão nem de inimigos nem de aliados, e defenderá firmemente os ideais do socialismo.

A causa da independência nacional

Os jovens comunistas têm de manter bem viva na sua actividade a causa da independência nacional.

O ideal da democracia e do socialismo, a construção de um regime democrático rumo ao socialismo, coincide inteiramente com os interesses de independência nacional.

É a política de recuperação capitalista que atinge e fere os interesses nacionais e que amarra progressivamente a independência portuguesa.

A construção da democracia na perspectiva do socialismo, a real recuperação económica, o esforço de todo o nosso povo para sair das dificuldades mobilizando os recursos nacionais (riquezas naturais, capacidade produtiva, mão-de-obra), é o único caminho para a defesa e o reforço da independência nacional.

A recuperação capitalista, o recurso fatalista aos empréstimos externos com condições económicas e políticas cada vez mais gravosas, o acenar ao imperialismo com a exploração dos trabalhadores portugueses, pagando de novo salários de miséria, a integração no Mercado Comum com o atraso económico relativo em que se encontram a nossa indústria e a nossa agricultura, conduzem ao agravamento da dependência de Portugal em relação ao imperialismo.

Os interesses dos grandes capitalistas e dos grandes proprietários são contrários à construção de uma sociedade democrática e de um Portugal independente. A democracia e a independência nacional coincidem inteiramente com os interesses dos trabalhadores. Na situação actual, o sentimento patriótico apaga-se do coração dos exploradores para os quais o lucro e o dinheiro são o verdadeiro deus.

Inversamente, o sentimento nacional e patriótico, extraordinariamente enriquecido com a revolução, é cada vez mais profundo no coração dos trabalhadores, dos democratas, de todos os que querem impedir o regresso ao passado fascista, que se indignam com as ingerências do imperialismo, que vêem que a independência nacional é condição de liberdade.

Recuperação capitalista é sinónimo de política antidemocrática e de dependência do imperialismo.

Democracia é sinónimo de defesa das conquistas da revolução e de independência nacional.

A causa dos trabalhadores, da democracia e do socialismo em Portugal é uma causa eminentemente patriótica, é a própria causa da independência nacional.

Os jovens comunistas, empunhando a bandeira dos interesses da juventude, da democracia e do socialismo, empunham ao mesmo tempo a bandeira da independência de Portugal contra a política de submissão ou entrega ao imperialismo estrangeiro.

O patriotismo não exclui, antes implica, uma atitude inspirada pela consciência de classe, os interesses, os objectivos e a solidariedade universais da classe operária, isto é, pelo internacionalismo proletário definido no quadro do marxismo-leninismo.

A UJC, ao mesmo tempo que educa a juventude no amor a Portugal, na dedicação sem limites à causa do povo português, educa também no espírito de amizade e activa solidariedade para com a juventude de todo o mundo; da URSS e outros países socialistas, que constituem o maior baluarte dos trabalhadores e dos povos; dos países capitalistas, designadamente daqueles onde os jovens são submetidos a regimes fascistas e reaccionários; dos países libertados do jugo colonial e em particular Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, aos quais nos ligam laços muito particulares de fraternal amizade.

Defesa dos interesses nacionais e solidariedade internacionalista, patriotismo e internacionalismo convertem-se em posições indissociáveis das forças revolucionárias da época da passagem do capitalismo ao socialismo.

O Partido confia inteiramente em que a UJC terá sempre bem vivo este ensinamento, e que em toda a sua actividade dará simultaneamente provas de amor por Portugal e de amizade e de solidariedade para com os outros povos, para com a juventude de todo o mundo.

Virtudes revolucionárias

A complexidade da situação, a política do governo actual, os perigos que ameaçam Portugal democrático, a luta difícil e dura que é de prever, exigem o reforço das virtudes revolucionárias tradicionais da juventude comunista.

Os interesses da juventude, as liberdades e as conquistas da revolução, defendem-se com a luta firme e corajosa contra a reacção e a política do governo. Defendem-se também com a intervenção construtiva para a solução dos problemas, com o melhoramento da produção no sector não capitalista, nas UCPS e Cooperativas, nas empresas nacionalizadas, intervencionadas, sob controlo operário ou em regime de autogestão.

Ao mesmo tempo que organizam e mobilizam as massas juvenis para a defesa dos seus interesses vitais, contra a reacção e a recuperação capitalista, os jovens comunistas devem desenvolver uma intensa actividade para que a juventude trabalhadora resolva directamente muitos dos seus problemas e participe activamente com a classe operária e as massas populares na solução dos problemas nacionais.

A aplicação, a diligência, o trabalho e o estudo que permitem a qualificação e a capacitação profissional, a preparação geral e especializada em todos os domínios da actividade nacional, devem ser constante preocupação das organizações e da juventude comunista.

As forças reaccionárias procuram romper a juventude, afastá-la do caminho da luta, amortecer e liquidar os seus sentimentos de generosidade. Procuram neutralizar ou desviar o ardor combativo da juventude com as práticas de decadência do mundo capitalista. Os poderosos meios de acção psicológica existentes nos tempos presentes, os meios de comunicação social, o cinema, o teatro, a literatura, a par de uma constante e venenosa propaganda anticomunista, inspiram sentimentos negativos: o egoísmo, a insensibilidade pela exploração e desigualdade social, o espírito acomodaticio e subserviente, o gosto pela violência, o crime e a vida fácil, a atracção pela pornografia, a droga e a prostituição.

A juventude comunista tem um papel decisivo a desempenhar para combater estas influências degradantes e para educar a juventude nos elevados princípios da ética proletária.

O exemplo dos jovens comunistas tem importância decisiva. Os jovens comunistas não se deixam vencer nem pela influência desmoralizadora da reacção nem pelas dificuldades e perigos.

Nas curvas apertadas do processo revolucionário, há quem se afaste, recese da luta, e quem caia em atitudes de desespero, mas os jovens comunistas não se deixam arrastar nem pelo comodismo oportunista, nem pelo aventureirismo esquerdista.

O oportunismo de direita, cedendo à chantagem de que não é possível uma alternativa de esquerda, tende a aceitar como inevitável a acentuação de uma política de direita.

O esquerdismo faz sistematicamente o jogo da reacção. Na conjuntura actual, é necessário estarmos extraordinariamente atentos à provocação, tanto da direita fascista como de elementos pseudo-revolucionários. Actos de violência e terrorismo na situação actual apenas serviriam a contra-revolução.

Os jovens comunistas, a nosso ver, devem combater como provocadores, e nós dizemos esta palavra com todo o sentido da responsabilidade, como provocadores, aqueles que apareçam junto dos jovens comunistas ou de trabalhadores a propor quaisquer acções violentas, quaisquer acções armadas.

A UJC, os jovens comunistas que, na sua acção diária, empreendem grandes e pequenas realizações culturais, recreativas e desportivas, criam motivos de beleza e alegria para a juventude, organizam iniciativas de confraternização e de convívio, desenvolvem uma constante actividade de massas, defrontam ao mesmo tempo de cabeça erguida os obstáculos que o povo português tem diante de si e dão a sua firme contribuição para superar estes obstáculos.

Dignas das tradições gloriosas da juventude comunista portuguesa, a UJC e cada um dos seus militantes mantêm sem dúvida bem viva a disposição de luta e de combate, a coragem e dedicação, a prontidão para provas duras se for necessário. Estamos convencidos, camaradas, que quando jovens comunistas riem, dançam, cantam, nunca se afasta do seu espírito a vontade e a decisão de defrontar perigos se for necessário e de combater pelas liberdades no nosso país.

Se estão de acordo, vamos interpretar estas palavras. O que significam estas palavras? Primeiro, significam que os jovens comunistas delegados a este congresso, estão todos, e cada um dispostos, a defrontar dificuldades. Segundo, que os jovens comunistas delegados a este Congresso confiam que as suas organizações da UJC aqui representadas têm a mesma disposição e a mesma firmeza de luta.

Terceiro, os jovens comunistas e as organizações da juventude comunista compreendem que não são só elas, isoladas das massas, que podem defender os direitos da juventude, as liberdades, as conquistas da revolução, o processo democrático e que se propõem ganhar as massas juvenis para a política dos jovens comunistas e ganhá-las para o combate pelos interesses da juventude trabalhadora, pelos interesses da democracia portuguesa, rumo ao socialismo.

A UJC e a unidade da juventude

Uma das principais tarefas que se colocam à UJC é a unidade da juventude trabalhadora, na luta pelos seus interesses, direitos e aspirações, na luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

O Partido aprova a permanência do esforço unitário na actividade da UJC e o carácter aberto e unitário que dá como regra as suas iniciativas.

O Partido aprova os esforços da UJC nas fábricas, nos campos, nos portos, nos sindicatos, nas escolas, nas colectividades, nos clubes desportivos, nos clubes de campismo, em todos os locais de trabalho e convívio, para unir a juventude trabalhadora e desenvolver nessa base uma ampla luta e actividade de massas.

O Partido aprova os esforços constantes da UJC para aproximação, o entendimento, a cooperação e acção comum com as juventudes socialistas. Saudamos os passos positivos dados neste sentido por jovens comunistas e jovens socialistas, que correspondem à crescente cooperação de membros do PCP e de membros do PS em numerosos sectores da vida nacional. Os jovens podem desempenhar um importante papel para a unidade dos antifascistas, dos democratas e, em particular, de socialistas e comunistas.

O Partido aprova os esforços constantes da UJC para a aproximação, o entendimento, a cooperação e a acção comum com a JOC, assim como com as organizações de escuteiros. Todos os jovens trabalhadores, rapazes e raparigas, quaisquer que sejam as suas ideias políticas e as suas crenças, têm os mesmos interesses, têm os mesmos problemas, têm as mesmas necessidades, têm no fim de contas as mesmas aspirações fundamentais.

Vós podeis bem dizer, ázeles, que não são comunistas: Se tendes críticas a fazer, faça-las, se pensais actualmente de maneira diferente da nossa, pois diz o que está mal, de errado na nossa conduta, mas discutamos fraternalmente e procuremos um caminho comum. Vós pensais que tendes críticas a fazer à política dos comunistas, pois fazei essa crítica. Mas procuremos juntarmo-nos, vemos em que é que nos podemos entender para a luta, para a acção comum, uma vez que os interesses dos trabalhadores, sejam comunistas sejam socialistas, pensem o que pensarem, tenham o que tiverem no coração, os seus interesses são completamente iguais.

Existem as condições objectivas essenciais para que os jovens trabalhadores se unam numa ampla e poderosa frente de luta pelos direitos da juventude, pela liberdade, a democracia, o progresso, a independência do País.

O Partido apela para a UJC, para que os jovens comunistas combatam o sectarismo nas suas próprias fileiras; para que nunca se fechem nas fronteiras da sua organização, por muito largas que elas sejam, tenham três, quatro vezes mais militantes que têm hoje; nunca se fechem dentro da vossa organização para que estejam sempre abertas ao diálogo e ao debate com jovens de outras tendências, com jovens que possam ter ideias críticas, em relação aos comunistas, para que saibam aceitar o debate, o diálogo, a discussão e o ambiente fraternal; ouvir e compreender os outros; para que ao ajudar e orientar massas juvenis procurem sempre também aprender com as massas, para que se liguem às massas da juventude, vivam com elas, compartilhem diariamente com elas as dificuldades, os problemas, os anseios e as esperanças, para que definam com elas reivindicações, objectivos e acções.

O Congresso da UJC, dando um balanço à actividade dos jovens trabalhadores comunistas, será sem dúvida um importante passo para o reforço da UJC. Da sua direcção que pelo relatório que foi apresentado e com os materiais distribuídos sairá consideravelmente ampliada e reforçada. O camarada relator da direcção da UJC, disse que os funcionários da UJC recebem o mesmo que os funcionários do Partido. Se os camaradas da UJC me permitem, eu faço uma rectificação. A rectificação é a seguinte: Sabemos que apesar de isso estar estabelecido em princípio, a dificuldade de fundos da UJC não tem permitido que os funcionários da UJC recebam o mesmo que os funcionários do Partido. Por vezes tem sucedido que os funcionários da UJC, incluindo naturalmente os dirigentes da UJC, têm recebido metade do que recebem os funcionários do Partido. Isto significa que estes camaradas têm passado bastantes dificuldades.

Isto já foi discutido. É necessário rectificar esta situação incorrecta. Mas o facto de nunca se terem lamentado esses quadros da UJC é uma boa indicação. Nunca se queixaram. Os quadros comunistas, formam-se no movimento da juventude, neste movimento alegre e confiante, neste movimento onde há canções, há bailes, há festas. Mas foram-se também não tendo o combate, não tendo as dificuldades.

A escola das dificuldades e da dedicação é a verdadeira escola dos comunistas, dos quadros comunistas, e estamos seguros que a UJC saberá trilhar este caminho de formação de quadros, de quadros dedicados, de quadros prontos a defender a liberdades dos trabalhadores.

Querida ainda dizer duas palavras sobre recrutamento de raparigas. Dezassete por cento é pouco. Podemos estar seguros que nunca teremos uma organização das juventudes comunistas com verdadeira influência sobre largas massas, se não aumentarmos muito e muito a percentagem de raparigas nas organizações juvenis comunistas.

Este primeiro congresso está ao mesmo tempo aberto para as massas e aberto para o futuro, e será assim um factor determinante para o desenvolvimento do movimento da juventude trabalhadora.

Confiamos em que os trabalhos do congresso serão coroados de êxito completo. E que depois do congresso, toda a organização, todo o colectivo da UJC enriquecido pelas experiências colhidas, animado de confiança, com a alegria que dá a consciência do combate por uma causa justa leve à prática com completo sucesso as decisões que aqui foram tomadas pelo vosso Congresso.

O Partido conta com a juventude comunista, a juventude comunista pode em tudo contar com o Partido.

VIVA O 1.º CONGRESSO DA UJC!
VIVAM AS ORGANIZAÇÕES DA JUVENTUDE COMUNISTA, A UJC E UEC!
VIVA A UNIDADE DA JUVENTUDE TRABALHADORA!
VIVA PORTUGUAL DEMOCRÁTICO, A CAMINHO DO SOCIALISMO!

Relatório Central, apresentado por Horácio Rufino «CONFIANTES E SEGUROS MARCHAREMOS NA VANGUARDA DO MOVIMENTO E DA LUTA DA JUVENTUDE TRABALHADORA»

Subordinado ao tema UJC: dois anos de luta e de actividade, o Relatório Central, apresentado pelo camarada Horácio Rufino, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC e do Comité Central do Partido, focou as etapas mais importantes do trabalho e da luta que a União da Juventude Comunista desenvolveu ao longo dos seus dois anos de vida, «dois anos de intensa actividade em defesa dos interesses, reivindicações e aspirações da juventude trabalhadora, de luta pela liberdade, pela democracia e o socialismo».

Publicamos em seguida excertos deste importante documento.

No dia 9 de Março de 1975, reuniram-se nesta mesma sala, no Encontro Organizador da Juventude Comunista, alguns milhares de jovens vindos de todos os pontos do país.

Hoje, apesar das deficiências e dificuldades, podemos afirmar, com orgulho, que realizámos no essencial o nosso objectivo. Nestes dois anos, a UJC multiplicou o número dos seus membros por quatro. Tornou-se a força impulsora e decisiva do movimento juvenil unitário nas empresas e UCP's, nos sindicatos e escolas nocturnas, nos bairros e nos locais de convívio da juventude.

A acção da UJC foi, em primeiro lugar, virada para a mobilização da juventude na luta pela defesa das liberdades, das nacionalizações, do controlo operário, da Reforma Agrária, das conquistas da nossa Revolução.

Os jovens comunistas deram um importante contributo na mobilização da juventude para as grandes jornadas de apoio aos militares patriotas do MFA e à defesa do 25 de Abril. Ao apelo da UJC, milhares de jovens vieram às ruas, no 11 de Março, para dar combate à reacção e aos seus planos de liquidação do 25 de Abril.

Na luta pela liquidação dos monopólios e a institucionalização do controlo operário foi sob a acção destacada dos jovens comunistas que milhares de jovens trabalhadores se mobilizaram para a defesa das nacionalizações e se desenvolveram pequenas e grandes lutas em centenas de empresas que o patronato reaccionário abandonava ou sabotava.

Nas grandiosas jornadas de luta pela Reforma Agrária, os jovens operários agrícolas, estiveram em muitos casos à cabeça de lutas heróicas contra as acções reaccionárias dos latifundiários, e avançaram com audácia no desbravamento dos campos incultos do Sul, trabalhando horas e horas a fio sem receberem salário, tudo pela concretização de uma das mais profundas aspirações do nosso povo: a entrega da terra à quem a trabalha.

Na luta contra a recuperação capitalista agrária e imperialista, de que é responsável a política de compromissos com a direita seguida pela direcção do PS desde o VI Governo, também a juventude trabalhadora tem tido um papel muito destacado, revelando uma consciência clara de que tal política antipopular, que é também antijuvenil, abrirá inevitavelmente as portas ao avanço da reacção e à tomada do poder pelas forças que o nosso povo e os militares do MFA derrotaram no 25 de Abril.

A ACÇÃO DAS COMISSÕES DE JUVENTUDE

Segundo os censos de 1970, existiam no nosso país cerca de 776225 jovens a exercer profissão, isto é, 24 por cento da população activa, o que significava que em cada 100 trabalhadores, 24 eram jovens com idade compreendida entre os 10 e os 24 anos.

Estes elementos, apesar de desactualizados, permitem-nos ter uma imagem aproximada da situação presente. Muitos dos problemas que afectavam a vida dos jovens trabalhadores mantêm-se.

Persistem as grandes discriminações salariais

e profissionais, são impedidas e dificultadas as promoções e o desenvolvimento profissional, aumenta assustadoramente o desemprego e a repressão patronal. Calcula-se que pelo menos 300 mil jovens estejam desempregados.

Agravam-se, com o aumento do preço dos géneros e produtos de primeira necessidade, as condições de vida dos jovens trabalhadores. É perante esta situação que as «Comissões de Juventude» nas empresas assumem um papel particularmente importante.

Nas empresas tem sido a forma de organização unitária e representativa mais frequentemente criadas pelos jovens trabalhadores na luta pelas suas reivindicações.

Do balanço efectuado em Fevereiro, mais de 50 Comissões de Juventude estavam organizadas no mesmo número de empresas. Contudo, o seu número e actividade estão longe de corresponder às exigências da luta dos jovens trabalhadores.

O seu papel, na luta contra os despedimentos, como na EDINFER, pela defesa dos interesses dos jovens trabalhadores nas reclassificações como na SOREFAME, na luta pela melhoria das condições de trabalho e o caso da LUSO-ITALIANA, mostram bem que este é o caminho correcto a seguir.

Impulsionar e reforçar a actividade e ligação das Comissões já existentes aos jovens e seus interesses nas empresas, criar e organizar muitas mais é uma tarefa decisiva. No seu cumprimento, os jovens comunistas reforçarão a sua ligação à juventude trabalhadora, identificando-se cada vez mais com os seus justos interesses e reivindicações.

A ligação e coordenação das Comissões de Juventude das empresas, com as Comissões de Trabalhadores e Sindicatos já existentes é uma necessidade constante pois a luta da Juventude é parte integrante da luta de Classe Operária e de todos os Trabalhadores.

As «Comissões de Juventude» dos Sindicatos têm tido um papel decisivo na mobilização dos jovens trabalhadores para a vida sindical. A luta na discussão, elaboração e defesa da aplicação dos Contratos Colectivos de Trabalho, na luta contra a repressão patronal e os despedimentos, em defesa dos jovens trabalhadores nos conflitos de trabalho, na defesa das reivindicações e direitos da Juventude são exemplos numerosos da acção das Comissões Juvenis, e de reforço da sua ligação às massas.

Importa também salientar a realização de grandes iniciativas desportivas, de convívio e culturais (torneios, festivais, canto-livres, etc.), como foram o torneio da Hotelaria, com a participação de mais de 1500 jovens, dos Farmacéuticos de Lisboa com cerca de 900; Escritórios com 60 equipas e o Festival Desportivo comemorativo do 28 de Março iniciativa do Departamento da Juventude e da União dos Sindicatos de Lisboa, que mobilizou mais de 1500 jovens.

Estes, como muitos outros realizados, são bons exemplos de mobilização da Juventude do contributo que as Comissões têm dado para o reforço dos laços de

amizade e solidariedade da classe da juventude trabalhadora.

Por todo o trabalho preparatório realizado, em particular as Assembleias de empresa, pela sua mobilização e conclusões, os Encontros Regionais de Lisboa e Setúbal, Porto, Minho, Marinha Grande, Portalegre, Beja, Évora e Conche, realizados nos últimos 4 meses, são um bom exemplo

O camarada Horácio Rufino, membro do Executivo da CC da UJC e do CC do Partido, apresentando ao Congresso o Relatório Central

a seguir na actividade das Comissões Juvenis dos Sindicatos.

Cerca de 2500 jovens trabalhadores delegados participaram nos Encontros. Mais de 550 reuniões e Assembleias foram realizadas com a presença de muitos milhares de jovens em centenas de empresas, UCP's, Escolas Nocturnas, Sindicatos e localidades.

Foi este trabalho ligado às empresas, com grande participação dos jovens que permitiu enriquecer

extraordinariamente os projectos de discussão e fazer das «Conclusões» Cadernos Reivindicativos, que são bandeiras de luta da Juventude Trabalhadora.

Também no Congresso de Todos os Sindicatos, grande Jornada de luta e unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, a Juventude esteve presente. Foi com alegria e entusiasmo que as Comissões Juvenis participaram nas mais diversas acções de propaganda, em numerosas assembleias de fábrica e na discussão de projectos. As festas realizadas em Lisboa e no Barreiro com a presença de cerca de 2000 jovens sob o lema «A Juventude saía o Congresso de Todos os Sindicatos» foram uma vibrante manifestação de unidade e combatividade da juventude. Foi com o reforço da sua acção e unidade, da vigilância e do combate firme ao divisionismo, que os jovens trabalhadores saudaram

com alegria e entusiasmo a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Inter-sindical Nacional. Segundo o balanço efectuado em Fevereiro existiam cerca de 60 Comissões Juvenis no mesmo número de Sindicatos, e nove Departamentos nas Uniãos Sindicais.

POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO

Segundo dados pouco precisos, existirão no nosso país cerca de 100 000 trabalhadores-estudantes, que na sua esmagadora maioria têm entre os 15 e os 24 anos.

São dezenas de milhares de jovens trabalhadores, operários e empregados, que depois da jornada normal de trabalho, muitas vezes sem jantar, à custa de grandes sacrifícios, vão estudar, para melhorarem a sua qualificação profissional, para serem úteis ao nosso país.

Não é possível falar destes dois anos de luta dos jovens comunistas sem falar da luta pelos interesses e aspirações dos trabalhadores-estudantes. Falar do seu movimento associativo é falar da acção decisiva dos jovens comunistas nas escolas nocturnas, de tal forma que podemos afirmar que onde não existe organização da UJC, a organização associativa dos trabalhadores-estudantes também não existe ou está em grande atraso.

— sucederam-se ao longo dos trabalhos do Congresso, intercaladas pelas intervenções dos militantes da UJC.

— Pela sua parte, a União da Juventude Comunista Leninista da URSS, continuará a multiplicar como antes as gloriosas tradições de fraternidade revolucionária com os jovens comunistas portugueses. A nossa amizade é a amizade e a solidariedade dos companheiros fiéis à doutrina imortal de Marx, Engels e Lênine, aos princípios do internacionalismo proletário — salientou o camarada Valeri Ganitchev, membro do Bureau do CC do Komsomol Leninista.

Frequentemente interrompido pelos vibrantes e calorosos aplausos do Congresso, afirmaria ainda no decorrer da sua intervenção:

— O aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

a juventude trabalhadora, de uma forma geral, continua afastada da prática desportiva.

A juventude comunista tem mobilizado para a prática desportiva milhares e milhares de jovens que ali encontram forma de se desenvolver fisicamente, de se conhecerem, de conviverem e criarem laços de camaradagem e amizade.

Os «Festivais da Primavera» realizados em 1976, em conjunto com a UEC para comemoração do «Dia Nacional da Juventude» foram grandiosas acções em que estiveram presentes mais de 100 000 jovens.

A política seguida pelos responsáveis governamentais em relação à juventude afastando-a do convívio e da ocupação sã de tempos livres, da prática massiva do desporto, tem constituído um precioso auxiliar à penetração dos vícios das sociedades capitalistas e decadentes entre a juventude portuguesa.

A UJC, continuará a desenvolver no plano prático uma acção esclarecedora, informativa e de combate firme à droga, à prostituição e à delinquência juvenil, exigindo ao mesmo tempo, o castigo severo dos negociantes e traficantes.

A tarefa fundamental para todos os militantes, células e organizações é recrutar mais jovens, alargar e reforçar a nossa União.

Como justamente afirmou o camarada Álvaro Cunhal no relatório do VIII Congresso do nosso Partido «A UJC reforçou a sua organização num ritmo regular». O número de filiados constitui já um bom núcleo de militantes nas fábricas, empresas, escolas técnicas, associações recreativas e desportivas e um pouco por todo o país.

Mas não corresponde às necessidades e possibilidades de desenvolvimento desta organização da juventude comunista. A fraca percentagem de raparigas (17 por cento) conta-se entre as mais graves deficiências de organização da UJC.

MELHORAR O TRABALHO IDEOLÓGICO

Na nossa acção ideológica temos de desmascarar os grupos aventureiristas e esquerdistas, saber distinguir entre os jovens que muito sinceramente pensam que estão a lutar pelos seus interesses,

— sucederam-se ao longo dos trabalhos do Congresso, intercaladas pelas intervenções dos militantes da UJC.

— Pela sua parte, a União da Juventude Comunista Leninista da URSS, continuará a multiplicar como antes as gloriosas tradições de fraternidade revolucionária com os jovens comunistas portugueses. A nossa amizade é a amizade e a solidariedade dos companheiros fiéis à doutrina imortal de Marx, Engels e Lênine, aos princípios do internacionalismo proletário — salientou o camarada Valeri Ganitchev, membro do Bureau do CC do Komsomol Leninista.

Frequentemente interrompido pelos vibrantes e calorosos aplausos do Congresso, afirmaria ainda no decorrer da sua intervenção:

— O aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

pela democracia e pelo socialismo e os que conscientemente fazem o jogo do maioismo e da reacção.

É necessário subtrair os jovens enganados sob influência destes grupos.

Há que encontrar as formas adequadas de propaganda juvenil. A linguagem utilizada na nossa informação e propaganda tem de ter características vincadamente juvenis, tem de ser uma linguagem viva, emotiva e energética, tem de tocar o espírito da juventude.

A UJC NA LUTA PELA UNIDADE

A UJC na sua acção luta pela unidade da juventude trabalhadora em torno dos seus interesses de classe e das suas aspirações, prosseguirá os seus esforços para a cooperação com outras organizações juvenis, em particular com a Juventude Socialista, certa de que não há barreira capaz de impedir a unidade dos jovens trabalhadores que nas fábricas, nos campos e em toda a parte lutam pelos seus direitos, pela defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, pela construção de um futuro melhor.

A UJC, vanguarda e consciência revolucionária da juventude trabalhadora mobilizará a juventude para a luta pela defesa da democracia e pela construção de uma sociedade socialista, que nascerá na defesa e aprofundamento da conquista da nossa revolução, as particularidades da nossa Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário, das originalidades de todo o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril.

Confiantes e seguros, marcharemos na vanguarda do movimento e da luta da juventude trabalhadora. Defendemos as conquistas, as liberdades e os direitos da Juventude.

Sob a direcção do nosso Partido, construiremos um Portugal democrático, livre e independente, a caminho do Socialismo.

VIVA O CONGRESSO!
VIVA A UNIDADE COMBATIVA DA JUVENTUDE TRABALHADORA!
VIVA O PORTUGAL LIVRE E DEMOCRÁTICO!
VIVA A UNIAO DA JUVENTUDE COMUNISTA!
VIVA O NOSSO GLORIOSO PARTIDO, O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Amizade e Solidariedade da Juventude de todo o Mundo A PRESENÇA DO INTERNACIONALISMO NA TRIBUNA DO CONGRESSO

Tal como salienta a Declaração aprovada pelos 750 delegados ao I Congresso da União da Juventude Comunista — documento-guia para o trabalho e para as tarefas políticas a desenvolver pelos jovens comunistas e por todos os jovens progressistas que lutam pelo reforço da unidade da juventude trabalhadora e pelas suas reivindicações e direitos — a UJC é uma organização patriótica e internacionalista.

Patriótica, porque lutar sempre e em qualquer circunstância pelos interesses nacionais, pela independência e soberania de Portugal.

Internacionalista, porque, inspirada pelo internacionalismo proletário, membro da Federação da Juventude Democrática (FMJD), é fraternalmente solidária para com a juventude dos outros países, da URSS e outros países socialistas, de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, dos países onde Imperam ditaduras fascistas, dos países em luta pela independência nacional ou e sua consolidação.

Como organização internacionalista, fiel aos princípios do internacionalismo proletário, a UJC participa activamente nas tarefas revolucionárias do movimento juvenil mundial, contribuindo para o seu reforço e unidade. Além de estar intimamente ligada à Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a cujo Executivo tem a honra de pertencer, a UJC vai iniciar um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização da juventude para os ideais do XI Festival Mundial de Juventude, que decorrerá brevemente em Cuba, sob o lema: «Pela solidariedade anti-imperialista, pela paz e a amizade». Este ano, apoiará a realização da Conferência do desarmamento e outras acções comuns na luta pelo aprofundamento do desanuviamento político e militar, pela libertação da comédia dos armamentos, pelo desarmamento e a consolidação da paz no continente europeu e em todo o mundo. A UJC luta e lutará contra o imperialismo, pelo paz e pela cooperação entre todos os povos e juventudes.

Como organização internacionalista, a UJC também recebe das outras organizações irmãs a solidariedade militante e revolucionária.

A presença de 19 delegações estrangeiras no seu Congresso, foi mais uma demonstração da amizade e da solidariedade da juventude de todo o mundo para com a luta da juventude trabalhadora portuguesa e a sua

vanguarda revolucionária, a UJC, para com a luta do povo português pela defesa das conquistas da Revolução, das liberdades e pelo fortalecimento do regime democrático a caminho do socialismo.

— sucederam-se ao longo dos trabalhos do Congresso, intercaladas pelas intervenções dos militantes da UJC.

— Pela sua parte, a União da Juventude Comunista Leninista da URSS, continuará a multiplicar como antes as gloriosas tradições de fraternidade revolucionária com os jovens comunistas portugueses. A nossa amizade é a amizade e a solidariedade dos companheiros fiéis à doutrina imortal de Marx, Engels e Lênine, aos princípios do internacionalismo proletário — salientou o camarada Valeri Ganitchev, membro do Bureau do CC do Komsomol Leninista.

Frequentemente interrompido pelos vibrantes e calorosos aplausos do Congresso, afirmaria ainda no decorrer da sua intervenção:

— O aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

a juventude trabalhadora dos países capitalistas, que luta pelos seus direitos vitais. Na vanguarda da luta da juventude trabalhadora dos países capitalistas encontram-se as Uniãos comunistas de Juventude. Vemos o nosso dever internacionalista no fortalecimento da coesão do movimento comunista juvenil na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

No final da sua intervenção, o camarada Ganitchev transmitiu ao Congresso «a saudação do Comité Central do Komsomol» e ofereceu, em nome da juventude soviética, a bandeira vermelha do CC da União da Juventude Comunista Leninista da URSS, «como símbolo da amizade fraternal inquebrantável que une as nossas organizações», e também, as fotografias dos cosmonautas soviéticos «com as suas saudações aos jovens comunistas de Portugal».

Seriam também particularmente aplaudidas as intervenções das camaradas do Chile e do Brasil, países onde ainda vigoram, como se sabe, ditaduras fascistas a soldo do imperialismo.

ENTUSIASMO E VIBRAÇÃO NA FESTA DE ENCERRAMENTO

— sucederam-se ao longo dos trabalhos do Congresso, intercaladas pelas intervenções dos militantes da UJC.

— Pela sua parte, a União da Juventude Comunista Leninista da URSS, continuará a multiplicar como antes as gloriosas tradições de fraternidade revolucionária com os jovens comunistas portugueses. A nossa amizade é a amizade e a solidariedade dos companheiros fiéis à doutrina imortal de Marx, Engels e Lênine, aos princípios do internacionalismo proletário — salientou o camarada Valeri Ganitchev, membro do Bureau do CC do Komsomol Leninista.

Frequentemente interrompido pelos vibrantes e calorosos aplausos do Congresso, afirmaria ainda no decorrer da sua intervenção:

— O aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, abrange todos os domínios da vida da sociedade capitalista, atinge mais pesadamente a juventude. Nós somos solidários para com

o aprofundamento da crise geral do capitalismo, que, segundo o documento final da Conferência dos Partidos Comunistas e Oper

«O PCP E O PCF EXPRESSAM A VONTADE DE REFORÇAR OS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE RECÍPROCA»

O reforço dos laços de amizade entre o PCP e o PCF, contribui para a cooperação entre os dois povos e os dois países, foi referido pelo camarada Álvaro Cunhal, no regresso de Paris, onde se deslocara chefiando uma delegação que incluía os camaradas António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!» e José Casanova do CC. Durante a visita, muitos milhares de emigrantes portugueses, que trabalham em França, reuniram-se em Ivry, onde saudaram calorosamente os dirigentes do PCP.

O comunicado conjunto que noutro lugar publicamos reflecte a fraterna amizade entre o PCP e o PCF e a solidariedade e objectivos comuns dos dois partidos. Sobre algumas questões mantiveram-se as diferenças de opinião entre os dois partidos irmãos já conhecidos que, contudo, não impedem o desenvolvimento das mútuas relações fraternas.

Convidada pelo PCF,

a delegação do Partido teve oportunidade de se avistar com dirigentes do Partido Socialista Francês. As conversações decorreram num ambiente de grande cordialidade e conduziram a resultados muito positivos. O Movimento dos Radicais de Esquerda, que juntamente com o PCF e o PS, está integrado na União de Esquerda, recebeu também a delegação do PCP numa troca de impressões cordial e muito útil para o conhecimento da realidade política dos dois países. O secretário-geral do PCP os restantes membros da delegação foram ainda recebidos por dirigentes das grandes centrais e organizações sindicais — a CGT, a CFDT e a FEN — por várias organizações do PCF, designadamente pelo colectivo do jornal «L'Humanité», órgão central do Partido Comunista Francês, pela Federação de Paris e pela Secção Económica do CC do PCF.

A delegação, que visitou os municípios de Montreuil e Ivry, verificou em todo o lado a vontade de ajudar

a democracia portuguesa e o interesse prático pela consolidação das relações políticas e sindicais favoráveis aos trabalhadores dos dois países.

Num encontro perto de Paris com muitos milhares de emigrantes portugueses que trabalham em França, a delegação do nosso Partido foi recebida com grande entusiasmo e teve oportunidade de verificar mais uma vez, dentro do recinto superlotado e na rua onde permaneceram muitos trabalhadores que não encontraram lugar, o carinho e o fervor revolucionário com que o PCP é acolhido. Como o camarada Álvaro Cunhal salientou ao chegar a Lisboa, na madrugada do último sábado, a reunião com os trabalhadores perto de Paris distinguiu-se pelo mesmo ambiente de entusiasmo fraterno que caracteriza os comícios do nosso Partido em Portugal e pela mesma vontade de participar na consolidação e avanço das conquistas da revolução.

Inúmeras provas de

dedicação ao PCP, de apoio à sua política, foram dadas pelos milhares de participantes, entre os quais se encontravam trabalhadores socialistas e sem partido. Vários objectos de arte foram entregues a Álvaro Cunhal para o PCP: uma artística escultura em madeira, uma foice e martelo sobre uma planha de mármore, cinzeiros e outros objectos e ainda uma elevada quantia para a campanha dos 50 000 contos. Francisca, uma emigrante alentejana entregou com um ramo de flores um envelope que, com singelas palavras de admiração pelo PCP, continha a quantia de 2000 francos para a campanha de fundos. O encontro terminou em apoteose de patriotismo e amor à democracia e ao PCP.

Com grande afluência de jornalistas franceses e de outras nacionalidades, o secretário-geral do PCP deu em Paris uma conferência de imprensa, onde expôs a posição do nosso Partido perante a situação política em Portugal e abordou outras questões relacionadas com o movimento comunista e com acontecimentos da política mundial. O camarada Álvaro Cunhal deu ainda, durante a visita, várias entrevistas, nomeadamente à televisão e à rádio francesas, a última das quais publicamos na íntegra.

No regresso do Iraque

«SERÁ BOM QUE SE ESTABELEÇAM MAIS FORTES RELAÇÕES ENTRE OS NOSSOS DOIS POVOS»

— declarou ao «Avante!» o camarada Blanqui Teixeira, que juntamente com o camarada Jorge Matos representaram o PCP no 30.º aniversário do Partido Baas Árabe e Socialista.

Penso que foi muito positiva a ida da nossa delegação ao Iraque, que tem muito interesse que os trabalhadores portugueses conheçam melhor a luta dos trabalhadores iraquianos e vice-versa, e que será bom que se estabeleçam mais fortes relações entre os nossos dois povos — declarou ao «Avante!» o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC, que, juntamente com o camarada Jorge Matos, membro do CC, constituíram a delegação do PCP que participou em Bagdad nas comemorações do 30.º aniversário do Partido Baas Árabe e Socialista.

A propósito desta visita registamos as impressões de Blanqui Teixeira, que começou por nos declarar:

— Antes de mais, penso que teve muito interesse a ida da delegação do nosso Partido ao Iraque. Não só se correspondeu, desse modo, ao amável convite que nos foi feito pelo Partido Baas, como se contribuiu para um melhor conhecimento mútuo e para o fortalecimento das relações entre os nossos dois povos.

Aos comunistas e aos trabalhadores portugueses interessa, estou certo, conhecer

o sionismo e contra a reacção interna. Os seus objectivos fundamentais são sintetizados em três palavras: Unidade, Liberdade, Socialismo.

— Podes apontar-nos as medidas mais importantes tomadas pelo Partido Baas no Iraque?

— Refiro em primeiro lugar a nacionalização do petróleo, importante riqueza do Iraque que, em 1975 passou completamente a pertencer aos iraquianos.

No ano passado foi realizada uma Reforma Agrária que favoreceu mais de 400 mil famílias e atingiu mais de 4 milhões de hectares, reforma que é acompanhada com um auxílio constante do Estado, através de créditos, obras de irrigação, sementes seleccionadas, maquinaria, etc.

melhor o que é o Partido Baas e a sua luta.

O Partido do Renascimento Árabe e Socialista (Baas significa renascimento), foi fundado em 7 de Abril de 1947.

Tendo como origem um grupo de revolucionários sírios, foi-se transformando num Partido que engloba secções regionais

Blanqui Teixeira e Jorge Matos durante o encontro com Hekmat al-Azami, membro da direcção regional do Partido Baas e ministro de Estado do Governo Iraquiano

correspondentes a diversos países árabes.

Michel Aflaq, membro fundador do Partido, é o seu secretário-geral adjunto da direcção nacional.

Foi exactamente para assistir à comemoração do 30.º aniversário do Partido Baas que a nossa delegação esteve no Iraque, onde, em 17 de Julho de 1968, o Partido Baas tomou, revolucionariamente, o poder.

O presidente da República do Iraque, o marechal Ahmed Hassan al-Bakr, é o secretário da direcção regional e o secretário suplente da direcção regional é Saddam Hussein.

O Partido Baas, ao longo dos seus trinta anos de existência, acumulou muitas experiências na sua luta contra o colonialismo, contra o imperialismo, contra

O desenvolvimento económico passou a ser planeado e orientado para o socialismo. Para isso é fundamental o facto de o sector público ter já um papel dominante, tendo à sua conta todo o comércio externo e metade do comércio interno.

Foi estabelecida uma instrução primária gratuita para 6 anos, que se tornará obrigatória. Existe um plano para eliminar o analfabetismo em cinco anos. Desenvolvem-se os outros níveis do ensino. Dentro de cinco anos pensa-se ser possível prestar assistência médica gratuita e completa a todos os cidadãos.

Tendo como preocupação primária a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, têm-se alargado os benefícios sociais e têm-se desenvolvido os transportes públicos, a distribuição

A. CUNHAL À RÁDIO «EUROPA 1»

Durante a permanência em Paris, o secretário-geral do PCP concedeu uma entrevista à Rádio «Europa 1». Publicamos a seguir o diálogo travado aos microfones entre Álvaro Cunhal e o entrevistador, o jornalista Ivan Lerail

— Álvaro Cunhal, bom dia, líder do PCP, pois sóis esta semana o convidado do PCF e aproveitais deste convite de Georges Marchais para encontrar responsáveis sindicais e os dirigentes socialistas. É uma visita comprida numa França que desde há três anos se interessa pela revolução portuguesa e se interessa também por cada um dos vossos passos. Será que deslizará corrigir a «imagem de marca» do vosso Partido que não é muito boa na Europa, não se sente um pouco isolado na esquerda portuguesa, não se sente muito separado dos «eurocomunistas» que são os vossos camaradas Berlinguer, Carrillo e também Marchais?

— Vocês diz «na Europa» mas a Europa a mesmo o geograficamente não é uma palavra tão precisa como isso. É a Europa de países e de povos, ainda é menos precisa. Há a Europa capitalista, há a Europa socialista, há Portugal... Portanto, há uma Europa muito complexa onde há sentimentos muito diferentes. Você diz que não temos uma boa imagem...

— ... de marca... — ... na Europa mas recebemos não poucas expressões de fraternidade, de solidariedade dos trabalhadores, de forças progressistas europeias. Portanto, esta é uma primeira nota na resposta à sua pergunta. A segunda, é precisamente sobre esses sentimentos. Certamente, os grupos monopolistas, o grande capital vêm os comunistas portugueses, as forças revolucionárias portuguesas, a Revolução portuguesa, com mais olhos.

— Apresentam-no como um duro... Você é o duro, você é o falcão, enquanto que há pombas...

— Sim, «pombas» — pobres pombas — que são os grandes monopólios portugueses que foram liquidados com a Revolução. Com efeito, participámos nesta luta do nosso povo, primeiro pelo derrubamento do fascismo e depois por transformações na estrutura socio-económica. Pensamos que se trata de grandes conquistas do nosso povo — a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário — e, seguramente, a Europa burguesa, do grande capital, não vê favoravelmente estas transformações. Bem, isto sobre a primeira pergunta, mas quereria ainda acrescentar alguma coisa. Porque a palavra «imagem de marca» já é uma afirmação...

— Sim, é uma fórmula de «marketing», é uma fórmula publicitária.

— De «marketing», sim, estou de acordo consigo, publicitária. De acordo.

— Que se gosta mais do PCI que do PCP...

— Gosta, é preciso ver quem... Mas quero dizer o seguinte: uma questão muito discutida é «os comunistas portugueses e as liberdades». Ela um problema. Respondo-lhe directamente. No que respeita aos comunistas portugueses, apresentam-nos como pessoas, como uma força política, que não defende as liberdades. E eu digo-lhe: no tempo do fascismo não houve em Portugal uma outra força política, militantes de outra formação política, que tenham lutado como os comunistas pelas liberdades. E não pela liberdade dos comunistas, porque os comunistas portugueses estavam na prisão porque lutavam pela liberdade do seu povo.

— E hoje?

— Não apenas hoje. Desde o 25 de Abril, uma vez instauradas as liberdades, quando estas liberdades estiverem em perigo, os comunistas estiverem sempre nas primeiras filas pela defesa das liberdades em Portugal. Das liberdades democráticas, muito amplas, de expressão, de imprensa, de

partidos políticos, de sindicatos. Nós somos partidários, defensores das liberdades democráticas.

— Álvaro Cunhal, você acaba de responder sobre a questão da imagem de marca, será que não se sente mesmo um pouco isolado no seio da esquerda portuguesa?

— É preciso definir antes o que é a esquerda portuguesa. Há 4 grandes partidos, Comunista, Socialista, o que se chama Social-Democrata (mas é a direita, porque Partido Social-Democrata é mais o Partido Socialista, ou melhor é o Partido Socialista que se encontra a social-democracia portuguesa). Nós, porém reconhecemos que há 2 partidos democráticos em Portugal: o Partido Socialista e o Partido Comunista. E esforçamo-nos da nossa parte, por unir comunistas e socialistas na defesa das liberdades e das conquistas revolucionárias de depois do 25 de Abril.

— Mas, diz-se justamente que vós, pela vossa dureza, haveis reforçado o Partido Socialista Português.

— Temos, você sabe, uma opinião um bocadinho contrária. Isto quer dizer que o Partido Socialista atravessa dificuldades reais por causa da política dos seus dirigentes. Uma política que não é de recuperação económica, como eles afirmam, mas de recuperação capitalista...

— Esse é o vosso sentimento? — Não é sentimento. É a realidade portuguesa. Vá a Portugal e verá que eu falo verdade. Nós amamos a franqueza, você é um jornalista muito franco, e eu agradeço-lhe a franqueza, mas nós também gostamos da verdade. Há a Portugal e verá a realidade. Há a Reforma Agrária

o presenteamento põem-na em causa, restituem terras aos grandes agrários. Se há neste momento um camponês francês que me escuta — ele pode saber o que representa uma propriedade que pode ter, se estendemos a terra no comprimento, 100 metros de largura e 1000 km de comprimento... você pensa que é demasiado. Mas eu não estou enganado sobre estes números. 15 000 hectares, isso significa 1500 km de comprimento e 100 metros de largura. São 15 000 hectares. Havia propriedades com 15 000 hectares. E até mais...

— E agora?

— E agora, estas grandes agrárias foram expropriadas, a Reforma Agrária compreende 450 UCP, elas estão lá, apesar de toda a ofensiva, e nós defendemos estas conquistas. O Governo do PS é contra e nós combatemos a política de recuperação capitalista do Governo PS. Vós dizeis «isolado» e eu digo-lhe que quem corre o risco de isolamento são os socialistas, para melhor dizer, os dirigentes socialistas que seguem esta política. Nós ganhamos maior influência e o apoio do nosso povo.

— Álvaro Cunhal, eu gostava de saber se não se sente muito separado dos eurocomunistas, de Berlinguer, de Carrillo, de que se fala muito — é o vosso vizinho espanhol — e de Georges Marchais que o convidou e eu coloco-lhe esta questão porque na cimeira eurocomunista de Madrid, havia Berlinguer, havia Carrillo, havia Marchais, mas não havia Álvaro Cunhal.

— Eis 3 perguntas e 3 afirmações nas próprias perguntas. Ou seja, a má imagem de marca, a primeira, o isolamento interno, e segunda, a terceira. Então agora respondo à terceira. Nada de isolamento internacional. Nós temos diferenças de opinião com os nossos camaradas franceses, espanhóis, italianos e de outros partidos irmãos. Reconhecemos

a todos os partidos comunistas o direito de estabelecer a sua política própria de acordo com a análise que fazem da realidade nacional. Não temos nada contra, pelo contrário. Não defendemos modelos, não defendemos cópias, não há revoluções que possam ser copiadas e na realidade portuguesa, na situação portuguesa, o nosso Partido — conhecemos bem o que se diz do nosso Partido, «é o Partido duro, sectário, ortodoxo», conhecemos tudo o que se diz — mas penso que a revolução portuguesa mostrou que os comunistas portugueses defendem a independência e a política tendo em conta a realidade nacional, tendo em conta o processo revolucionário português e não a cópia de um processo de outro país.

— Então... você não estava em Madrid mas sentia-se eurocomunista... não estava em Madrid porque não foi convidado ou porque não quis ir lá?

— Primeiro, falar de eurocomunismo é também uma palavra tão imprecisa como falar da Europa e não se diz de que Europa se fala. Mas sobre o eurocomunismo, se isso significa a procura pelos partidos comunistas de uma via, dum caminho, próprio, original, que esteja em relação com as condições nacionais, nós pensamos que é uma iniciativa muito válida, o esforço para encontrar uma saída para encontrar uma via. Mas em Portugal, como sabe, temos uma outra situação. Como poderia acreditar que nós, os comunistas portugueses, em Portugal, onde foi liquidado o capitalismo monopolista de Estado — não existe mais — onde os grupos monopolistas foram liquidados — não existem mais — e onde se realizou uma Reforma Agrária, onde os operários controlam ainda centenas de empresas, como poderíamos acreditar que pudéssemos aceitar ou procurar uma via que significa uma política para em 2 anos, 5 anos, não se sabe, limitar o poder dos monopólios que já não existem em Portugal.

— Álvaro Cunhal, Álvaro Cunhal... — Esta é uma situação que exige diferenças também de orientação política, de linha política.

— Álvaro Cunhal, você está quase a dar respostas precisas a perguntas precisas e a pergunta que eu tinha feito era muito precisa: eu não o vi em Madrid com Marchais, Carrillo e Berlinguer e eu queria saber se a responsabilidade é sua, porque recusou ir lá ou se se esqueceu de o convidar...? — Não não se considerou isso, e penso que não é esquecimento. Posso dizer que tive conhecimento desse encontro pela imprensa quando fiz uma viagem de Maputo, onde tinha estado no Congresso da FRELIMO, em Moçambique, para ir à Itália. Foi, pois, mesmo no avião que eu soube do encontro de Madrid. Portanto, posso dar-lhe uma resposta muito precisa.

— E na próxima vez, na próxima cimeira a quatro, ... estará lá?

— Não se trata de uma cimeira a três ou a quatro. Segundo o que sabemos trata-se de uma Iniciativa dos camaradas franceses e italianos que levaram ao povo espanhol, ao partido espanhol, a sua solidariedade. É o seu dever e aproveitamos a ocasião para dizer que estamos muito felizes com a legalização do Partido Comunista de Espanha que é um passo positivo na liberalização da vida espanhola e um passo para a democracia.

— Álvaro Cunhal, terminamos com uma pequena pergunta amadilhada: desta vez...

— Não estamos habituados às amadilhas em Portugal...

— ... não está à mesa, aqui neste estúdio, o dissidente soviético Andrei Amalrik, mas se Amalrik estivesse aqui no estúdio, se eu lhe apresentasse, poderia dialogar com ele?

— Eu diria: não é o interlocutor que me interessa.

COMUNICADO CONJUNTO

«A convite do Partido Comunista Francês, uma delegação do Partido Comunista Português dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e compreendendo António Dias Lourenço, membro da Comissão Política e José Casanova, membro do Comité Central, esteve em França de 12 a 15 de Abril de 1977.

A delegação do Partido Comunista Português encontrou dirigentes do Partido Socialista, do Movimento dos Radicais de Esquerda, da CGT, da CFDT e da FEN. Foi também recebida pelos municípios de Montreuil e Ivry.

Na sede do Comité Central tiveram lugar conversações com uma delegação do Partido Comunista Francês dirigida por George Marchais, secretário-geral, e composta por Jean Colpin e Jean Kanapa, membros do Bureau Político, Jacques Denis, membro do Comité Central e Roger Trugnan, membro da secção de política Externa.

A visita a França da delegação do Partido Comunista Português inscreve-se no quadro de relações e de tradições de amizade e cooperação existentes entre os dois partidos. Tem lugar três anos depois de Portugal ter conquistado a liberdade, de que tinha estado privado durante meio século de ditadura. Solidários com o PCP e o povo Português no tempo do fascismo, o PCF e o povo francês saudaram com profunda simpatia este acontecimento histórico para o qual os comunistas portugueses deram uma contribuição essencial.

Hoje, o combate dos dois partidos prossegue em condições novas: as forças democráticas portuguesas lutam pela consolidação das conquistas da sua revolução, o povo francês actua para transformações democráticas profundas abrindo uma saída para a crise da sociedade.

Agindo em condições diferentes, os comunistas de França e de Portugal levam a cabo políticas definidas com completa independência, em função dos interesses da classe operária, do campesinato, de todas as camadas sociais interessadas no desenvolvimento democrático.

Nas condições próprias de cada um dos Países, a política do grande capital procura fazer suportar o fardo das dificuldades económicas e financeiras pelas massas trabalhadoras. Por isso se desenvolvem lutas contra o aumento dos preços, a diminuição dos salários reais, o aumento do desemprego, as limitações das liberdades públicas e o agravamento de tendências autoritárias. Estas

lutas apoiam-se nas aspirações populares ao progresso social, à garantia e extensão das liberdades, à democratização dos diversos aspectos da vida nacional, ao socialismo.

O PCF e o PCP consideram que a unidade da classe operária e a larga união das forças democráticas é um elemento essencial para o sucesso da luta popular conduzida com as suas características próprias nos dois países.

Nem o progresso democrático, nem a independência nacional são compatíveis com pressões e ingerências de organismos políticos, económicos ou militares supranacionais, que ponham em causa a livre decisão de cada povo, o seu direito de decidir ele próprio dos seus problemas. Os dois partidos afirmam a sua resolução de tudo fazer para defender a soberania nacional e fazer respeitar a vontade democrática do povo. Pronunciam-se pela mais larga cooperação internacional sem discriminações e na base do interesse mútuo.

O PCF e o PCP sublinham a importância que conferem à união de todas as grandes forças anti-imperialistas da época contemporânea: partidos comunistas de todo o mundo, movimentos de libertação nacional, partidos democráticos e progressistas, povos que conduzem um mesmo combate por uma vida mais justa e mais livre, pelo progresso e pelo socialismo. Reafirmam em particular a sua vontade de contribuir para a acção comum de todas as forças progressistas da Europa capitalista.

O PCF e o PCF expressam a sua plena solidariedade para com a luta do povo espanhol pela instauração da democracia e congratulam-se pelo regresso à legalidade do Partido Comunista de Espanha, que constitui um progresso nessa via.

Saudam os povos de Moçambique, de Angola, de Guiné Bissau e Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, libertados da secular opressão do colonialismo português e apoiam os povos da África Austral na sua luta contra o imperialismo e o racismo.

O PCF e o PCF expressam a vontade de reforçar os laços de solidariedade recíproca que há longo tempo os unem e de desenvolver a sua cooperação fraternal no respeito pela igualdade e independência de cada partido.

A delegação do PCP convidou uma delegação do PCF a visitar Portugal. Este convite foi aceite calorosamente.

Paris, 15 de Abril de 1977

CONGRESSO DO PSU DE BERLIM-OESTE

De 15 a 17 de Abril realizou-se o V Congresso do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, no qual, juntamente com numerosas outras delegações de partidos-irmãos, o PCP esteve representado pelo camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central.

A realização do Congresso, a que teremos oportunidade de nos referir mais pormenorizadamente, constituiu uma importante jornada

dos comunistas daquela cidade, que durante os trabalhos fizeram o balanço das suas actividades e apontaram as tarefas do futuro.

SAUDAÇÃO DO PCP

A Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista

Queridos amigos:

Por ocasião do 30.º aniversário da fundação do Partido Baas Árabe Socialista o Comité Central do Partido Comunista Português, certo de interpretar os sentimentos dos comunistas e dos trabalhadores portugueses sauda calorosamente a Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista e, por seu intermédio, todos os seus militantes e o povo do Iraque.

Os comunistas portugueses seguem com bastante atenção a revolução iraquiana dirigida pelo Partido Baas Árabe Socialista com a cooperação de outros partidos progressistas.

As nacionalizações de petróleo, a Reforma Agrária aliada a outras transformações económicas e sociais, a elevação das condições de vida da classe operária e dos trabalhadores, a luta pela salvaguarda da independência política e económica são importantes conquistas alcançadas pelo povo do Iraque que abrem a perspectiva da construção do socialismo.

A unidade das forças progressistas na Frente Patriótica Nacional Progressista em torno da Carta de Acção Nacional que preconiza para o Iraque a via de desenvolvimento não capitalista é um importante instrumento no aprofundamento e desenvolvimento das transformações progressistas.

O PCP manifesta ao Partido Baas Árabe Socialista a sua solidariedade de combate na consolidação e prosseguimento da revolução.

Queridos amigos: A revolução portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974 apesar de toda a sua complexidade modificou radicalmente Portugal. A aliança do movimento popular de massas com

o Movimento das Forças Armadas permitiu alcançar importantes conquistas, das quais destacamos as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo colonial e, apesar de todas as manobras e conspirações do imperialismo e da reacção interna, contribuí-se positivamente para o culminar vitorioso da heróica luta dos povos irmãos da República Popular de Moçambique, República Popular de Angola, República da Guiné-Bissau, República Democrática de São Tomé e Príncipe e República de Cabo Verde. Com o estabelecimento de relações com os países socialistas e do terceiro mundo deram-se importantes passos no caminho de uma política externa de independência nacional.

O imperialismo internacional e a reacção interna cedo manobram para dividir o Movimento das Forças Armadas, atirar as Forças Armadas contra o povo e dividir o movimento popular.

A direcção do PS tem baseado a sua actividade no anticomunismo primário, o que muito contribui para que o imperialismo e a reacção interna recuperassem bastante do terreno perdido, e deste modo passassem a ofensiva no sentido de liquidar as conquistas da revolução.

O actual Governo minoritário do Partido Socialista, guiando-se pela recuperação capitalista, agrária e imperialista, mostra-se incapaz de resolver um único problema nacional. A crise económica e financeira agrava-se.

O Governo apoia-se na direita cedendo às suas exigências antipopulares e antipatrióticas. Todavia as conquistas da revolução mantêm-se corajosamente defendidas pelo movimento popular de massas e pelos militares patriotas.

Há perigos, mas há razões para ter confiança. Reforça-se a tendência para a cooperação

entre os trabalhadores comunistas e socialistas. O movimento popular cresce. O Partido Comunista Português alarga a sua influência.

O VIII Congresso do PCP apontou uma alternativa a este Governo e a esta política. Essa alternativa só poderá basear-se na aliança entre comunistas, socialistas e outras forças democráticas para que com base na Constituição se defenda a democracia portuguesa rumo ao socialismo.

Queridos amigos:

O Médio Oriente é hoje uma região onde o imperialismo norte-americano leva a efeito complots e manobras para dividir a nação árabe, separar e dividir aliados naturais, esconder os crimes do agressor sionista e liquidar os regimes progressistas ali implantados.

O PCP condena a ocupação dos territórios árabes por Israel e exige a sua retirada imediata. O PCP é solidário com o movimento de resistência palestiano na sua luta pela criação de um Estado autónomo e soberano.

Os comunistas portugueses manifestam uma vez mais o seu desejo de trabalhar para reforçar os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos e povos, para que se desenvolvam as relações entre os nossos dois Estados.

O PCP contou e conta com a solidariedade do Partido Baas Árabe Socialista e dos outros partidos progressistas na luta pela consolidação das conquistas do 25 de Abril.

Também o Partido Baas Árabe Socialista e as forças progressistas iraquianas contaram e podem contar com o apoio do PCP.

Viva o 30.º aniversário do Partido Baas Árabe Socialista!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Baas Árabe Socialista!

Viva a amizade entre o povo português e o povo iraquiano!

O Comité Central do Partido Comunista Português